UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

CRISTIARA FERREIRA LIMA AMITE

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: INSERÇÃO NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

VITÓRIA
2024

CRISTIARA FERREIRA LIMA AMITE

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: INSERÇÃO NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.
Área de concentração: Política e Gestão em Saúde.
Linha de pesquisa: Avaliação em Saúde.

Orientadora: Profª. Drª. Marluce Mechelli de Siqueira.
Coorientadora: Profª. Drª. Fabiana Gonring Xavier.

VITÓRIA
2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

AMITE, CRISTIARA, 1986-
A516p PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: : INSERÇÃO NO ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA / CRISTIARA AMITE. - 2024.
135 f. : il.

Orientadora: Marluce Siqueira.
Coorientadora: Fabiana Xavier.
Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências da Saúde.

1. PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE. 2. Integralidade em saúde. 3. Educação interprofissional. 4. Formação profissional em saúde. 5. GRADUAÇÃO. 6. PÓS-GRADUAÇÃO. I. Siqueira, Marluce. II. Xavier, Fabiana. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências da Saúde. IV. Título.

CDU: 614

CRISTIARA FERREIRA LIMA AMITE

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE:
INSERÇÃO NO ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA
NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva, na área de concentração: Política e Gestão em Saúde.

Aprovada em 26 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Marluce Mechelli de Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

_____

Profª. Drª. Fabiana Gonring Xavier
Universidade Federal do Espírito Santo
CoOrientadora

_____

Prof. Dr. Emílio Telesi Júnior
Centro Universitário São Camilo
Membro Externo

_____

Prof. Drª. Elizabete Regina Araújo Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

ATA DA DEFESA FINAL DO CURSO DE MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA

ÀS TREZE HORAS DO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, TEVE INÍCIO A DEFESA FINAL DO MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA. A DISSERTAÇÃO, INTITULADA *"PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: INSERÇÃO NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA"*, FOI DEFENDIDA PELA ALUNA **CRISTIARA FERREIRA LIMA AMITE,** REGULARMENTE MATRICULADA NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA – NÍVEL MESTRADO - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. A BANCA EXAMINADORA FOI COMPOSTA PELOS SEGUINTES MEMBROS: PROFª. DRª. MARLUCE MECHELLI DE SIQUEIRA (ORIENTADORA), PROF.ª DR.ª FABIANA GONRING XAVIER (COORIENTADORA), PROF. DR. EMÍLIO TELESI JÚNIOR (TITULAR EXTERNO), PROFª. DRª. ELIZABETE REGINA ARAÚJO DE OLIVEIRA (TITULAR INTERNA), PROFª. DRª. DANIELA DALLEGRAVE (SUPLENTE EXTERNA) E PROFª DRª RAQUEL BARONI DE CARVALHO (SUPLENTE INTERNA). A DISSERTAÇÃO FOI APRESENTADA EM SALA VIRTUAL. APÓS A APRESENTAÇÃO, A ALUNA FOI ARGUIDA E A BANCA CONFERIU A DISSERTAÇÃO A MENÇÃO (APROVADA/NÃO APROVADA) "APROVADA" E A BANCA EXAMINADORA ELABOROU O SEGUINTE PARECER:

O TEMA É RELEVANTE PARA A SAÚDE COLETIVA, EM ESPECIAL, PARA A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO POLÍTICA E GESTÃO EM SAÚDE. OS OBJETIVOS SÃO CLAROS E FORAM CONSOLIDADOS POR MEIO DA METODOLOGIA ADOTADA, PERMITINDO ASSIM O ALCANCE DOS RESULTADOS ACADÊMICOS (DISSERTAÇÃO) E CIENTÍFICOS (ARTIGOS SUBMETIDOS). A MESTRANDA DEMONSTROU DOMÍNIO TEÓRICO-PRÁTICO SOBRE O TEMA, RESPONDENDO ÀS QUESTÕES FORMULADAS E ACATANDO AS SUGESTÕES APRESENTADAS PELA BANCA EXAMINADORA.

NA FORMA REGULAMENTAR ESTA ATA, FOI LAVRADA E VAI ASSINADA PELOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA E PELA ALUNA.

ORIENTADORA: PROFª. DRª. MARLUCE MECHELLI DE SIQUEIRA
COORIENTADORA: PROFª. DRª. FABIANA GONRING XAVIER

BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADORA: _____

COORIENTADORA: _____

MEMBRO EXTERNO: _____

MEMBRO INTERNO: _____

ALUNA: Cristiara Ferreira Lima Amite

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARLUCE MECHELLI DE SIQUEIRA - PROFESSOR VOLUNTÁRIO
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - PPGENF/CCS
Em 30/04/2024 às 10:53

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/918988?tipoArquivo=O

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ELIZABETE REGINA ARAUJO DE OLIVEIRA - PROFESSOR VOLUNTÁRIO
Centro de Ciências da Saúde - CCS
Em 08/05/2024 às 10:48

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/922098?tipoArquivo=O

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
FABIANA GONRING XAVIER - SIAPE 2300752
Departamento de Enfermagem - DE/CCS
Em 09/05/2024 às 19:54

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/923054?tipoArquivo=O

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho Unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (BÍBLIA, JOÃO 3:16).

RESUMO

Introdução: A principal política pública relacionada ao tema, Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, reforça a necessidade de formação de recursos humanos e educação permanente aos profissionais. Uma das principais ações definidas nas diretrizes é a introdução de disciplinas na formação profissional em saúde, isto é, na graduação e pós-graduação. **Objetivo**: deste trabalho é realizar o diagnóstico situacional do ensino, pesquisa e extensão das PICS no Centro de Ciências da Saúde de uma universidade pública. Trata-se de um estudo transversal, documental, descritivo de abordagem quantitativa sobre a oferta de disciplinas e conteúdo em PICS a nível de ensino, pesquisa e extensão no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2023, sendo a coleta de dados realizada de junho a dezembro de 2023. O estudo foi desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Investigação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (iPICS). **Resultados:** No ensino, constatou-se disciplinas de homeopatia e fitoterapia, do tipo optativa, nos cursos de graduação de medicina, farmácia e nutrição; na enfermagem constatou-se disciplina obrigatória que aborda o assunto das PICS; na pós-graduação residência multiprofissional há uma disciplina de PICS no eixo transversal, do tipo obrigatória; nos programas de mestrado e doutorado em saúde coletiva, mestrado de enfermagem e ciências farmacêuticas, também encontra-se registro de disciplinas e conteúdos afins. Na pesquisa, há dois grupos de pesquisas, e o registro de 174 publicações científicas; na extensão, 19 atividades. Sobressaem temas generalizadamente às PICS, e especificamente relacionados às plantas medicinais/fitoterapia no ensino (60%) e na pesquisa (20,1%); e meditação (26,3%) na extensão. **Conclusões:** o diagnóstico situacional evidenciou a presença das PICS no ensino de graduação e pós-graduação, a existencia de grupos de pesquisas e pesquisas desenvolvidas e atividades extensionistas no CCS da universidade.

Descritores: Práticas integrativas e complementares; Integralidade em saúde; Educação interprofissional; Formação profissional em saúde.

ABSTRACT

Introduction: The main public policy related to the topic, National Policy on Integrative and Complementary Practices in Health, reinforces the need for training human resources and continuing education for professionals. One of the main actions defined in the guidelines is the introduction of disciplines in professional health training, that is, at undergraduate and postgraduate levels. **Objective**: this work is to carry out a situational diagnosis of teaching, research and extension of PICS in the Health Sciences Center of a public university. This is a cross-sectional, documentary, descriptive study with a quantitative approach on the offering of subjects and content in PICS at the teaching, research and extension level from January 2020 to December 2023, with data collection carried out from June to December 2023. The study was developed within the scope of the Research in Integrative and Complementary Practices in Health (iPICS) research group. **Results**: In teaching, homeopathy and phytotherapy were optional subjects in undergraduate medicine, pharmacy and nutrition courses; in nursing, there was a mandatory subject that addresses the subject of PICS; in the multi-professional residency postgraduate course there is a PICS discipline on the transversal axis, which is mandatory; In the master's and doctorate programs in public health, master's degree in nursing and pharmaceutical sciences, there is also a record of related subjects and content. In research, there are two research groups, and the record of 174 scientific publications; in extension, 19 activities. Topics generally stand out in PICS, and specifically related to medicinal plants/phytotherapy in teaching (60%) and research (20.1%); and meditation (26.3%) in extension. **Conclusions**: the situational diagnosis highlighted the presence of PICS in undergraduate and postgraduate education, the existence of research groups and developed research and extension activities in the university's CCS.

Descriptors: Integrative and complementary practices; Integrality in health; Interprofessional education; Professional training in health.

AGRADECIMENTOS

À *Yhwh, Deus* (em hebraico), que me concede vida plena e abundante em Yeshua, Jesus Cristo, meu salvador, e ao Espírito Santo, amigo e consolador.

Inicialmente percebo que a escrita desse texto comparado àquele da graduação será um tanto alongado. Após 12 anos decorridos, muitas promessas se cumpriram até aqui, e o curso de mestrado é um deles. Quando Ele nos dá sonhos é porque eles já se cumpriram, basta acessarmos a fé e caminharmos na direção que conduza a eles.

Os *meus familiares*, mãe, padrasto, avó, tios e primos continuaram me incentivando, acreditando e vibrando a cada conquista. E mais uma vez, repito: esse título não é meu somente, é De e Para vocês. Certamente eu não estaria aqui, não fosse o amor, cuidado e valores transmitidos, minha base estrutural de vida.

A *minha orientadora*, Profª. Drª. Marluce Mechelli de Siqueira e *coorientadora*, Profª. Drª. Fabiana Gonring Xavier, pela confiança e coragem de ser e estar comigo e, me apresentarem as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

Te encontrar minha irmã era meu sonho e este foi realizado. Hoje você me deu uma linda sobrinha, Luna.

Neste tempo, ainda, outra promessa se cumpriu, a formação do meu núcleo familiar. À *meu esposo Alexandre*, amor, que me incentiva e apoia em <u>todos</u> projetos e me deu o maior presente que como mulher desejei, *minha filha Ana Clara*, vida e amor. Vocês são meu porto seguro. Aqui faltam palavras para transmitir o que sinto.

À *minha nova família formada*, Amite e Silva. Aos meus sogros, Lucia e Afonso por me acolherem em sua casa durante o cumprimento dos créditos presenciais e auxílio financeiro. Aos avós, tios, cunhados, sobrinhos, primos, como sou grata à Deus por me inserir nesta família que me recebeu de braços abertos. Em especial, Vó Tereza. Que mulher, quanta sabedoria e doçura!

Aos *meus líderes espirituais*, Pastores Rogério e Josiane, e meus irmãos de fé da Primeira Igreja Batista em Colatina, em especial, Jameika, Mariana, Raiene e Adriana.

À *Rede PICS ES* pelo compartilhar de suas experiências.

Às *colegas da Superintendência Regional de Saúde de Colatina*, Shaiane e Auriane, por em um simples e bom café me despertarem para a realização do mestrado. Uma dica: tome café.

À *minha e-terna equipe APS/Redes temáticas* com quem dividi alegrias no fazer cotidiano do SUS que acreditamos.

À *toda comunidade acadêmica do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFES, em especial, do PPGSC*. Professoras e professores que no decorrer dessa trajetória me inspiraram a busca pelo conhecimento, servidores que colaboraram com a disponibilização dos documentos utilizados na pesquisa. Aos colegas de turma, novas amizades e partilhas de saber e fazer.

Aos *meus grupos de pesquisa Investigação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (iPICS) e Centro de Estudos e Pesquisa sobre o Álcool e outras Drogas: Interconexões (CEPADi)*. Em especial às colegas Ana Cláudia, Karla Paz e Henriqueta. À dona Cecília, minha inspiração de fé, sabedoria e resiliência.

À *banca examinadora*, Prof. Dr. Emílio Telesi Junior, Profª. Drª. Elisabete Regina Araújo de Oliveira, Profª. Drª. Raquel Baroni de Carvalho, Profª. Drª. Daniela Dallegrave*,* por dedicarem tempo e compartilharem seu conhecimento para enriquecer este estudo que, espero, seja útil e materializado seus resultados e propostas.

Aos *pesquisadores e escritores* que me ajudaram com suas publicações, subsidiando a comparação de dados e embasamento científico para esta obra.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes)* pelo auxílio financeiro preponderantes para minha permanência no curso.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ano de elaboração/revisão das DCNs da saúde, CAPES, 2024.....29
Quadro 2 - Modalidade de PICS ou racionalidade médica, descrição nominal do mapa de evidência e ano de publicação, Vitória-ES., 2024. 49
Quadro 3 - Cursos sobre PICS ofertados em instituições de ensino públicas, Brasil, 2024. 50
Quadro 4 - Cursos ofertados pelo CCS, segundo o tipo de formação profissional, Vitória-ES., 2024. 55
Quadro 5 - Relação de dados Plataforma Stela Experta, UFES/PRPPG, Vitória-ES., 2024. 56
Quadro 6 - Produtos da dissertação, UFES/CCS, Vitória-ES, 2024.....61

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

APS -	Atenção Primária à Saúde
BIREME -	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CABSIN	Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa
CAPES -	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS -	Centro de Atenção Psicossocial
CBO -	Classificação Brasileira de Ocupação
CCS -	Centro de Ciências da Saúde
Ccs -	Componentes curriculares
CEP -	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPADi -	Centro de Estudos e Pesquisas Sobre o Álcool e Outras Drogas: interconexões
CFF -	Conselho Federal de Farmácia
CFFa -	Conselho Federal de Fonoaudiologia
CFM -	Conselho Federal de Medicina
CFN -	Conselho Federal de Nutrição
CFO -	Conselho Federal de Odontologia
CIPLAN -	Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação
COFEN -	Conselho Federal de Enfermagem
COFFITO -	Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
CNPIC	Coordenação Nacional de PICS
CNS -	Conselho Nacional de Saúde
CNPq -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNCST -	Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia
CNRM	Comissão Nacional de Residência Médica
DCN -	Diretrizes Curriculares Nacionais
DGP-	Diretório de Grupos de Pesquisa
EAD -	Ensino a Distância
ES -	Espírito Santo
IES -	Instituição de Ensino Superior
ESF -	Estratégia em Saúde da Família
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
INCAPER -	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
iPICS -	Núcleo de Investigação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde
LAPACIS	Laboratório de Práticas Alternativas, Complementares e Integrativas em Saúde
LAPPIS	Laboratório de Pesquisa Sobre Práticas de Integralidade em Saúde
LILACS -	Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MC -	Medicina Complementar
MEC -	Ministério da Educação
MT -	Medicina tradicional
MTC -	Medicina Tradicional Chinesa
MT&C -	Medicina tradicional e complementar
MTCI -	Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas
MOSAICO-	Modelos de Saúde e Medicamentos Tradicionais, Complementares e Integrativos nas Américas
MS -	Ministério da Saúde
OMS -	Organização Mundial da Saúde
OPAS -	Organização Pan-Americana da Saúde
PICS -	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde
PICsUFES -	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde Universidade Federal do Espírito Santo
PIE -	Políticas Informadas por Evidências
PNE -	Plano Nacional de Educação
PNPIC -	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
PPGSC -	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
PRPPG -	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROEX -	Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD -	Pró-Reitoria de Graduação e Coordenadoria de Apoio ao Ensino de Graduação
RAS -	Rede de Atenção à Saúde
SciELO -	Biblioteca Eletrônica Científica Online
SESA -	Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo
SUS -	Sistema Único de Saúde
UFES -	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRN -	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC -	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

UFV -	Universidade Federal de Viçosa
UFCG -	Universidade Federal do Campina Grande
UFPE -	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS -	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFFS -	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFJF -	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT -	Universidade Federal de Mato Grosso
UnB -	Universidade de Brasília
UNIFESP -	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
2 REVISÃO DE LITERATURA 21
2.1 EDUCAÇÃO: APRENDER, FAZENDO O CAMINHO 21
2.2 A SAÚDE NA POLITICA 24
2.3 EDUCAÇÃO NA SAÚDE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 25
2.4 FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 30
2.5 PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS) 32
2.5.1 Delineamento Conceitual e Histórico 32
2.5.2 As PICS no Sistema Único de Saúde 36
2.5.3 As PICS no Estado do Espírito Santo 39
2.5.4 As PICS e sua regulamentação profissional 40
2.5.5 As PICS e a Formação Profissional 43
2.5.7 PICS: Ensino, Pesquisa e Extensão 45
3 OBJETIVOS 51
3.1 GERAL 51
3.2 ESPECÍFICOS 51
4 METODO 52
4.1 TIPO DE ESTUDO 52
4.2 CENÁRIO 53
4.3 PARTICIPANTES 57
4.3.1 População 57
4.4 COLETA E TABULAÇÃO DOS DADOS 58
4.5 ANÁLISE DOS DADOS 58
4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS 60
5 RESULTADOS 61
5.1 ARTIGO 1: PANORAMA DO ENSINO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NO BRASIL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA 62
5.2 ARTIGO 2: PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA 81
6 CONCLUSÕES 113
REFERÊNCIAS 116
ANEXO I – SUBMISSÃO DO ARTIGO 1 130
APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS PICS-CCS-UFES 131
APÊNDICE 2 - ENDEREÇO ELETRÔNICO DOS DOCUMENTOS CONSULTADOS 132
APÊNDICE 3 - PROCEDIMENTO OPERACIONAL PARA LEVANTAMENTO DE DADOS

PICS 134

APRESENTAÇÃO

Enfermeira, graduada em 2012 em uma instituição privada, no Estado do Espírito Santo. Especialista - *lato sensu* - em Gestão em Saúde e Controle de Infecção em Serviços de Saúde e Enfermagem do Trabalho.

Atuei como enfermeira em setores de gestão e assistencial, em serviços públicos e privados. Paralelamente, exerci a docência no ensino técnico na área da saúde em instituição privada e também no ensino profissional público. Singular e marcante, pois, o docente leva e traz marcas à sua formação, humana e profissional, advindos deste processo ensino-aprendizagem.

O meu interesse no objeto de estudo em questão se deu a partir do contato com os grupos de pesquisa Centro de Estudos e Pesquisas sobre o Álcool e outras Drogas: Interconexões (CEPADi) e Investigação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (iPICS) no mestrado, onde conheci a PNPIC e, portanto, a potência desta para prover um cuidado integral e efetivo em saúde. Para ampliar meu conhecimento no tema de pesquisa cursei Gestão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS pelo Avasus.

A princípio questionei a lacuna existente em minha própria formação profissional e, consequente, descrença na efetividade das PICS e, ainda, o quanto eu havia sido insuficiente no cuidado aos usuários do SUS. Como resposta ao questionamento, parto para a ação, isto é, buscar respostas e contribuir para, quem sabe, mudança desta (lamentável) realidade. Falando em ação, isso me lembra o Agir Comunicativo de Habermas...

1 INTRODUÇÃO

No campo da saúde, espera-se que os novos profissionais obtenham conhecimentos e experienciem vivências capazes de assegurar uma atuação de modo interprofissional e intersetorial. Para tanto, permeia essa formação a necessidade de o discente receber um conhecimento abrangente acerca do Sistema Único de Saúde (SUS) e de suas políticas públicas, bem como as características da população e seus saberes por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão que sustenta essa formação.

A formação profissional, em nível superior, é definida como o conjunto de atividades que visam o desenvolvimento de competências obtidas por meio do tripé. Considerando este tripé, de acordo com a Lei das Diretrizes Gerais da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), as universidades devem estruturar seus planos pedagógicos preparando novos profissionais para o mercado de trabalho, mediante as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos seus cursos. Logo, a formação profissional para a atuação na saúde consiste em preparar profissionais fornecendo embasamento cientifico da profissão consonante com os sistemas de saúde.

O Brasil, considerando o princípio da integralidade da saúde prevista pelo SUS, aprovou a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC) em 2006. As práticas designam os sistemas médicos complexos e os recursos terapêuticos que contemplam uma visão ampliada do processo saúde-doença, voltada à promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado, contribuindo, assim, para o aumento da resolutividade no SUS (BRASIL, 2006). Dessa forma, foi aprovado a oferta de medicina tradicional chinesa/acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, termalismo social/crenoterapia e medicina antroposófica, preferencialmente na atenção básica.

A oferta das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) na atenção básica, prioritariamente, no SUS elevou o Brasil a referência no cenário mundial, dada a implementação de ações que possibilitam a prevenção e promoção da saúde, evitando assim que os usuários necessitem de serviços mais complexos, obtendo respostas satisfatórias e de curto prazo, sem custos elevados que colaboram com a economia do país (BRASIL, 2006).

O contexto de sua institucionalização no SUS, no ano 2006, se deu em um cenário em que havia a oferta de diversas PICS pelo Brasil, regulamentação profissional para o exercício por alguns conselhos profissionais, a realização de um diagnóstico que evidenciou quais PICS eram praticadas e demandadas pela população e em quais Estados, o momento político em comando pela esquerda, em que o país se encontrava, além da própria Reforma Sanitária Brasileira, criação do SUS e demais políticas de sustentação, como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e o Pacto pela Vida (BRASIL, 2006).

Toda política de implantação supõe indicação de desdobramentos para sua consolidação como aspectos formativos, aprofundamento de pesquisas, financiamento, critérios de controle e avaliação, responsabilidades institucionais, entre outros aspectos (MARQUES, 2020). As diretrizes da PNPIC, dentre outras, versam sobre o desenvolvimento das PICS em caráter multiprofissional, o incentivo à pesquisa em PICS e a divulgação e informação dos conhecimentos básicos para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS, considerando as metodologias participativas e o saber popular e tradicional (BRASIL, 2006).

Com o passar dos 16 anos da sua institucionalização, percebe-se claramente a expansão das PICS no país, com oferta atual de 29 distintas modalidades (BRASIL, 2018). E, também, conforme pode ser constatado pelos dados do Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, as PICS presentes em 16.007 serviços de saúde, sendo 14.508 (90%) da Atenção Primária à Saúde (APS), distribuídos em 4.159 municípios (74%), em todas capitais no ano de 2018 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

A fim de explorar esta expansão das PICS, os autores Silva *et al*. (2021), ressaltam a iniciativa de diversos profissionais em se capacitarem e atuarem no SUS e a aceitação e procura por parte dos usuários. Goecks; Morsch; Silva (2019), ressaltam o interesse de 87,9% de discentes da área da saúde pelas PICS em sua formação, quanto a regulamentação das PICS, 54% a desconhecem; quanto a exigência de formação específica para exercício profissional, 34,5% declararam que sim; sobre a principal contribuição das PICS para o paciente, 97,5% apontaram como medida de promoção, prevenção e tratamento.

O processo formativo de profissionais para atuarem com as PICS distingue-se do padrão nacional de formação, pois as modalidades de PICS possuem suas próprias especificidades. No entanto, as PICS consolidam-se como elemento

constituinte do processo formativo da saúde, entre os eixos obrigatórios regulamentados nas DCNs dos cursos da área da saúde, devido favorecerem a expressão peculiar e a idiossincrasia dos indivíduos e, nesse sentido, valorizarem a autonomia, o empoderamento e a coparticipação (BRASIL, 2018). Para Goecks; Morsch; Silva (2019), o envolvimento e a corresponsabilização dos sujeitos no processo de cuidado ampliam o acesso e a qualidade do cuidado em saúde, de modo equânime, pois considera as diferentes necessidades das pessoas, seja na assistência, na prevenção ou na promoção à saúde.

Desvendar como se dá o processo formativo em PICS tem sido objetivo de diversas instituições, como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com o intuito de fortalecer e sustentar a oferta das PICS no cenário brasileiro. Ainda, diversos pesquisadores tem buscado evidenciar o ensino no âmbito das universidades públicas.

A nível nacional, um mapeamento quanto ao ensino das PICS em universidades públicas, nas graduações de enfermagem, medicina e odontologia, profissões que compõem as Estratégias de Saúde da Família (ESF) constatou que a maioria dos componentes curriculares (CCs) estão nas regiões Nordeste (37,8%) e Sudeste (31,5%) e são de caráter optativo. No Estado do Espírito Santo (ES), foi encontrado a oferta de um componente curricular somente no curso de medicina (ROCHA *et al.,* 2022).

Mediante o exposto, o presente trabalho apresenta-se oportuno para completar uma das lacunas identificadas, quais sejam, a inexistência de estudos sobre a inserção das PICS no âmbito do ensino, pesquisa e extensão na universidade pública do ES, e, ainda, o interesse de um grupo de pesquisa de propor a inclusão na matriz curricular de todos os cursos de graduação, por reconhecer a relevância deste conhecimento para a formação profissional em saúde e, consequentemente, para a saúde coletiva.

De encontro a estas questões, faz-se necessário diagnosticar o ensino das PICS na universidade pública do ES, no intuito de embasar e subsidiar discussões quanto a quais os rebatimentos da consolidação da PNPIC na educação superior na área da saúde; como está o ensino universitário de PICS no ensino-pesquisa-extensão em saúde na UFES, diante do fortalecimento de políticas públicas na área; como se comportam a instituição, seus cursos em saúde e seus currículos para responder à pluralidade de cuidado trazida pelas PICS na perspectiva da integralidade; como estão

organizados os processos formativos na instituição para corresponder à necessidade de profissionais de saúde com formação ampliada, que contemple os diversos modos de cuidar no SUS; quais os caminhos e desafios para fomentar o ensino e formação de profissionais de saúde em PICS para atuação no SUS.

A realização do presente estudo justifica-se pela necessidade de demonstrar um panorama quanto a inserção das PICS no CCS da UFES, contribuindo dessa forma para uma reflexão política, social, econômica e cultural acerca da formação profissional ofertada pela instituição visando a intersetorialidade, interseccionalidade e interprofissionalidade.

Neste sentido, o estudo objetivou realizar o diagnóstico situacional do ensino, pesquisa e extensão das PICS no CCS da UFES.

A escolha por este cenário se deu pela visualização da oportunidade de contribuir ética, política e socialmente com a instituição e a saúde coletiva por meio desta devolutiva pela autora e orientadoras.

O estudo foi norteado pelo questionamento: qual a inserção das PICS no ensino, pesquisa e extensão do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do ES?. Trabalhou-se com o pressuposto de que emerge o ensino e atuação das PICS neste cenário, tanto em cursos de graduação como em pós-graduação, por meio da oferta, em componentes curriculares, de formato optativo, predominantemente. E, também, por meio do desenvolvimento de pesquisas no âmbito de grupos de pesquisa e extensão junto à comunidade.

A realização deste diagnóstico pretende propiciar ao CCS, além de uma reflexão acerca do ensino ofertado, resposta quanto ao direcionamento adotado no caminho do fortalecimento da saúde coletiva, deste modo ampliar a interlocução entre as políticas públicas, com vistas a formação de profissionais aptos para atuar de modo interdisciplinar, na ótica da assistência integral e promotora de saúde, por meio da integração ensino-assistência e pesquisa-extensão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO: APRENDER, FAZENDO O CAMINHO

Historicamente, é sabido que seres humanos ensinam e aprendem mutuamente, sua própria humanidade. Dessa forma, o homem primitivo desenvolveu, transmitiu e aprimorou seu conhecimento. Conhecimento este fundamental para garantia não apenas de sua sobrevivência, mas também mecanismos de transformação da matéria-prima existente e disponível a sua mão, em algo de valor. Referente ao processo de educar, Paulo Freire afirma que a Educação é um processo humanizante, social, político, ético, histórico, cultural. Esta ideia é expressa por meio do enunciado “A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE,1996, p. 26). Para o dicionário online de português, o ensino é a ação, arte de ensinar, de transmitir conhecimentos e, ainda, a orientação adequada para que essa instrução aconteça. O termo também é utilizado para definir cada um dos graus da organização escolar, isto é, ensino básico, ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico e ensino superior (BRASIL, 1996).

Um breve recorte histórico acerca do surgimento do ensino superior no Brasil, de acordo com Bortolanza (2017), remonta ao nascimento de um modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante (engenharia militar e medicina aplicada) em faculdades divorciadas organizacionalmente entre si. As universidades foram criadas após muita resistência de Portugal e também de brasileiros que as julgavam desnecessárias na Colônia. Entretanto, ainda no século XIX, diante das dificuldades encontradas pelas classes dominantes em conseguir acesso para cursar as universidades da Europa, criaram-se medidas para instituir o Ensino Superior no Brasil. A criação de universidades, e não mais apenas escolas superiores isoladas, só se efetivou no século XX, num fenômeno singular brasileiro, por volta de 1934. Nessa mesma década (1930), foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e em 1953, o órgão foi modificado para Ministério da Educação e Cultura (MEC) estando responsável pela legislação e regulamentação da educação no Brasil (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, texto extraído da internet).

O Brasil, por meio da Constituição Federal, em 1988, reconheceu a educação brasileira como direito de todos e dever do estado e da família. Outra lei, fundamental

para assegurar a educação aos brasileiros foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), criada pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual legisla todo o sistema educacional e que instituiu a Política Nacional de Educação (PNE). Ainda, uma importante lei sancionada foi a Lei 9.131 de 1995 que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão responsável por, entre outros, auxiliar o MEC na formulação e avaliação da PNE.

De acordo com a LDB, a educação coaduna os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A referida lei, estabelece que a educação escolar é composta pela educação básica e educação superior (graduação e pós-graduação). No tocante a educação superior, a LDB estabelece que esta possui por finalidades, dentre outras, formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira. Desta forma, a LDB versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que consistem em um padrão geral de orientação para a elaboração dos projetos pedagógicos curriculares (PPC) dos cursos do ensino superior (BRASIL, 1996). Ante o exposto, o ensino superior ofertado por universidades deve prever o tripé ensino-pesquisa-extensão, obedecendo ao princípio da indissociabilidade destes três eixos de forma equivalente, em conformidade a Constituição Federal Brasileira (artigo 207) e LDB (BRASIL, 1988; BRASIL,1996).

As políticas educacionais são acompanhadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal ligada ao MEC, criado em 1938 pelo Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938, tendo suas funções e organização alterados em 1997 (BRASIL, 1997).

Por definição, o ensino compreende as atividades voltadas ao aprendizado dos alunos; já a pesquisa, compreende as ações desenvolvidas com o objetivo de fomentar as atividades de pesquisa dentro das universidades; e por extensão, as atividades desenvolvidas junto a população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, sendo que, minimamente, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação devem ser cumpridos em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 1996; BRASIL, 2018). Considerando tais requisitos, todas

IES devem elaborar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), no qual devem informar o objetivo do curso, descrever os componentes curriculares (ensino), e as atividades de pesquisa e de extensão que serão ofertados aos discentes no período formativo (BRASIL, 1996).

A importância do PPC se dá no fato de que todas as ações propostas para a construção da realidade que se deseja alcançar, devem ser discutidas, planejadas e consolidadas neste documento denominado Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica, Projeto Pedagógico Curricular ou simplesmente Projeto Pedagógico. Todas essas expressões citadas apresentam o mesmo sentido de orientar, direcionar uma ideia, refletir sobre um processo pedagógico alicerçado em ações presentes com vistas à formação do educando para o exercício da cidadania e consciência crítica (NASCIMENTO; NASCIMENTO; LIMA, 2020).

O ensino de graduação subdivide-se em tecnológico, bacharelado e licenciatura; e pós graduação, que divide-se em *lato* e *stricto sensu* (BRASIL, 1996).

O ensino tecnológico possui carga horária entre 1600 a 2400 horas, com a finalidade precípua de preparar para o exercício de profissões, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

A graduação (bacharelado e licenciatura) são cursos abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo (BRASIL, 1996). A carga horária destes é fixada pela DCN de cada curso.

A pós-graduação *lato sensu,* denominada especialização, são cursos que podem ser realizados por profissionais de nível superior, com o objetivo de ampliar ou complementar a formação inicial. Possuem carga horária, minimamente, de 360 horas (BRASIL, 2007).

A pós-graduação *stricto sensu* corresponde à formação em nível de mestrado e doutorado. Essa modalidade é marcada pelos objetivos mais aprofundados em formação científica e carreira acadêmica. Os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e se diferenciam pela duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão (BRASIL, 1996). A carga horária, mínima, prevista para a pós graduação *stricto sensu* é de 1.200 horas. É acompanhada e fiscalizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

fundação do MEC, que é responsável pela expansão e consolidação desta em nível de mestrado e de doutorado.

A graduação e pós-graduação tem como missão nas Universidades fomentar o Ensino-Assistência e a Extensão-Pesquisa afim de gerar-se o desenvolvimento Institucional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, [s.d.]).

No âmbito da pesquisa, destaca-se a existência de dois órgãos no Brasil que estão interligados às IES. O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) fundado em 1951, atualmente denominado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo papel consiste em promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento e coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico do país vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (BRASIL, 1989); e a Capes, encarregada da formação de docentes e pesquisadores, vinculada diretamente ao MEC. A partir daí as atividades de pesquisa são formalizadas e financiadas em programas específicos visando o desenvolvimento científico e tecnológico do país (BRASIL, 1992).

No que concerne as pesquisas nas universidades, estas ocorrem no âmbito dos grupos de pesquisa (GPs), estruturados em cursos *stricto sensu,* caracterizados pela liderança de um ou, excepcionalmente, dois pesquisadores sênior, existência de pesquisadores assistentes, pessoal de apoio técnico, bem como de estudantes, todos reunidos pelo interesse comum em torno de uma ou mais linhas de pesquisa e pelo uso compartilhado de equipamentos, instalações e demais recursos. No CNPq, desde 1993, os GPs são registrados e cadastrados, a partir das suas lideranças, no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP), atualmente vinculado a plataforma lattes, que se constitui em uma base que reúne todos os dados sobre os grupos de pesquisa do Brasil (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022).

2.2 A SAÚDE NA POLITICA

No contexto político, o Brasil prevê a saúde como direito social, juntamente a educação, moradia, lazer, emprego, etc, sendo direito de todos e dever do estado garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990).

Para alcançá-la, o Estado brasileiro, influenciado pela Reforma Sanitária Brasileira (RSB), um amplo movimento social, político e comunitário, criou o seu próprio sistema, o SUS por meio da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990. Conforme definido em lei, o SUS tem caráter público, possui os princípios da universalidade, integralidade e equidade. Formado por uma rede de serviços regionalizada, hierarquizada e descentralizada, com direção única em cada esfera de governo e sob controle dos usuários por meio da participação popular nas Conferências e Conselhos de Saúde, conforme a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

As políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacional, estadual ou municipal que afetam a todos os cidadãos. Estas podem ser visualizadas pela observação quanto aos modelos de atenção e gestão à saúde, os quais representam a forma de organização do sistema de saúde e suas práticas em resposta às necessidades da população (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2023).

Os modelos são expressos em políticas, programas e serviços de saúde que estejam em harmonia com os princípios e diretrizes que estruturam o SUS. Desta forma, o modelo adotado no Brasil é a APS como porta de entrada preferencial do cidadão ao SUS, ordenadora do cuidado e coordenadora das Redes de Atenção à Saúde (RAS), mecanismo de integração entre os diversos pontos de atenção à saúde (MENDES, 2011).

2.3 EDUCAÇÃO NA SAÚDE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Enquanto a Educação em Saúde consiste no processo educativo de construção de conhecimentos em saúde voltado à apropriação temática pela população, a Educação na Saúde consiste na produção e sistematização de conhecimentos relativos à formação e ao desenvolvimento para a atuação em saúde, envolvendo práticas de ensino, diretrizes didáticas e orientação curricular (BRASIL, 2013).

A educação voltada para a manutenção da vida e a saúde, conforme relata a história, teve seu surgimento como uma resposta para um grave problema de saúde pública vivido na Europa e nas Américas, datado final na segunda metade do século

XIX, as temidas epidemias de varíola, peste, febre amarela, tuberculose, entre outras, nos grandes centros urbanos.

Como resposta às necessidades, realizavam-se ações de disciplinamento das classes populares com difusão de regras de higiene e de condutas morais. Nos Estados Unidos, em 1919, o termo Educação Sanitária (Health Education) foi proposto numa conferência internacional sobre crianças, em que as noções de higiene foram propostas através de medidas preventivas, imunizações e cuidados individuais, mas com uma orientação comportamentalista. No Brasil, do século XIX até meados do século XX, a prática educativa em saúde também estava relacionada às regras e às normas de prevenção de doenças, através da orientação de discurso higienista e intervenções normalizadoras. O Estado, por sua vez, exercia sua função de civilizar e moralizar a grande massa da população afim de obedecerem às normas estabelecidas, a Biopolítica (FOUCAULT, 1979).

Nesse modelo higienista, as práticas educativas abordavam a doença e a intervenção curativa, sendo fundamentado no referencial biologicista do processo saúde-doença. As informações eram verticalizadas e a comunicação não acontecia facilmente, dada a ausência ou insuficiência de interação com os educandos (ABREU JUNIOR; CARVALHO, 2012).

Durante o período em que o Brasil se constituía em colônia portuguesa, destinada ao extrativismo e monopólio de produtos comercializados pela metrópole, não houve nenhuma preocupação com a criação de instituições de ensino superior no país e, ao contrário, qualquer iniciativa neste sentido foi vista como perigosa pelo colonizador. Por conta deste contexto, o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar instituições de ensino superior, o que somente ocorre, excetuando-se os seminários teológicos, após a vinda da família real. Com a vinda da família real para o Brasil, entre as medidas imediatas para o desenvolvimento da colônia, que se torna Reino Unido de Portugal e Algarves, D. João VI cria a Faculdade de Medicina da Bahia em fevereiro de 1808, durante sua rápida passagem pela região. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, tornou-se necessário implementar condições mínimas de infraestrutura para um contingente de, aproximadamente, 15 mil pessoas que chegaram à cidade (COELHO; VASCONCELOS, 2009).

As primeiras instituições de ensino superior fundadas pelos portugueses no Brasil Colônia, estavam diretamente articuladas às atividades militares, decorrentes da ocupação portuguesa e sua defesa. Segundo Fávero (1977), ainda em 1808, foram

criados os cursos de Cirurgia, na Bahia, que se instalou no Hospital Militar, e os de Cirurgia e Anatomia, no Rio de Janeiro, aos quais foi acrescido um ano depois o de Medicina. Para atender outras necessidades da Corte, com a concepção vigente de cunho estritamente profissionalizante, sendo necessária a formação de técnicos, foram criados, nesse período, no Brasil, cursos de Economia, Agricultura, Química, Desenho Industrial, Matemática, Desenho e História, Retórica e Filosofia, laboratório de Química, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, em pouca oferta pois a expansão era vista como ameaça. Todas essas iniciativas foram caracterizadas pelo pragmatismo, além de se destacarem pelo seu caráter laico e estatal. O projeto educacional de cursos superiores isolados esteve a serviço dos interesses das elites, que detinham o poder político e econômico na sociedade brasileira, demonstrado por um mecanismo institucional de política de dependência, instaurada no Estado colonialista (COELHO; VASCONCELOS, 2009).

Neste contexto histórico, surgiram os cursos da área da saúde, sendo Medicina em 1808; Farmácia, em 1832; Odontologia, em 1856; Enfermagem em 1890; Fisioterapia, em 1929; Nutrição, em 1939; Terapia Ocupacional em 1958 e Fonoaudiologia, 1961. Vindo a acontecer a expansão do sistema educacional no período republicano (1889) e a criação das universidades brasileiras. Tais cursos foram consolidados por discursos e práticas amparados na racionalidade biomédica, caracterizada por reducionismo biológico e mecanicista do cuidado voltado para o controle sobre os corpos.

Nessa perspectiva ontológica de cuidado, a biomedicina moderna e especialidades afins pautaram o cuidado a partir da doença, como fato patológico, afastando a dimensão existencial do sujeito adoecido, identificando o ser humano como máquina desregulada a ser retificada na direção de um estado hipotético de bem-estar a ser alcançado pela intervenção externa de um profissional qualificado (ILLICH, 1975; CLAVREUL, 1983; FOUCAULT, 2003; LUZ, 2004). Com isso, a medicina científica foi gradativamente descartando os aspectos subjetivos inerentes ao sofrimento, na busca do conhecimento técnico mais produtivo e eficiente para o controle das enfermidades, reconhecendo-as apenas em sua exterioridade e privando o sofrimento da sua dimensão produtora de sentidos e autoconhecimento ao seu portador (LUZ *et al*., 2013; CONTATORE; MALFITANO; BARROS, 2017).

Em 1990, com a promulgação da CF, um determinante fato aconteceu, que foi a determinação de que ao SUS competiria ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde (artigo 200, cap III.) compartilhando, assim, junto ao MEC a direção e orientação para a formação profissional em saúde.

Com a intenção de contribuir para a consolidação do SUS no Brasil, o MEC e o MS instituíram as DCNs para 14 profissões da Saúde (Biomedicina, Biologia, Educação Física (Bacharelado), Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço social e Terapia ocupacional, com o objetivo de oferecer uma formação que possibilite a qualificação do cuidado da assistência à saúde, contemplando os princípios do SUS. As DCNs, aprovadas pelo CNE entre 2001 e 2004, inserem-se no processo de reforma educacional brasileira como resultado de um longo processo de lutas, debates, reflexões e propostas que são advindos dos Manifestos da Educação de 1932 e 1959, principalmente da LDB de 1996 e com a contribuição da Lei Orgânica da Saúde na lei 8.080/1990.

A primeira resolução com diretrizes para a área da Saúde, a Resolução CNE/CES no 1.133 de 7 de agosto de 2001, que dispõe sobre as DCNs dos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição, apresenta elementos sobre perfil, competências e habilidades dos egressos, conteúdos curriculares, estágios e atividades complementares, organização do curso, acompanhamento e avaliação que atendam as demandas do SUS.

Acerca da educação na saúde, mais especificamente, a formação profissional para a saúde, o MS tocado com a formação e exercício profissional em saúde marcado pelo desenho flexneriano de ensino e trabalho, destoante dos princípios de integralidade do SUS, vem salientando que a formação para a área da saúde deve ter como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho e estruturar-se a partir da problematização do processo de trabalho e sua capacidade de dar acolhimento e cuidado às várias dimensões e necessidades em saúde das pessoas, dos coletivos e das populações (BRASIL, 2004).

A constatação de fragilidades na formação profissional em saúde é ratificada por Castro; Cardoso; Penna (2019) quanto a existência de políticas públicas e SUS, a luz do Parecer CNS 300 de 5 de julho de 2017, acerca das DCNs de 14 profissões da saúde, evidenciando que em 10 (Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Odontologia, Psicologia, Serviço

Social e Terapia Ocupacional) não mencionam a palavra SUS em suas DCN, enquanto que as políticas públicas também não foram mencionadas em 10 profissões (Biomedicina, Ciências Biológicas, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional) o que, por sua vez, aponta um universo de possível despreparo para a atuação dos futuros profissionais da saúde.

Diante da constatação de fragilidades, o CNS por meio da Resolução nº 569 de 8 de dezembro de 2017, aprovou o Parecer CNS 300 de 5 de julho de 2017, apresentando princípios gerais a serem incorporados nas DCNs de todos os cursos de graduação da área da saúde, sendo que algumas DCNs da saúde já foram atualizadas.

Para a Capes, as profissões da saúde correspondem a nove subáreas (CAPES, 2022), este trabalho segue esta normatização. O quadro a seguir apresenta o ano de elaboração e revisão das DCNs destes cursos.

Quadro 1 - Ano de elaboração/revisão das DCNs da saúde, CAPES, 2024.

Subárea	**Ano de elaboração/Resolução**	**Ano de revisão**
Enfermagem	2001/Resolução CNE/CES no 1.133/2001	-
Medicina		2014 Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014 2022/Resolução cne/ces 3, de 3 de novembro de 2022
Nutrição		-
Fisioterapia e Terapia ocupacional	2002/Resolução CNE/CES 4, de 19 de fevereiro de 2002 2022/Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2002	-
Educação Física	2018/Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018	-
Fonoaudiologia	Resolução CNE/CES nº 5, de 19 de fevereiro de 2002	-
Odontologia	2002/Resolução CNE/CES nº 3, de 19 de fevereiro de 2002	2021/Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021
Farmácia	2002 / Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002	2017/Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017

Fonte: a própria autora, 2024.

Mediante o exposto, propositadamente, uma reflexão se faz pertinente: a formação profissional na área da saúde tem preparado os futuros profissionais para a saúde ou para a doença?

O questionamento pode ser elucidado ao perceber-se a exclusão da saúde da maioria das DCNs e as poucas oportunidades dadas durante a formação profissional para se produzir saúde, ao focar no ensino dos processos de enfermidade.

Para Falkenberg *et al*. (2014), ao explanarem sobre a educação na saúde, os cenários de atuação dos profissionais da saúde são os mais diversos e com o rápido e constante desenvolvimento de novas tecnologias, além de exigências diárias envolvendo inteligência emocional e relações interpessoais se faz necessário que haja algo para além da graduação, que possa tornar os profissionais sempre aptos a atuarem de maneira a garantir a integralidade do cuidado, a segurança deles próprios como trabalhadores e dos usuários e a resolubilidade do sistema.

2.4 FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A universidade pública é um importante espaço de produção, acumulação e disseminação de conhecimentos. Ela se fundamenta em três bases inter-relacionadas: ensino, pesquisa e extensão.

A estruturação de como se dará o ensino é formalizada pela estrutura curricular descrita nos PPCs, os quais são documentos originais de domínio público da área da educação, e sua publicação é realizada pela Pró-Reitoria de Graduação e Coordenadoria de Apoio ao Ensino de Graduação (PROGRAD) da universidade, sendo sua autoria atribuída ao corpo docente da instituição de ensino, aos membros dos colegiados, núcleos docentes estruturantes e às coordenações respectivas a cada curso (BENEVIDES, *et al*., 2023).

A estrutura curricular do ensino superior brasileiro é formado por disciplinas ou componentes curriculares (CCs) e por uma carga horária mínima. Logo, as disciplinas são diferenciadas em obrigatórias, optativas e eletivas. Conceitualmente, disciplinas obrigatórias são aquelas que abordam os conhecimentos considerados essenciais e indispensáveis para uma formação. É exatamente seu caráter imprescindível que determina a sua obrigatoriedade; enquanto que as disciplinas optativas são disponibilizadas pelas IES como uma forma de ampliar a formação do estudante, podendo o discente escolher qual disciplina cursar, mas não sendo obrigado a cumpri-las. Com as optativas o estudante tem a possibilidade de moldar a sua capacitação conforme os seus objetivos profissionais; já a disciplina eletiva entende-se que é toda

e qualquer disciplina que não faz parte do currículo pleno do curso ao qual o aluno está vinculado (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, [s.d.]).

As disciplinas podem ser classificadas ainda quanto ao conteúdo em formativo ou informativo. Quando o conteúdo da disciplina apresenta caráter teórico-conceitual é qualificada como informativa; e quando habilita para a prática, incluindo carga horária prática, como formativa.

A segunda base do tripé da formação profissional, as atividades de pesquisa, consistem em requisito para uma formação qualificada seja na graduação, com a produção de monografia (obrigatória) e iniciação científica (opcional) seja na pós-graduação (BRASIL, 1996). Em nível mais avançado da pós-graduação a nível *stricto sensu*, os programas precisam dispor de grupos de pesquisas (GPs) no qual a inserção de discentes é obrigatória. Os GPs se organizam em torno de linhas de pesquisas e são liderados por pesquisadores com titulação de doutorado (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022).

Ainda, deve-se levar em consideração que a participação de discentes em GPs configuram-se como espaços importantes para a aquisição de conhecimento e possibilidades de despertar para a atuação profissional.

> Vasquez (1968, p. 206): a teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e em primeiro lugar tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seu atos reais, efetivos, tal transformação.

E completa o tripé de sustentação da formação profissional a Extensão Universitária, compreendida como a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social. Portanto, a extensão universitária, configura uma das funções sociais da Universidade, que tem por objetivo promover o desenvolvimento social, fomentar ações de extensão que levam em conta os saberes e fazeres populares e garantir valores democráticos de igualdade de direitos, respeito à pessoa e sustentabilidade ambiental e social. É, portanto, atribuição da universidade, conforme o artigo 4º do Capítulo II do Estatuto da UFES: “ VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação

cultural e das pesquisas científica e tecnológica geradas na instituição.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, [s.d.]).

Durante a graduação, as experiências no âmbito da extensão universitária, contribuem para a formação profissional, proporcionando aos discentes o desenvolvimento da cidadania e uma análise das conjunturas sociais. Os programas e atividades de extensão fazem parte de um processo educativo, de cunho interdisciplinar, científico e político, que tem o intuito de promover uma interação transformadora entre a universidade e demais setores da sociedade, com participação ativa de estudantes, sendo estes, orientados por um ou mais professores da instituição, para se alcançar um objetivo comum, que pode ser executado a médio e longo prazo (MEDEIROS, *et al.*, 2018).

2.5 PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS)

2.5.1 Delineamento Conceitual e Histórico

Sabe-se que a terminologia para abordagem do tema difere entre os países, bem como, algumas definições distintas e específicas sofreram alterações decorrentes do processo de construção e entendimento sobre o campo (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2021).

A OMS, em 1970, criou o Programa de Medicina Tradicional e iniciou um movimento de incentivar os países membros a inserirem a implementação das medicinas tradicionais e complementares (MTC) em seus sistemas de saúde. Termo que foi atualizado para Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2017) dada a inclusão da medicina integrativa.

Desde então, a repercussão da MTCI se comprova, mundialmente, dado o seu reconhecimento e inserção em sistemas de saúde de 170 estados-membros da OMS (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019). Nas Américas, as PICS estão regulamentadas em 14 dos 36 países (39%). Destes, oito contam com unidades técnicas do Ministério da Saúde (MS) responsáveis pelo assunto (Brasil, Chile, Cuba, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Equador). Em todos estes, com exceção do Equador, há oferta de atendimento em PICS no sistema de saúde (BRASIL, 2022).

Anteriormente, a OMS adotava o termo Medicina Tradicional e Complementar (MT&C) para designar um conjunto heterogêneo de práticas, saberes e produtos agrupados por não pertencerem ao escopo da medicina convencional consistindo em uma fusão da medicina tradicional e da medicina complementar englobando produtos, práticas e praticantes (SOUZA, TESSER, 2017; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2019, p. 8).

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde, em meados de 2017, a unidade técnica de Medicina Tradicional e Complementar da OMS adicionou o termo Medicina Integrativa para abordagens integrativas de Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (MTCI) e medicina convencional em relação a políticas, conhecimentos e prática (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2023).

Para além de um termo, a importância da MTCI para a saúde coletiva se dá ao passo que promovem uma visão ampliada do processo saúde/doença e da promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado. Atuam, igualmente, para o empoderamento dos sujeitos, favorecendo a percepção dos processos de adoecimento. Desta forma, possibilitando o uso racional das ações e serviços de saúde, com impacto nos custos do sistema de saúde (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2023).

Objetivando auxiliar as autoridades sanitárias a identificar soluções que propiciassem uma ampliação dos aspectos associados a melhoria da saúde e a independência dos pacientes, a OMS publicou o documento Estratégia da OMS Medicina Tradicional e Complementar 2002-2005 preconizando aos países o desenvolvimento de políticas observando os requisitos de segurança, eficácia, qualidade, uso racional e acesso (BRASIL, 2006). E o segundo documento Estratégia da OMS Medicina Tradicional e Complementar 2014-2023, o qual aborda que as ações a serem desenvolvidas e implementadas giram em torno de dois objetivos principais: oferecer apoio aos Estados-Membros para que usufruam da possível contribuição da Medicina Tradicional e Complementar (MTC) à saúde e promover a sua utilização segura e eficaz mediante a regulamentação de produtos, práticas e profissionais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2013).

Nesse documento a OMS definiu separadamente os termos Medicina tradicional (MT) e Medicina Complementar.

- Medicina tradicional (MT): a soma total dos conhecimentos, habilidades e práticas baseadas nas teorias, crenças e experiências indígenas de diferentes culturas, explicáveis ou não, usadas na manutenção da saúde, bem como na prevenção, diagnóstico, melhora ou tratamento de doença física e mental (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013, p. 15).
- Medicina Complementar (MC): também empregado como Medicina Alternativa, refere-se a um amplo conjunto de práticas de saúde que não fazem parte da tradição ou medicina convencional daquele país e não estão totalmente integradas ao sistema de saúde dominante. Eles são usados de forma intercambiável com a medicina tradicional em alguns países (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2019, p. 8).

De acordo com Otani; Barros (2011), o termo Medicina Integrativa (MI) surgiu nos anos 2000 como proposta de grupos profissionais norte-americanos e ingleses interessados no conceito de pluralismo terapêutico e em responder a agenda construída pela OMS para os estados-membros.

O Brasil ao criar a PNPIC adotou o termo PICS para designar os Sistemas Médicos Complexos e Recursos Terapêuticos que contemplem uma visão ampliada do processo saúde-doença, voltada à promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado, na perspectiva do aumento da resolutividade no SUS (BRASIL, 2006).

A conceituação dada na PNPIC é que as PICS são técnicas milenares, utilizadas como recurso terapêutico ao longo de muitos anos, para fins de cuidados com a saúde (BRASIL, 2012). O campo contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Dessa forma, pretendendo aproximar o alcance de uma saúde completa, aliando o bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade (BRASIL, 2018).

Segundo o glossário temático elaborado pelo MS, os sistemas médicos complexos são conjuntos de conhecimentos acumulados sobre a saúde humana que compreendem seis dimensões essenciais: a existência de uma cosmologia, ou seja, uma forma de apreender e representar a realidade; uma doutrina médica; uma morfologia do corpo humano; uma fisiologia ou dinâmica vital humana; um sistema de diagnósticos e um sistema de intervenções terapêuticas (BRASIL, 2018b). Já os

recursos terapêuticos contemplam meios, materiais ou procedimentos utilizados na promoção e na recuperação da saúde; são aqueles instrumentos utilizados pelos diferentes sistemas médicos complexos (BRASIL, 2015).

O conceito de sistemas médicos complexos foi incorporado na PNPIC a partir da definição de racionalidade médica, atribuída por Luz (2012, p. 9). Para a autora, em toda racionalidade médica há uma lógica mais racional ou teórica, centrada no saber, e outra, sintética, intuitiva, "artística" (que também porta um saber historicamente construído), centrada na missão curadora de acolher, mobilizar os doentes e orientar o tratamento individualmente. Ainda, a autora indica existir, para além, da racionalidade médica, a biomedicina (hegemônica), outras três, a medicina ayurvédica, a medicina tradicional chinesa e a medicina homeopática.

A história das medicinas tradicionais remonta ao início da existência do homem na terra, quando este buscava na natureza recursos para manter e melhorar sua condição de vida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). A partir da segunda metade do século XX, ocorre a expansão da (bio) medicina fortemente no ocidente, com a utilização de novos exames diagnósticos (especialmente de imagem), novas classes de medicamentos, novas técnicas e materiais cirúrgicos e novas áreas de pesquisa (genética, imunologia, virologia etc.) assim, muda-se a forma de produzir saúde e os responsáveis por fazê-la, isto é, os indivíduos se desapropriam de seus conhecimentos transferindo-o ao médico, detentor de um saber verdadeiro por ser comprovável, surgindo-se a era da medicalização (TESSER, 2009, p. 20 e 21).

Para Foucault (2003), a regulação médico-sanitária da vida foi utilizada como estratégia para ordenar a relação entre o Estado e indivíduos entre o final do século XVII e o final do século XIX. Segundo o autor, a medicina é uma das instituições ou disciplinas, assim como a escola, o exército e os presídios, que auxiliam e constituem o Estado moderno nessa tarefa de organizar a vida coletiva e individual. O autor defende a existência de positividade nessa relação entre o Estado e os indivíduos, em que estes não são simplesmente sufocados por uma superestrutura, mas que haveria uma produção de subjetividade que alimenta essa rede de poder. No caso da medicina, tolera-se a interferência dessa rede de saber-poder que redistribui os corpos, reorganiza o espaço, introduz reformas na vida cotidiana, porque produz positividades, resolve problemas médicos, possui certa eficácia curativa.

Segundo Foucault (1977) a biomedicina não é resultado de uma progressão histórica linear, impulsionada por descobertas científicas, mas consequência de uma

mudança na maneira de ver e de entender a clínica, em que se separa a doença do doente nas chamadas espacializações da doença. Ao se organizar em torno de uma teoria das doenças e da anatomoclínica, o saber médico se abre para uma medicalização de novos espaços.

O modelo biomédico afasta-se da importância à promoção da saúde e torna-se limitado pois não opera a integralidade dos indivíduos e insustentável, do ponto financeiro. Portanto, não atende ao conceito de saúde como completo bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença, proposto pela OMS em 1946.

Em contrapartida, as PICS são ratificadas sobretudo como estratégia para avançar na perspectiva da integralidade, que juntamente aos princípios de universalidade e equidade, formam as bases doutrinárias do SUS (BRASIL, 1990). Para Tesser; Luz (2008), uma atenção à saúde de qualidade deve considerar as múltiplas dimensões e dar conta das várias complexidades dos problemas das pessoas e da saúde pública, com profissionais que possuam uma abordagem integral, ampla e pluridimensional da saúde individual e coletiva.

2.5.2 As PICS no Sistema Único de Saúde

Após a promulgação da Constituição de 1988, o SUS foi normalizado pela Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que, em seu Art. 4.º, o define como um "[...] conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público". Desse modo organizam-se as ações e serviços definidos na Constituição Federal da República e na Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990, p. 4).

Um resgate histórico sobre as PICS remonta ao ano 1986, quando a Carta de Ottawa (1986), elaborada na Conferência do Canadá, listou condições e recursos fundamentais, identificando campos de ação na promoção da saúde e ressaltando a importância da equidade. Seguindo este direcionamento, em 1988, a Conferência da Austrália enfatizou a importância das políticas públicas como pressuposto para vidas saudáveis, destacando a responsabilidade das decisões políticas, especialmente as de caráter econômico para a saúde (BRASIL, 2002).

No Brasil, em 1980, iniciou-se o movimento de reforma sanitária brasileira (RSB), seguido da histórica VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS) (1986), a partir da qual

o conceito de saúde se desprendeu do termo doença, tendo culminância na criação do SUS. Nesse cenário, é possível analisar que o campo institucional formalizado em torno da saúde começa a repensar o que significa esse conceito de saúde, que anteriormente era tratado somente como ausência de doença (PAIM, 2009).

Ante o exposto, a VIII CNS é considerada um marco para a oferta das PICS no sistema de saúde, visto que, deliberou em seu relatório final pela "[...] introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica preferida" (BRASIL, 2006, p. 12). Essas práticas foram introduzidas institucionalmente em 1988, por meio da Resolução n.º 8/88 da Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação (CIPLAN). A contar desse movimento, criou-se um debate a respeito do novo modelo de saúde, que culminou no início de legislações, normas e resoluções que institucionalizaram as PICS, respaldadas pelos profissionais e gestores que acreditavam nas suas potencialidades (BRASIL, 2006).

Em 1996, a X CNS, em seu relatório final, aprovou a "[...] incorporação ao SUS, em todo o País, de práticas de saúde, como a Fitoterapia, Acupuntura e Homeopatia, contemplando as terapias alternativas e práticas populares" (BRASIL, 2006, p. 20).

No ano 2006, o Brasil aprovou por meio da Portaria n.º 971, a PNPIC no SUS contemplando, entre outras, diretrizes e responsabilidades institucionais para implantação/adequação de ações e serviços de medicina tradicional chinesa/acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, além de instituir observatórios em saúde para o termalismo social/crenoterapia e para a medicina antroposófica (BRASIL, 2006).

Logo, esse processo de formulação, aprovação e implementação da PNPIC, desenvolvido de forma transversal e com participação efetiva da sociedade, trouxe avanços para a saúde no País, pela normatização e institucionalização dessas práticas na rede pública, fato comprovado pela ampliação da oferta de serviços e produtos e pela aprovação de políticas, programas e legislação nas três instâncias de governo (BRASIL, 2012).

Em 2015, o documento da PNPIC foi reeditado com o nome de "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso" (BRASIL, 2015). A construção desse novo documento atendeu, sobretudo, à necessidade de se conhecer e incorporar experiências que já vinham sendo desenvolvidas na rede pública de muitos municípios e estados, mas que, devido à

falta de diretrizes específicas, se davam de modo desigual, descontinuado, sem o devido registro e avaliação. Sua publicação é considerada um avanço e um marco importante na introdução de práticas não convencionais no SUS, permitindo que saíssem da marginalidade e adentrassem na periferia do sistema (MAGALHÃES, 2019).

Atualmente vigoram duas outras portarias as quais incluíram novos sistemas e recursos terapêuticos no SUS. A Portaria n.º 849 de 27 de março 2017, que incluiu Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Ioga (BRASIL, 2017). E a Portaria, de n.º 702 de 21 de março de 2018, acrescentou a Aromaterapia, a Apiterapia, a Bioenergética, a Constelação Familiar, a Cromoterapia, a Geoterapia, a Hipnoterapia, a Imposição de mãos, a Medicina Antroposófica/Antroposofia aplicada à saúde, a Ozonioterapia, a Terapia de Florais e o Termalismo Social/crenoterapia, totalizando 29 diferentes modalidades de PICS institucionalizadas no SUS (BRASIL, 2018).

Segundo dados do Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde, no ano de 2018, as PICS estiveram presentes em 16.007 serviços de saúde, sendo 14.508 (90%) da APS, distribuídos em 4.159 (74%) municípios nos três níveis de atenção (APS, média e alta complexidade) em todas capitais. Já parciais para o ano de 2019 indicaram um aumento expressivo no registro, com realização das PICS em 17.335 serviços de saúde, sendo 15.603 (90%) da APS, distribuídos em 4.296 municípios (77%) nos três níveis de atenção em todas as capitais. Ao todo, foram ofertados 693.650 atendimentos individuais, 104.531 atividades coletivas com 942.970 participantes e 628.239 procedimentos em PICS (BRASIL, 2020).

Esta expansão das PICS, sobretudo, na APS leva a entender que a PNPIC está sendo implementada no sentido de ofertar aos usuários uma assistência à saúde de modo integral e resolutiva.

Logo, após 17 anos da aprovação da política no SUS, percebe-se alguns avanços quanto a implementação, destacando-se a incorporação de novas práticas e o aumento gradativo e expressivo da oferta na atenção básica e na atenção especializada.

O autor Telesi Júnior (2016), ao refletir sobre a incorporação das PICS no SUS, especialmente no contexto do Brasil, uma sociedade complexa, que tem incorporado

recursos tecnológicos cada vez mais sofisticados e dispendiosos, questiona: o que justifica a luta pela implementação e expansão das PICS? Para o autor, o olhar precisa estar nos trabalhadores de saúde, que engajados na prática das PICS, vivenciam-nas e utilizam-nas, movidos intrinsecamente pela vontade de afirmar uma identidade de cuidado oposta ao modelo dominante.

2.5.3 As PICS no Estado do Espírito Santo

A história do ES com a oferta das PICS nos serviços de saúde do SUS remontam a década de 1990. A primeira PICS a ser instituída foi a Fitoterapia e Plantas Medicinais, sendo implantada pioneiramente na atenção básica do município de Vitória, tendo como princípio a integralidade. A fitoterapia foi introduzida de maneira exitosa em todos os territórios de saúde, com prescritores capacitados, medicamentos fitoterápicos disponibilizados nas farmácias e projetos de jardins terapêuticos. A oferta de PICS foi ampliada para serviços de atenção secundários como Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro Municipal de Especialidades. Mais tarde, em 2016, por meio da Lei Municipal nº. 9.058/2016, foi regulamentada a Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares (PMPIC). O município oferta catorze modalidades de PICS sendo referência para demais municípios brasileiros na organização e atuação (SACRAMENTO, 2017).

No âmbito estadual, no ano 2000, a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) implantou o Centro de Referência em Homeopatia, visando realizar atendimento ambulatorial, desenvolver atividades de qualificação técnica e pesquisas. Mais tarde, esse serviço foi ampliado para Centro de referência em Práticas Integrativas e Complementares, localizado no Núcleo Regional de Especialidades, da região metropolitana. Oferta atividades nas áreas de Homeopatia, Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Plantas Medicinais e Fitoterapia além de também ter se tornado um núcleo de pesquisas com atividades docentes e estágios (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 2013).

Em 2013, a SESA publicou o documento Política de Práticas Integrativas e Complementares do Estado do Espírito Santo: Homeopatia, Fitoterapia/Plantas Medicinais e Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura abordando diretrizes e competências dos gestores municipais. Segundo o documento, a política foi concebida objetivando atender às atribuições do Gestor Estadual, conforme a PNPIC

do MS, estando de acordo com os princípios do SUS em promover acesso às pessoas que optarem por este tipo de tratamento, de forma igualitária e universal. Dentre os documentos que a fundamentam, encontra-se a Resolução Nº 543/2008 do Conselho Estadual de Saúde, que aprova a Proposta de Institucionalização da Política das Práticas Integrativas e Complementares: homeopatia, acupuntura e fitoterapia, no Estado do Espírito Santo (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, 2013).

O mesmo documento informa que o ES apoiou o plantio de hortas medicinais, em especial em terras indígenas, áreas de proteção ambiental e serviços de saúde, por meio de uma parceria informal com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) com orientação e fornecimento de mudas para a ampliação de áreas de plantio.

Segundo dados do Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, havia no ES 56, 60 e 56 municípios com alguma oferta de PICS nos anos 2017, 2018 e 2019, respectivamente, na atenção básica, secundária e terciária (BRASIL, 2020). Bernardi *et al*. (2023), diagnosticaram que as PICS são ofertadas em 70% dos municípios do ES, em diferentes modalidades e de diferentes formas e espaços de oferta como espaços terapêuticos e de promoção da saúde, como Unidades de Saúde, CAPS, Centros de Especialidade, Academias da Saúde, praças e parques, dentre outros. Além desses espaços de cunho prático, as PICS dispõem de espaços coletivos de discussão como: o Fórum Municipal de Vitória, oficinas e eventos diversos, grupos de discussão em crescente desenvolvimento nas universidades e a Rede PICS ES.

2.5.4 As PICS e sua regulamentação profissional

Objetivando o entendimento acerca do cenário da regulamentação profissional das subáreas da saúde para a atuação no campo das PICS, um apanhado sobre a legislação brasileira torna-se pertinente.

Para Marques (2020), a preocupação com a regulamentação profissional envolvendo a PNPIC está relacionada ao entendimento de que a saúde pública não envolve apenas questão de gosto pessoal ou consumo individual por afinidade com determinada terapêutica. Pensar em um cenário de saúde pública envolve vidas a nível individual e coletivo e, portanto, exige padrão público e social a fim de manter a

qualidade de vida de uma sociedade. Logo a saúde é mais do que um 'cardápio' de serviços, é uma necessidade cujos contornos envolvem padrões coletivos.

Ao longo dos anos, os conselhos profissionais de classe vêm regulamentando a atuação dos seus profissionais para o exercício das PICS. Ao conferir o caráter regulatório maximiza-se o fortalecimento, a segurança e credibilidade da mesma.

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), antes mesmo da implantação da PNPIC, por meio da Resolução 197, de 19 de março de 1997, estabeleceu e reconheceu as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem. Em 2008, (RESOLUÇÃO COFEN 362/2008) regulamentou a atividade de acupuntura e dispôs sobre o registro da especialidade, mas em 2015 revogou-a. Em 2018, atualizou a lista de especialidades da categoria, reconhecendo as PICS como especialidade por meio da Resolução COFEN Nº 581, de 11 de julho de 2018, e foram dispostas 12 modalidades, a saber: Fitoterapia, Homeopatia, Ortomolecular, Terapia Floral, Reflexologia Podal, Reiki, Yoga, Toque Terapêutico, Musicoterapia, Cromoterapia, Hipnose e Acupuntura. Destaca-se que a ortomolecular não faz parte da PNPIC, não podendo ser remunerada no SUS, mas sim em ambientes privados. Em 2024, o conselho ampliou o rol de PICS, normatizou a atuação de toda a categoria de enfermagem, estabelecendo novos critérios de formação e carga horária (RESOLUÇÃO COFEN Nº 739 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024).

A odontologia foi uma das pioneiras a regulamentar a atuação com PICS, no ano 2008, aproximadamente 2 anos após a implantação da PNPIC, aprovando 5 modalidades, sendo: Acupuntura (MTC), Fitoterapia, Hipnose, Homeopatia, Laserterapia (MTC) e Terapia Floral como habilitações (RESOLUÇÃO CFO 82/2008). Em 2015, a acupuntura e homeopatia tornaram-se especialidades e foram acrescentadas as habilitações em Ozonioterapia e Odontologia Antroposófica por meio da Resolução CFO 160/2015.

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) regulamenta a atuação do fisioterapeuta em acupuntura desde 1985 (RESOLUÇÃO COFFITO Nº. 60/1985; nº 393/2011). Em 2010, incluiu fitoterapia, práticas corporais, manuais e meditativas, terapia floral; magnetoterapia, antroposofia, termalismo/crenoterapia/balneoterapia e hipnose (RESOLUÇÃO COFFITO nº 380/2010). Em 2011, por meio das Resoluções COFFITO nº 398/2011 e 399/2011, incluiu a osteopatia e a quiropraxia. Portanto, atualmente dez modalidades estão

regulamentadas. Destaca-se que a magnetoterapia não faz parte da PNPIC, não podendo ser remunerada no SUS, mas sim em ambientes privados.

O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) em 2001, regulamentou a atuação da categoria em acupuntura, no entanto, em 2014 revogou (RESOLUÇÃO CFFa nº 272/2001; RESOLUÇÃO nº 456/2014). Mas em 2020, por meio do Parecer CFFa nº 45/2020, emitiu parecer favorável a atuação. As PICS a serem praticadas no SUS devem também seguir a Portaria MS nº 1.988/2018.

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) regulamentou em 2013 a atuação do farmacêutico em PICS e reconheceu 6 práticas como especialidade (RESOLUÇÃO CFF n° 572/2013; RESOLUÇÃO CFF n° 611/2015). No entanto, a Portaria MS n° 1.988/2018, conferiu ao profissional farmacêutico a atuação em quase todas as práticas da PNPIC. Recentemente, a Resolução CFF nº 732/2022 regulamentou a atuação do Farmacêutico em PICS, incluindo as vinte e nove práticas listadas pela política.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) reconhece a homeopatia como especialidade médica (RESOLUÇÃO CFM nº 1.000/1980) e regulamenta a atuação em acupuntura e fitoterapia mediante treinamento adequado (RESOLUÇÃO CFM nº 1.455/1995).

Quanto a atuação do terapeuta ocupacional, o COFFITO, por meio da Resolução nº 491/2017, regulamentou quinze modalidades, sendo: arteterapia, auriculoterapia, dança circular/biodança, fitoterapia, hipnose, magnetoterapia, medicina antroposófica, meditação, oficina de massagem/automassagem, práticas corporais, manuais e meditativas, reiki, shantala, Terapia Comunitária Integrativa (TCI), terapia floral e yoga. Ressalta-se que a magnetoterapia não faz parte da PNPIC, não podendo ser remunerada no SUS, mas sim em ambientes privados.

A atuação do nutricionista em PICS também está regulamentada pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). As PICS autorizadas totalizam 22, sendo: Apiterapia (exceto apitoxina), Aromaterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Bioenergética, Cromoterapia, Dança circular, Homeopatia, Imposição de mãos, Reiki, Medicina antroposófica/antroposofia aplicada à saúde, MTC: dietoterapia, fitoterapia e auriculoterapia, Práticas Corporais e Meditação, Musicoterapia, Reflexoterapia, Shantala, TCI, Terapia de florais e Yoga. A acupuntura também pode ser exercida mediante curso de especialização (RESOLUÇÃO CFN nº 679/2021).

A educação física em saúde, em 2020, foi reconhecida e codificada pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pelo MS. Entre as competências da profissão destaca-se realizar ações de promoção da saúde mediante práticas corporais, atividades físicas e lazer que engloba promover ações em práticas integrativas e complementares. Como esta é relativamente nova, acredita-se ser este o motivo de ainda não haver regulamentação do Conselho Federal de Educação Física para o exercício das PICS.

2.5.5 As PICS e a Formação Profissional

A OMS orienta seus países-membros para que a formação dos profissionais em MTCI tenha uma formação mínima adequada para sua integração nos sistemas oficiais de saúde. Esta formação mínima está descrita em documentos chamados de *benchmarks*, produzidos pela OMS a partir da participação de especialistas de vários países. Por exemplo, os de Ayurveda, Naturopatia, Osteopatia, MTC, Acupuntura e Tuiná. Nos *benchmarks* são estabelecidos, em média, uma formação de 2.500 horas para os profissionais sem uma formação prévia na área da saúde, sendo cerca de 30% da carga horária total em disciplinas da área da biomedicina. A formação na área da biomedicina é descrita como um critério importante para uma formação adequada numa atuação multiprofissional (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010).

Em relação aos profissionais que já tem uma formação na área de saúde, são estabelecidos dois tipos de regime: a formação completa retirando as disciplinas da biomedicina já estudadas na graduação da área de saúde convencional ou formações menores, específicas para aplicação de uma abordagem daquela MTCI em sua atuação profissional.

No Brasil, a formação profissional em PICS pode ser livre, graduação ou pós-graduação (AZEVEDO; PELICIONI, 2011), independentemente, de o aluno ser ou não da área da saúde. O MEC é o órgão responsável por regulamentar os requisitos gerais da formação como carga horária e currículo. Por cursos livres entende-se aqueles em que o MEC não estabelece carga horária mínima para a formação (NASCIMENTO *et al*, 2018). Contudo as associações de algumas práticas em PICS e alguns conselhos profissionais sugerem uma formação mínima adequada (AMADO, 2021).

Referente a formação a nível técnico, o MEC revisou em 2014 a relação de cursos contidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNST) (4ª edição do CNST) (BRASIL CNE/CEB Resolução nº 01/2014). Nesta edição está contido o curso técnico em Terapias Holísticas e Massoterapia, ambos com 1.200 horas de formação.

Logo, pode-se ter um profissional habilitado para atuar com uma modalidade específica, desde que tenha o ensino a nível médio e um profissional diplomado a nível técnico e outro profissional de nível superior que possa cursar a especialização de alguma modalidade de PICS.

No contexto da formação profissional em saúde em PICS no ensino superior, entende-se como disciplinas informativas aquelas que oferecem conteúdos introdutórios teórico-conceituais e as formativas, aquelas que habilitam o aluno na prática de uma ou mais PICS, o que inclui, necessariamente, carga horária prática (NASCIMENTO *et al*., 2018).

Embora não se tenha estabelecido em literatura, qual a carga horária e a ementa ideal para o ensino das PICS, todos estudos incluídos nesta revisão, apontam que a inserção do ensino das PICS está aquém da necessidade, pois, quando presente na grade curricular, a maioria são ofertas de disciplinas optativas e a carga horária é baixa. Sabe-se que o Sudeste lidera o quantitativo de cursos de formação em todas as subáreas, logo também apresenta maiores percentuais de presença das PICS. Os menores índices de ensino foram encontrados na região centro-oeste (ROCHA *et al*, 2022).

A formação a nível superior em alguma modalidade de PICS tem sido ofertada no tipo tecnológico, em formato presencial e Ensino a Distância (EAD). Para cursos de nível tecnológico na área da saúde, o MEC estabelece a carga horária mínima de 2.400 horas (MEC PARECER CNE/CES nº. 436/2001). Encontra-se aprovado o curso tecnológico Terapias Integrativas e Complementares da Escola Superior de Ensino de Ayurveda de Porto Alegre, com carga horária de 1.600 horas, homologado por meio da Portaria MEC n° 146/2022.

A quarta e última edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) (2022) não incluiu o curso tecnológico de terapias integrativas e complementares ou outros do campo das PICS, logo, não há como saber qual a carga horária tem sido recomendada.

Para Santos; Tesser (2012) é necessário ir além da criação de cursos de formação em PICS, coordenadores e idealizadores precisam dialogar com os

princípios e as diretrizes da Saúde Coletiva e da Promoção de Saúde. Sem essa aproximação, corre-se o risco de que tais práticas e medicinas assumam o mesmo formato intervencionista e curativo que tem predominado na medicina de base biologicista. Por sua vez, tais propostas, por mais humanizadoras e integrativas que pretendam ser, uma vez inseridas em dimensões inacessíveis para grande parte da população brasileira, não cumprem seu papel social e tendem a se tornar elitizadas.

Para Marques (2020), é necessário considerar que, a PNPIC sendo composta por um grupo de terapêuticas de diferentes níveis de organização e complexidade em um heterogêneo cenário de novas práticas de cuidado, seu aspecto formativo deve ser analisado de acordo com as características específicas de cada prática, de forma cautelosa para evitar uma formação rasa e difusa. A autora entende que a formação profissional envolvendo as PICS é tão diversificada quanto as próprias PICS, sendo então, impraticável formar um especialista em PICS, mas sim, em determinada(s) prática(s). Como várias dessas terapêuticas têm origem cultural em outras partes do mundo e o Brasil ainda não tem conseguido avançar quanto à essa regulamentação, há de tudo um pouco em termos de formação. Nesse sentido, para avançar no tema se torna necessário debater e delimitar quais PICS necessitam de uma formação extensiva acadêmica e, quais não, quais podem ser formadas com conteúdo informativo e quais necessitam de treinamento prático para que então sejam minimizados riscos e prejuízos potenciais aos usuários.

Apesar da constatação de avanços para a saúde coletiva ao longo desse tempo de implementação, pesquisas apontam a deficiência na formação profissional como um dos principais desafios para a sua expansão e fortalecimento, pois, a formação universitária na saúde possui uma forte tendência em desvalorizar a integralidade, por ensinar os profissionais a reduzir o indivíduo com foco na doença ou nos riscos inerentes a ela (SILVA *et al*., 2021).

2.5.7 PICS: Ensino, Pesquisa e Extensão

Pesquisas apontam baixa inserção das PICS no ensino universitário, e que quando presente, se dão por meio de disciplinas, em sua maioria, optativas, mostrando-se ainda insuficiente para promover uma inserção integrada destas práticas no cuidado e consolidar sua contribuição para a integralidade das ações de

saúde. Como proposta para ampliar o debate, a realização de estudos em unidades federativas tem sido sugerida afim de permitir comparação como estratégias para estimular e subsidiar mudanças na formação profissional superior em saúde com vistas ao fortalecimento das PICS (NASCIMENTO *et al*., 2018; NELSON *et al*., 2022).

Quanto a inserção das PICS na pós-graduação, especialmente em programas de mestrado e doutorado, até a presente data, por meio de uma revisão* em bases de dados contemplando teses, dissertações, monografias e artigos, não foram encontrados pesquisas.

Na perspectiva de entendimento quanto a ausência das PICS na saúde e na educação na saúde, Silva (2007) afirma que a relação entre a educação, saúde e suas práticas é condicionada por dimensões estruturais complexas ocorridas ao longo do tempo na formação do estado brasileiro. No plano histórico, a sucessão de modelos de educação aplicados a área da saúde pública não significa uma sequência evolutiva, mas uma descrição da prática dominante em relação aos problemas de saúde destacados para intervenção, visando a manutenção da hegemonia da classe dominante.

Historicamente o precursor de iniciativas de movimento das PICS nas universidades brasileiras foi o Grupo de Racionalidades Médicas, que se define como uma linha de estudos dedicada a comparações entre sistemas médicos complexos (medicina ocidental ou biomedicina, homeopatia, medicina tradicional chinesa, ayurveda), além de promover pesquisas sobre práticas e representações de saúde relativas ou não a esses sistemas. Esse grupo iniciou suas atividades no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1991, sendo sediado na Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação da professora Madel Therezinha Luz (AZEVEDO; PELICIONI, 2011).

Os estudos produzidos pelo GP Racionalidades médicas forneceram subsídios à produção de normas, e legislação especifica sobre as medicinas e práticas terapêuticas, em níveis municipal, estadual e nacional, como a própria PNPIC (NASCIMENTO; NOGUEIRA; LUZ, 2012).

Outros GPs que destacam-se pelo expressivo tempo de atuação, desenvolvimento de pesquisas e formação são o Laboratório de Pesquisas de Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS), da UERJ, criado em 2000 e certificado como GP no diretório do CNPq em 2004. Trata-se de um programa de estudos que reúne um colegiado de pesquisadores que auxiliam na identificação e na construção

de práticas de atenção integral à saúde, no site são encontradas 40 publicações (livros) de acesso gratuito a nível de ensino, pesquisa e extensão (texto extraído da internet); Laboratório de Práticas Alternativas, Complementares e Integrativas em Saúde (LAPACIS), vinculado ao Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que se configura como um espaço de ensino, pesquisa e extensão das PICS. Oferta especialização Curso de Especialização Práticas Integrativas em Saúde: Ampliação da Cultura de Cuidado e o Curso livre de Yoga: Yoga como Prática Integrativa em Saúde – Bases Teórico-Práticas; e o Grupo de Práticas Complementares de Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), formado por docentes, enfermeiros, alunos e variados profissionais de saúde. Desde março de 2006, realiza reuniões mensais nas quais ocorrem exposições sobre as Práticas Complementares e desenvolvimento de pesquisas na área de PICS.

Impulsionados pelo intuito de contribuir para a expansão e o fortalecimento das PICS, inclusive no campo da pesquisa, em 2015, um grupo composto por usuários, instituições, movimentos sociais, professores, estudantes, pesquisadores, grupos de trabalho e demais interessados que se reconhecem enquanto atores sociais de um campo comum, constituíram a Rede Nacional de Atores Sociais em PICS (RedePICS Brasil) que desde então vem atuando de forma multivariada.

Outro acontecimento de fundamental importância se deu em 2017 quando foi criada a rede MTCI das Américas, articulada e facilitada pela Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e OMS, por meio do Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (OMS/OPAS/BIREME). A rede MTCI das Américas consiste em uma iniciativa colaborativa, de governança horizontal criada com o objetivo de articular diversos atores sociais envolvidos na geração de políticas, regulação, formação, promoção, prática, uso e pesquisa desses sistemas e métodos terapêuticos na Região das Américas. Atualmente integrada por instituições pertencentes ao Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai e Peru.

Ainda, em 2017, somou-se ao aparato tecnológico de desenvolvimento de pesquisas, o CABSIN, formada por pesquisadores de referência em MTCI, como organismo de integração entre pesquisadores e universidades que investigam na área, com o objetivo de promover a pesquisa colaborativa respeitando a complexidade do ser humano. Por meio da formação e articulação de comitês em temas diversos, o

mesmo vem empreitando uma série de mapas de evidências em efetividade clínica.

Outro relevante para o fortalecimento da ciência em PICS se deu em 2018, com a criação do Observatório Nacional de Saberes e Práticas Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde (ObservaPICS) pertencente a Fiocruz, com participação em discussões de diversos atores sociais, entre eles, os pesquisadores, cujo objetivo seria entre outros, estimular e produzir pesquisas em PICS.

No mesmo ano foi lançada a Biblioteca Virtual em Saúde em Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas em Saúde (BVS-MTCI-Bireme). A base de dados é gerida pela Rede Regional em MTCI para as Américas. Ainda, dentro da BVS MTCI foi criada a base da dados MOSAICO a qual registra a literatura sobre Modelos de Saúde e Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas. Atualmente a base aloja 2.185 publicações diversas em MTCI (texto extraído internet MOSAICO ON LINE, JUN 2023).

Em 2020 houve o lançamento de 14 mapas de evidências, disponíveis na base de dados Políticas Informadas por Evidências (PIE) da Bireme, os quais objetivam auxiliar a tomada de decisões políticas por meio das melhores evidências. As PIE também integram as sínteses de evidências de diferentes práticas que foram produzidas pela Fiocruz - Brasília para a Coordenação Nacional de PICS (CNPIC) do MS, que a partir de então produziu cinco informes técnicos tratando da utilização de algumas práticas para uso pela APS no controle de doenças crônicas (ansiedade, hipertensão, diabetes e saúde mental), além de um guia sobre auriculoterapia com recomendações para a prática, nas unidades básicas de saúde, como tratamento complementar da insônia, ansiedade, tabagismo, obesidade e dor lombar.

De acordo com Schveitzer *et al*. (2021), os mapas de evidências fornecem uma visualização fácil de informações valiosas sobre MTCI para formuladores de políticas, profissionais de saúde e pacientes, a fim de promover terapias complementares baseadas em evidências. Atualmente estão disponíveis 29 mapas de evidências, divididos em racionalidades médicas, produtos naturais, terapias não-farmacológicas, e desfechos clínicos os quais constituem importantes ferramentas também para o ensino e a pesquisa dessas práticas no país. A seguir, no quadro 2, uma descrição sumarizada dos mapas de evidências quanto a modalidade de PICS, título do documento e ano de publicação.

Quadro 2 - Modalidade de PICS ou racionalidade médica, descrição nominal do mapa de evidência e ano de publicação, Vitória-ES., 2024.

PICS	MAPA DE EVIDÊNCIA
Medicina Antroposófica	Mapa de Evidências Efetividade Clínica da Medicina Antroposófica
Várias	Mapa de Evidências Terapias Complementares e Integrativas para Doenças Cardiovasculares
	Mapa de Evidências Terapias Complementares e Integrativas para Dor Crônica
	Mapa de Evidências Terapias Complementares e Integrativas para Câncer do Útero
Plantas medicinais/ Fitoterapia	Mapa de Evidências Efetividade Clínica das Plantas Medicinais Brasileiras
	Efetividade Clínica das Plantas Medicinais e Fitoterapia para Saúde Mental e Qualidade de Vida
	Efetividade Clínica das Plantas Medicinais e Fitoterapia para Distúrbios Metabólicos e Fisiológicos
	Efetividade Clínica das Plantas Medicinais e Fitoterapia para Doenças Crônicas e Dor
	Efetividade Clínica da Fitoterapia e Plantas Medicinais para Cicatrização e Doenças Agudas
Homeopatia	Mapa de Evidências Efetividade Clínica da Homeopatia
Aromaterapia	Mapa de Evidências Efetividade Clínica da Aromaterapia
Apiterapia	Mapa de Evidências Efetividade Clínica da Apiterapia
Medicina Tradicional Chinesa	Mapa de Evidências sobre Medicina Tradicional Chinesa
	Efetividade Clínica das Práticas Mente e Corpo da Medicina Tradicional Chinesa
	Mapa de Evidências Ventosaterapia
	Mapa de Evidências Efetividade Clínica da Moxabustão
Acupuntura	Mapa de Evidências sobre Acupuntura e Auriculoterapia
	Efetividade Clínica da Auriculoterapia
	Efetividade Clínica da Acupuntura
Yoga	Mapa de Evidências sobre Yoga e Hatha Yoga
	Efetividade Clínica da Prática do Yoga
Meditação	Mapa de Evidências sobre Meditação e Mindfulness
	Efetividade Clínica da Prática da Meditação
Ozonioterapia	Aplicação Clínica da Ozonioterapia no Tratamento da COVID-19
	Aplicação clínica da Ozonioterapia Bucal
	Efetividade Clínica da Ozonioterapia Médica
Várias	Contribuições das Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas (TCIM) no contexto da pandemia de COVID-19
Shantala	Efetividade Clínica da Shantala
Reflexoterapia	Efetividade Clínica da Reflexologia

Fonte: Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa, 2024.

Ainda o *site* do MS dispõe de página sobre PICS, nesta encontra-se abas sobre assuntos diversos, tais como: Avaliação e Monitoramento, PNPIC, Educação em PICS, Pesquisas em PICS, Publicações e Legislação. Destaca-se aqui, por relação direta com a temática desta pesquisa, a aba Pesquisas em PICS, a qual reúne

informações quanto a locais aonde podem ser encontradas pesquisas científicas sobre as PICS, sendo: BVS MTCI das américas, Mapas de Evidência, ObservaPICS, Ideia SUS e Inventário de Referências em PICS; e na aba Educação em PICS encontra-se informações acerca de cursos ofertados por duas universidades públicas, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os cursos ofertados pelas instituições são demonstrados no quadro 3 a seguir.

Quadro 3 - Cursos sobre PICS ofertados em instituições de ensino públicas, Brasil, 2024.

CURSO	INSTITUIÇÃO
Curso Introdutório em Práticas Integrativas e Complementares: Práticas Corporais e Mentais da Medicina Tradicional Chinesa.	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Curso Introdutório em Práticas Integrativas e Complementares: Medicina Tradicional Chinesa.	
Curso Introdutório em Práticas Integrativas e Complementares: Antroposofia Aplicada à Saúde.	
Curso “Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para Agentes Comunitários de Saúde”.	
Gestão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS.	
Curso de Qualificação em Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Atenção Básica.	
Formação em Auriculoterapia para profissionais de saúde da Atenção Básica	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Formação de Acupuntura para Médicos da Atenção Básica	

Fonte: Ministério da Saúde, 2024.

O CNS, por meio da Resolução 569 de 8 de dezembro de 2017, orienta uma reorientação das DCNs de todos os cursos da saúde, destacando dentre os princípios gerais a serem incorporados que as diretrizes dos cursos de graduação da área da saúde considerem, entre outros, os pressupostos e fundamentos da promoção da saúde e seus determinantes, da Educação Popular em Saúde, e das Práticas Integrativas e Complementares como elementos constituintes da formação, objetivando que os egressos estejam preparados para reorientar os serviços de saúde; o fortalecimento da autonomia dos sujeitos e da cidadania, com olhar emancipatório; a humanização e a integralidade na atenção à saúde; e ainda, os pressupostos da intersetorialidade e interprofissionalidade.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Realizar o diagnóstico situacional do ensino, extensão e pesquisa das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo.

3.2 ESPECÍFICOS

- Identificar a oferta de disciplinas e/ou componentes curriculares (CCs) abordando PICS em nível de graduação e pós graduação no Centro de Ciências da Saúde;
- Elencar os grupos de pesquisa em PICS existentes no Centro de Ciências da Saúde;
- Verificar os projetos de extensão universitários em PICS no Centro de Ciências da Saúde.

4 METODO

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, transversal, documental, descritivo e exploratório acerca da oferta de disciplinas e conteúdo em nível de graduação e pós-graduação, existência de grupos de pesquisas, pesquisas desenvolvidas e atividades extensionistas em PICS no Centro de Ciências da Saúde da Ufes, referente ao período de 4 anos (janeiro de 2020 a dezembro de 2023).

O estudo foi desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa Investigação de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (iPICS).

A abordagem quantitativa de acordo com Minayo (2008), têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática. Suas investigações evidenciam a regularidade dos fenômenos.

A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. Esta recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32). O delineamento tipo pesquisa documental considera o ambiente em que são coletados os dados, bem como as formas de controle das variáveis envolvidas (MARCONI; LAKATOS, 2022). Para Gil (2020), a pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais. Considera fonte documental o material consultado interno à organização. Fases da pesquisa documental: pré-análise, organização do material e análise dos dados coletados (GIL, 2002). Os documentos podem ser constituídos por um texto escrito em papel, ou os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos. Dentre os mais utilizados nas pesquisas estão os documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações. O procedimento analítico mais utilizado na pesquisa documental é a análise de conteúdo.

Segundo Lakatos (2021), os estudos exploratórios são investigações de pesquisa empírica, cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: (1) desenvolver hipóteses; (2) aumentar a familiaridade do

pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa; (3) modificar e clarificar conceitos, sendo que é subdivido em estudos exploratório-descritivos combinados, os quais têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas.

Os documentos elencados para consulta foram os PPC, matrizes curriculares e ementas de cursos que consistem em documentos de acesso público.

A ferramenta adotada foi o diagnóstico situacional (momento explicativo) do Planejamento estratégico situacional, de Carlos Matus, a qual consiste em uma metodologia que objetiva construir um mapa cognitivo a respeito de uma determinada situação-problema. Este mapa pode ser considerado, para todos os efeitos, como um modelo descritivo de uma realidade complexa sobre a qual, num momento normativo posterior, se irão elaborar políticas especificamente voltadas a alterar a configuração atual descrita.

A primeira etapa do estudo consistiu em um levantamento produzido a partir do estado da arte sobre o tema o qual originou o primeiro resultado desta pesquisa (artigo 1); a segunda etapa, a realização da pesquisa de campo e por fim, a redação do relatório (artigo 2).

4.2 CENÁRIO

O estudo foi desenvolvido no âmbito do CCS da UFES, localizado no campus de Maruípe, Vitória/ES. Este oferta formação em saúde a nível de graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*.

A UFES foi originada das escolas e faculdades isoladas de ensino superior, criadas a partir da década de 1930, no bojo do processo de urbanização e industrialização do Estado do ES. A partir de 1954, graças à importância alcançada por essas instituições acadêmicas nas mais diversas áreas do conhecimento científico, cultural e tecnológico e à necessidade de agrupá-las de forma mais sistêmica e universal, é que se deu a criação pela Universidade do Espírito Santo, por meio da Lei Estadual nº 806, em 5 de maio de 1954. Em 30 de janeiro de 1961 ocorreu a federalização, e a instituição passou a ser chamada de Universidade

Federal do Espírito Santo, tal modificação se deu para propiciar a produção de conhecimento, mediante a pesquisa e a prestação de serviços em sintonia com a comunidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2021).

Portanto, a Ufes atua e está fundamentada nas áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão, complementando-as com atividades nas áreas de assistência à população e de gestão.

É formada por quatro campus, sendo Goiabeiras e Maruípe (Vitória), Alegre e São Mateus.

Administrativamente, é constituída pela Reitoria que conta com sete Pró-Reitorias: de Administração (PROAD); de Extensão (PROEX); de Gestão de Pessoas (PROGEP); de Assistência Estudantil e Cidadania; de Graduação (PROGRAD); de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG); de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN); pela Superintendência de Cultura e Comunicação; e por três Secretarias: de Avaliação Institucional; de Ensino a Distância; e de Relações Internacionais. E, ainda, pelas Assessorias e pelos Conselhos Superiores: Conselho de Curadores, Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A PRPPG conduz a política institucional da UFES de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, de pesquisa, incluindo Iniciação Científica, e de Inovação Tecnológica. Neste cenário, existem plataformas virtuais que figuram como recursos estratégicos para o alcance de objetivos diversos dentro do universo educacional, como a Stela Experta.

A PROEX gerencia a extensão universitária e dá suporte técnico e material às ações de extensão. É responsável pelo registro, certificação, cadastro de bolsistas, editais de fomento, divulgação das ações de extensão e ainda, pela manutenção do Sistema de Gestão da Extensão (SIGEX), portal de projetos oriundo do Sistema de Informações de Extensão (SIEX). Neste é possível conhecer os programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviço cadastradas. As atividades extensionistas recebem uma classificação secundária dada pelo responsável, isto é, curso ou oficina, programa, evento ou projeto.

Além de ser constituída por 11 Centros Acadêmicos (ou Centro de Ensino) que são unidades acadêmico-administrativas: Centro de Artes; Centro de Ciências Agrárias e Engenharias; Centro de Ciências Exatas; Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde; Centro de Ciências Humanas e Naturais; Centro de Ciências

Jurídicas e Econômicas; Centro de Ciências da Saúde; Centro de Educação; Centro de Educação Física e Desportos; Centro Tecnológico; Centro Universitário Norte do Espírito Santo.

O CCS possui em sua estrutura o hospital universitário, Hospital Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM), órgão suplementar da Universidade, certificado como Hospital de Ensino com inserção integral no SUS, localizado também no campus de Maruípe.

Os cursos são vinculados a 16 departamentos: Ciências Farmacêuticas, Ciências Fisiológicas, Clínica cirúrgica, Clínica médica, Clínica odontológica, Educação integrada em saúde, Enfermagem, Fonoaudiologia, Ginecologia e obstetrícia, Medicina especializada, Medicina social, Morfologia, Patologia, Pediatria, Prótese dentária e Terapia ocupacional. O quadro 4 demonstra a relação de cursos ofertados pelo CCS.

Quadro 4 - Cursos ofertados pelo CCS, segundo o tipo de formação profissional, Vitória-ES., 2024.

Tipo de formação	Tipo/Quantitativo	Cursos
Graduação	8	Enfermagem, Odontologia, Medicina, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional.
Pós-graduação	Residência – 3	Residência Multiprofissional (1 curso) - linha de concentração atenção à saúde da criança e do adolescente. Residência Uniprofissional em Medicina Veterinária (1 curso) - área de concentração clinica cirúrgica de animais de companhia, clínica médica de animais de companhia e patologia clínica. Residência Médica (27 cursos) - Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia do Aparelho Digestivo, Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Clínica Médica, Dermatologia, Endoscopia, Gastroenterologia, Ginecologia e Obstetrícia, Hematologia e Hemoterapia, Hepatologia, Infectologia, Mastologia, Medicina de Família e Comunidade, Medicina Intensiva, Nefrologia, Neonatologia, Neurologia, Oftalmologia, Patologia, Pediatria, Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Reumatologia, Urologia, Ultrassonografia em Ginecologia e Obstetricia e

		Transplante de Fígado.
	Mestrado – 9	Bioquímica, Biotecnologia, Ciências farmacêuticas, Ciências fisiológicas, Doenças infecciosas, Enfermagem, Nutrição e Saúde, Ciências Odontológicas e Saúde Coletiva.
	Doutorado – 5	Biotecnologia, Bioquímica, Ciências fisiológicas, Doenças infecciosas e Saúde Coletiva.

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

A Stela Experta consiste em uma plataforma que oferta apoio estratégico nas áreas de gestão de ensino, pesquisa, extensão e inovação à IES. A ferramenta integra automaticamente os dados dos currículos Lattes de professores, pesquisadores, alunos e colaboradores da instituição de modo a apoiar a implementação de políticas de gestão, além de possibilitar a contextualização desses dados de acordo com a nomenclatura utilizada pela própria instituição. Nesta, por meio dos dois módulos adquiridos, Pesquisa e Pós-Graduação, é possível, obter dados acerca da produção científica e projetos de pesquisa (módulo Pesquisa) e analisar a performance dos programas (módulo Pós-Graduação). As produções científicas são classificadas em: produções técnicas, evento, banca, produção bibliográfica e orientação. Os projetos subdividem-se em: desenvolvimento tecnológico, pesquisa e extensão.

O quadro 5 demonstra a relação de dados conforme a plataforma Stela Experta.

Quadro 5 - Relação de dados Plataforma Stela Experta, UFES/PRPPG, Vitória-ES., 2024.

Módulo	**Aba**	**Dados**
Módulo Pesquisa	Produção científica	Título da produção, País, Idioma, Tipo agrupador, Tipo, Subtipo, Natureza, Ano, Áreas do maior estrato Qualis (2013/2016), Maior estrato Qualis (2013/2016), Áreas do maior estrato Qualis (2013/2016) unificado, Maior estrato Qualis (2013/2016) unificado, Áreas do maior estrato Qualis (2017/2020), Maior estrato Qualis (2017/2020), Áreas do maior estrato Qualis (2017/2020) unificado, Maior estrato Qualis (2017/2020) unificado, ISSN Periódico, Periódico, DOI, URL, Fator de impacto JCR atual (2021), Fator de impacto JCR (ano da produção), Índice h do periódico - Scopus atual (2021), Índice h do periódico - Scopus (ano da produção), Indicador SJR atual (2021), Indicador SJR (ano da produção), SNIP atual (2021), SNIP (ano da produção), Atualizado no Experta, Validada?, ABNT, Palavras-chaves 1, 2 e 3; Identificador da produção, Total de autores, Autor (1 – 10).

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

Isto posto, o exercício da autonomia didático-científica prevista na Carta Constitucional permite à UFES considerar com absoluta prioridade o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na planificação e realização de suas atividades-fim. Logo, a sua política de gestão do ensino, da pesquisa, da extensão e da assistência atua na perspectiva da construção de um processo complexo de aprendizagens significativas, via ensino, pesquisa e extensão, que deem conta de formar cidadãos com comprometimento social, para transformar e enfrentar os desafios contemporâneos da sociedade brasileira, por meio da atuação profissional (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2021).

4.3 PARTICIPANTES

Os participantes do estudo foram os cursos de graduação, residência, mestrado e doutorado, bem como, os grupos de pesquisa, atividades de pesquisa e atividades extensionistas ofertados e desenvolvidos no CCS.

4.3.1 População

Embora trate-se de pesquisa quantitativa, não foram feitos cálculos para definição de amostragem pela definição dos objetivos e do cenário do estudo, considerando, portanto, a população total do cenário de pesquisa.

Por meio de uma busca prévia no *site* da instituição, checou-se quais informações estariam disponíveis o que possibilitou a definição dos critérios de inclusão e exclusão, totalizando quatro fontes de informação (*site* institucional, DGP, Plaforma Stela Experta e Sigex).

Critérios de inclusão/exclusão elencados.

A. Critérios de inclusão, o estudo foi composto pelos 8 cursos de graduação, os cursos de residência (residência multiprofissional e residência médica), os Programas de Pós-Graduação, em níveis de mestrado (9) e doutorado (5), que tenham disponíveis em *site* os documentos oficiais (projeto pedagógico de curso/matriz curricular, etc) para consulta ou que não tenham mas encaminhem por *e-mail* mediante solicitação; os grupos de pesquisa que abordem alguma temática em PICS

e que estejam com registro atualizado no Diretório Geral de Pesquisa; as pesquisas desenvolvidas; e as atividades de extensão que abordam a temática vinculados ao CCS que estejam cadastrados no portal de projetos SIGEX.

B. Critérios de exclusão: foram excluídos os 8 cursos de graduação em saúde, os 2 cursos de residência (residência multiprofissional e residência médica), os 9 Programas de Pós-Graduação, em níveis de mestrado e doutorado, vinculados ao CCS que não tenham disponíveis em *site* os documentos oficiais (projeto pedagógico de curso/matriz curricular, etc) para consulta ou que não tenham e não encaminhem por *e-mail* mediante solicitação; os grupos de pesquisa que abordem alguma temática em PICS e que não estejam com registro atualizado no DGP; as atividades de pesquisa não cadastradas; e os projetos de extensão que abordam a temática vinculados ao CCS mas não estejam cadastrados no portal de projetos SIGEX.

4.4 COLETA E TABULAÇÃO DOS DADOS

O período de coleta de dados compreendeu os meses de junho a dezembro de 2023. Para a coleta de dados acerca da presença das PICS no ensino (graduação e pós-graduação) foi utilizado um instrumento elaborado pelo autor, baseado nos objetivos e variáveis elencadas propostas para o estudo, disponível em apêndice 1. O mesmo foi transcrito para o *Google forms* que é um aplicativo de formulário online que tabula automaticamente as informações gerando planilhas, gráficos e tabelas.

As seguintes variáveis foram elencadas:

- Relacionadas aos cursos de graduação e pós-graduação: subárea de saúde, programa e grau, disciplina, subtemas das PICS (Homeopatia, Acupuntura, Meditação, etc.), formato (obrigatório, eletivo ou optativo) e conteúdo (informativo ou formativo).
- Relacionadas aos grupos de pesquisa: descrição nominal, e situação;
- Relacionadas a produção científica: modalidade de PICS e quantitativo;
- Relacionadas a extensão: modalidade de PICS e quantitativo.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Primeiro momento

Averiguou-se os locais de disponibilização dos documentos como etapa preliminar, identificando-se quatro fontes distintas: ensino - *site* institucional (graduação, residência médica e multiprofissional, mestrados e doutorados); pesquisa - Diretório Geral de Pesquisa (DGP/CNPQ) e a plaforma Stela Experta; extensão - Sistema de Gestão da Extensão (SIGEX). Nesta etapa, procedeu-se a fase pré-analítica identificando-se que haviam cursos que dispunham dos documentos no *site* institucional. Coletou-se os PPCs de todos os cursos de graduação e arquivou-se em pastas de trabalho; na residência multiprofissional e médica não encontrou-se; no mestrado e doutorado, identificou-se as matrizes curriculares, sendo que não encontrou-se um padrão nos programas de mestrado e doutorado que são pertencentes aos respectivos programas de pós-graduação, pois algumas matrizes curriculares possuem ementas, planos de ensino e outras não, nenhum destes cursos dispunham de PPC; no DGP, consultou-se informações sobre grupos de pesquisa (GP), e na Stela experta informações sobre produções científicas completando a busca por pesquisas; e no SIGEX, informações sobre extensão (apêndice X).

Neste momento, além de coletar-se as informações, foram sendo registradas o modo de execução da busca com a finalidade de elaborar-se um procedimento de pesquisa que seja útil para a reprodutibilidade da mesma nos demais centros acadêmicos da instituição (apêndice 2), pois nesta etapa, fomentou-se um projeto de maior abrangência visando o diagnóstico situacional de toda a instituição.

Segundo momento

Como no primeiro momento identificou-se alguns cursos que não dispunham dos documentos elegíveis para consulta em *site,* logo, procedeu-se a solicitação dos mesmos por *e-mail* às respectivas secretarias de cursos. Diante do não atendimento às solicitações por algumas secretarias, procedeu-se a coleta da ementa que havia na descrição das disciplinas em *site* dos programas de mestrado e doutorado; houve retorno da secretaria de curso da residência multiprofissional com o link do site aonde estava o documento e acessou-se o PPC do curso; das residências médicas o retorno da secretaria foi negativo. Dada a certeza de que as informações solicitadas são de acesso público e que a pesquisa tem por intuito beneficiar a instituição, optou-se pela elaboração de documento formalizado à diretoria do centro acadêmico, no entanto, sem retorno.

Terceiro momento

Os dados coletados formaram um banco de dados em planilha de Excel. As variáveis categóricas foram analisadas por meio da estatística descritiva (frequência absoluta e relativa). Construiu-se gráficos e tabelas. A análise e interpretação dos dados foi realizada amparada no referencial teórico de Nascimento *et al*. (2018), buscando-se evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e a literatura existente.

4.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa dispensa avaliação pelo Comitê de Etica em Pesquisa conforme a Resolução Nº 510, de 7 de abril de 2016, que dispõe em seu parágrafo único: Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP pesquisa que utilize informações de acesso público.

5 RESULTADOS

Os resultados e discussão organizados em artigos respondem aos objetivos da dissertação da seguinte maneira:

Quadro 6 - Produtos da dissertação, UFES/CCS, Vitória-ES, 2024.

Produto	Título	Status	Objetivos
Artigo 1	Panorama do ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Brasil: uma reflexão necessária	Submetido	Desdobramento da revisão bibliográfica
Artigo 2	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: contribuições do centro de ciências da saúde de uma universidade pública	Submetido	Geral e específicos

Fonte: o próprio autor, 2024.

5.1 ARTIGO 1: PANORAMA DO ENSINO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NO BRASIL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Cristiara Ferreira Lima Amite
Daniela Dallegrave
Fabiana Gonring Xavier
Marluce Mechelli de Siqueira

Resumo

Objetivo: apresentar o panorama brasileiro do ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no ensino superior da área da saúde, a nível de graduação e pós-graduação. **Método**: estudo qualitativo, de natureza descritiva e exploratória, do tipo revisão de literatura para levantamento do estado da arte, realizado no período 20 de maio a 10 de junho de 2023. **Resultados**: o estudo foi composto por estudos primários cujo método utilizado foi a análise dos projetos político pedagógicos e ementas curriculares para verificação de oferta de disciplinas abordando as PICS. Constatado que o ensino das PICS se dá, predominantemente, em formato optativo e de conteúdo informativo. Os estudos abordam, a priori, a formação de profissionais em saúde no âmbito da graduação em universidades públicas. **Conclusão**: apresentou-se o panorama do ensino das PICS. Compreende-se que o tema carece ser explorado por meio de estudos de campo que abarquem a inserção das PICS no ensino de modo abrangente.

Palavras-chave: práticas integrativas e complementares; integralidade em saúde; formação profissional em saúde.

RESUMEN

Meta: presentar el panorama brasileño de la enseñanza de prácticas integradoras y complementarias en salud (PICS) en la educación superior en el área de la salud, a nivel de pregrado y posgrado. **Método:** estudio cualitativo, de naturaleza descriptiva es exploratório, del tipo revisión de la literatura para levantar lo último logrado en el período 20 de mayo al 10 de junio de 2023. **Resultados:** enseñanza de las PICS se da, predominantemente, en formato opcional y contenido informativo. Los estudios abordan, a priori, la formación de profesionales de la salud en el ámbito de la graduación en universidades publicas. **Conclusión:** se presentó um panorama de la enseñanza de prácticas integradoras y complementarias en salud. Se entiende que el tema necesita ser explorado a través de estudios de campo que incluyen la inserción de PICS en la enseñanza exhaustivamente.
Palabras clave: prácticas integradoras y complementarias; integralidad en salud; formación profesional en salud.

ABSTRACT

Goal: present the Brazilian panorama of education of integrative and complementary practices in health, in higher education in the field of health, at undergraduate and graduate level. Method: qualitative study, descriptive and exploratory in nature, literature review type for surveying the state of the art, held from May 20 to June 10, 2023. Results: the teaching of the PICS takes place, predominantly, in optional format and informative contente. The studies address, a priori, the training of professionals in health within the scope of graduation in public universities. Conclusion: an overview of the teaching of PICS was presented. It is understood that the theme lacks be explored through field studies that encompass the inclusion of PICS in teaching in a comprehensive way.
Keywords: integrative and complementary therapies; **i**ntegrality in health; professional training in health.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o panorama sobre o ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) na formação profissional em saúde, de nível superior, concebida na interseccionalidade entre ensino e assistência. Partindo-se da premissa de que a educação brasileira em saúde prevê o preparo dos futuros profissionais para atuarem em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter de transversalidade e interdisciplinaridade, qualificando-os para uma atuação convergente às necessidades de saúde da população, consonante com suas políticas transversais, como a Política Nacional de Humanização, Política Nacional da Atenção Básica, dentre outras (BRASIL, 2003; 2011) com as quais a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) relaciona-se diretamente. Como também é dever do SUS, ordenar a formação dos seus profissionais, logo o ensino e assistência pareiam-se nesse processo complexo de formação em que se busca a integração do currículo na educação dos profissionais.

O Brasil, em consonância com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), institucionalizou no SUS as PICS por meio da Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) em 2006, inicialmente com cinco modalidades distintas (Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006), as quais são conceituadas como recursos terapêuticos que buscam a prevenção de doenças e a recuperação da saúde, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade, em consonância com o princípio da integralidade.

No decorrer do tempo até o presente, alguns avanços devem ser ressaltados como a aprovação de outras 24 práticas distintas, acrescidas nos anos de 2017 e 2018, totalizando atualmente 29 práticas, e também o crescimento de sua oferta no SUS, prioritariamente, na atenção básica. No entanto, alguns desafios ainda se sobrepõem a sua ampliação. As PICS ao fundamentarem-se na perspectiva da prevenção de agravos, promoção e recuperação da saúde para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde, destoa do paradigma do modelo biomédico vigente, o qual fragmenta o cuidado, foca a doença e a medicalização excessiva, consistindo, portanto, este uma importante barreira para a sua ampliação e efetividade do cuidado à saúde (SILVA *et al*., 2021).

Outrossim, a insuficiente formação profissional qualificada para atuação no SUS constitui-se como ponto de fragilidade central, sendo, necessário incrementar a oferta de cursos de formação em sintonia com a proposta do SUS. Nessa perspectiva, a inserção das PICS nos currículos da formação profissional na saúde, como princípio ético e epistemológico, vem sendo amplamente debatida e pesquisada (AZEVEDO e PELICIONI, 2011; SANTOS e TESSER, 2012; HABIMORAD *et al*., 2020; NASCIMENTO *et al*., 2018; NELSON *et al*., 2022).

Ratificam os autores Silva *et al*. (2021) essa afirmação refletindo que a formação universitária em saúde tende a desvalorizar fortemente a integralidade, ensinando os profissionais a reduzir o indivíduo com foco na doença ou nos riscos associados. Nesse sentido, ensinar o raciocínio clínico integrativo e complementar sugere que estudantes sejam capazes de integrar outras visões de mundo em sua forma de compreender o conhecimento e a ciência, de modo que futuros trabalhadores do SUS sejam menos dualistas e reducionistas do ponto de vista moral, o que ajuda a melhorar as relações com os usuários, reduz o uso de métodos invasivos de tratamento e contribui para a qualificação do trabalho em saúde.

Considerando que o processo de formação deve prever as possibilidades de atuação profissional, é relevante destacar que os conselhos profissionais legislam e respaldam seus profissionais a atuarem com as PICS (RESOLUÇÃO COFEN Nº 739/2024; RESOLUÇÃO COFFITO Nº 380/2010, Nº 398/2011 e Nº 399/2011; PARECER CFFa Nº 45/2020; RESOLUÇÃO CFM Nº 1.000/80, Nº 1.455/1995; RESOLUÇÃO CFN Nº 679/2021; RESOLUÇÃO CFO Nº 82/2008, Nº 160/2015; RESOLUÇÃO COFFITO Nº 491/2017), com exceção da educação física em saúde (codificada em 2020 pela Classificação Brasileira de Ocupação) e saúde coletiva (curso regulamentado pelo

MEC em 2017). Dado o contexto de afirmação de atuação profissional por esses Conselhos, cabe questionar a suficiência da abordagem em PICS nos currículos de graduação desses cursos.

As universidades ofertam a formação profissional em saúde, que compreende a realização de cursos de graduação e pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*). A grande área Ciências da Saúde é formada por nove subáreas (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Saúde Coletiva) (CAPES, 2022). Os cursos de graduação são ofertados em conformidade a regulamentação do Ministério da Educação (MEC), consonante com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), mediante a execução de um projeto político pedagógico (PPP). O PPP engloba diferentes cenários formativos, seja com foco no ensino, na extensão ou na pesquisa, considerando a inseparabilidade entre essas dimensões por meio da integração ensino-serviço-comunidade (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Diante da problemática levantada sobre o processo de formação profissional, o papel da universidade e o questionamento da suficiência do ensino das PICS, justifica-se a realização desse estudo o qual questiona: qual o panorama do ensino das PICS na formação profissional em saúde? Desse modo, espera-se contribuir para o debate a partir da análise de estudos realizados na última década, pelo método de investigação revisão.

RESULTADOS

Foram identificados 321 artigos na busca inicial. Procedeu-se a leitura dos títulos, sendo incluídos para leitura, 30 trabalhos. Após a exclusão dos repetidos (15), procedeu-se a leitura do resumo, sendo excluídos três estudos. A amostra total foi composta por 12 estudos.

Quadro 1 - Ensino das PICS na grande área Ciências da Saúde, 2023.

Título	UF	Autor/Ano/Revista/Tipo de estudo	Considerações
Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia	Todas	ROCHA, E. M. S. *et al*. 2022 Revista docência do ensino superior Artigo	Avaliou 317 cursos de universidades públicas, Enfermagem, Medicina e Odontologia. Encontrados 273 componentes curriculares (CCs) sobre PICS. A maioria desses CCs estão nas regiões Nordeste (37,8%) e Sudeste (31,5%) e distribuídos entre as graduações de Enfermagem (46.5%) e Medicina (40,3%). O estudo mostrou um aumento na oferta de CCs sobre PICS nas graduações de formação dos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) (Enfermagem, Medicina e Odontologia). Destaca-se a necessidade de uma maior valorização das PICS nas matrizes curriculares de Odontologia, curso que apresentou a menor oferta de componentes curriculares sobre essa temática (13,2%), com sua completa ausência nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.
Práticas Integrativas e Complementares: Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem em Práticas Integrativas nas Escolas Médicas do Brasil	Todas	ALBUQUERQUE, L. V.C. *et al.* 2019 Revista Brasileira de Educação Médica Artigo	Avaliou 272 (100%) cursos de medicina distribuídos nas cinco regiões brasileiras. A região sudeste lidera a quantidade de escolas médicas (41%). Constatou 57 cursos existentes e ativos atualmente abordam MAC (Medicinas Complementares e Alternativas) em seu currículo e estão distribuídos pelas cinco regiões. Cerca de 46% são públicos (29% nacional, 13% estadual e 5% municipal). O ensino de MAC, predomina no setor público (64,91%). Há prevalência do ensino da homeopatia e da acupuntura, seguido de medicina integrativa e fitoterapia. Existe uma predominância do ensino em módulos não obrigatórios ou disciplinas curriculares. Pode-se concluir que o número de escolas médicas quase triplicou depois de 1970, mas houve redução no ensino. A PNPIC não conseguiu impactar no crescimento do ensino de MAC, o que também ocorreu em relação ao SUS. Ainda não há sistematização do ensino de MAC nas escolas médicas brasileiras, como a Homeopatia e da Acupuntura, que são especialidades médicas.
Situação do ensino das práticas integrativas e complementares nos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e medicina	Todas	SALLES, L. F.; BEL HOMO, R. F.; DA SILVA, M. J. P. 2014 Cogitare	Avaliou 87 instituições públicas de ensino superior em Enfermagem, 74 em Medicina e 48 em fisioterapia. Na graduação de Fisioterapia, assuntos como hidroterapia e massagem não foram considerados como disciplinas das PICS, uma vez que são temas inerentes da profissão. Das práticas ensinadas, a acupuntura tem destaque. As escolas de Enfermagem (26,4%) oferecem mais disciplinas, seguidas pelas de Medicina (17,5%) e Fisioterapia (14,6%). A média de carga horária é de 46 horas nos três cursos.

		Enfermagem Artigo	
Práticas Integrativas e Complementares em saúde na formação em Educação Física: avanços, desafios, velhos e novos embates	Todas	BARBONI, V. G. A. V.; CARVALHO, Y. M. 2021 Saúde e Sociedade Artigo	Foram analisadas 172 matrizes curriculares de cursos ativos e regulares de graduação em Educação Física de 87 Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, sendo 106 licenciaturas (61%) e 66 bacharelados (39%). Foram consideradas PICS, além das 29 práticas reconhecidas pelo Ministério da Saúde também as medicinas tradicionais, racionalidades médicas e demais práticas encontradas que se orientam pelo referencial vitalista. Identificados 37 currículos (20 licenciaturas e 17 bacharelados), distribuídos em 25 IES, que apresentaram pelo menos uma oferta de disciplina voltada para a área de PICS. O levantamento incluiu os cursos de graduação, Programas de Pós-Graduação (PPG) e grupos de pesquisa com linhas de pesquisa em PICS. Identificaram 37 currículos com PICS no Brasil (21,5%). Observou-se a prevalência das disciplinas em cursos do Nordeste (30,4%) e Sul (26,7%). Na região norte, foi ausente. A ausência de disciplinas envolvendo PICS na região Norte foi destacada por ser essa uma região com grande presença de comunidades indígenas, e, portanto, onde poderia haver maior espaço para discussões acerca de medicinas tradicionais em currículos da área de saúde. As disciplinas foram majoritariamente optativas (80%), com carga horária teórico-prática (84,6%) compatível com o programa proposto (88,4%), não apresentam interface com o SUS (86,5%), apresentaram carga horária acima de 60 horas (55,8%).
Ensino de Práticas Integrativas e Complementares: uma análise dos cursos de odontologia do Brasil	Todas	MEDEIROS, J. P. *et a*l. 2022 Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento Artigo	Avaliou 228 cursos de odontologia quanto a sua natureza e carga horária total. Considerando os cursos com matriz curricular completa disponível, apenas 10 (4,39 %) ofertaram disciplinas referentes ao ensino das PICS, enquanto a maioria da amostra se encontrava ausente na grade curricular (218; 95,61%). As regiões Centro-Oeste (1; 10%), Nordeste (2; 20%), Sudeste (6; 60%) e Sul (1; 10%) apresentaram cursos ofertando a disciplina, de natureza obrigatória em apenas uma matriz curricular e com cargas horárias variando entre 30h e 60h. Na região norte não foi encontrado curso algum com o ensino. O estudo evidenciou que o ensino das PICS ainda é escasso no Brasil, afetando indiretamente o sistema público de saúde, uma vez que o perfil de egresso do cirurgião-dentista ainda é centrado no modelo biomédico, dificultando as políticas e o incentivo do uso de alternativas complementares no SUS.
Ensino das Práticas Integrativas e	ES	GONÇALVES I.A.C.; RODRIGUES	Avaliou 13 cursos de graduação: ciências biológicas, enfermagem, medicina, odontologia, nutrição, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, farmácia, psicologia, serviço social e bacharelado e licenciatura em educação física. Evidenciou que apenas três cursos

Complementares em Cursos de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)		L.C.M., SOARES, M.R.C. 2021 Caderno de Naturologia e Terapia Complementar Artigo	apresentam o ensino das PICS formalizado e institucionalizado em formato de disciplinas optativas: curso de farmácia e medicina com as disciplinas de Homeopatia ofertadas por seus respectivos departamentos de forma isolada, e o curso de nutrição com a disciplina de Fitoterapia. As disciplinas variam de 30 a 60 horas de carga horária e não apresentam referência à PNPIC e consequentemente ao SUS. Sob contextos históricos das evidências das medicinas tradicionais e complementares no SUS, na compreensão de que essas são potenciais consolidadoras de princípios estruturantes do sistema, a análise indica insuficiências e importantes desafios para a institucionalização do ensino das Práticas Integrativas e Complementares na UFES.
As práticas integrativas e complementares nos cursos da saúde de universidades públicas	PB	MORAIS, M. do S. T. *et al*. 2022 Revista Educação Popular Artigo	Avaliou duas IES públicas da Paraíba. Nas IES, observaram-se 30 disciplinas, 12 obrigatórias e 18 optativas, sendo 17 com carga horária de 30 a 32 horas. As modalidades mais ofertadas são Fitoterapia, Homeopatia e Acupuntura/Medicina Tradicional Chinesa, e os cursos com maior disponibilidade de disciplinas foram Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia. Conclui-se que a inserção do ensino em PICS nos cursos da saúde nas duas IES, embora abrangente, é fragmentada e isolada em disciplinas pontuais, principalmente, no formato optativo, deixando muitos estudantes sem o conhecimento das PICS, seus pressupostos teóricos e práticas terapêuticas.
Formação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Desafios para as Universidades Públicas	RJ	NASCIMENTO, M. C. *et al*. 2018 Trabalho Educação e Saúde Artigo	Avaliou seis instituições de ensino superior públicas no estado do Rio de Janeiro, em 2014. Constatou a oferta de ensino em PICs em 11 subáreas de saúde, com exceção apenas de Serviço Social, Nutrição e Fisioterapia. O curso de Medicina liderou essa oferta ao equivaler a 31% do total, logo após o curso de Farmácia, com 22%. A Enfermagem com 14%, seguida da Terapia Ocupacional com 7%, Educação Física, Psicologia e Saúde Coletiva (cada uma com 5% da oferta) e Medicina Veterinária (4%). Os cursos de Fonoaudiologia, Odontologia, Biomedicina e Ciências Biológicas, juntos, somaram 7% da oferta total. A distribuição das temáticas em PICS nas unidades de ensino avaliadas no estudo, indica maior predominância de homeopatia, que está presente em 44,6% das 56 instituições. Predominam os formatos optativos e os conteúdos informativos
Práticas integrativas e	RN	NELSON, I. C. A. S. R. *et al*. 2022	Foram selecionados 20 cursos de graduação oferecidos por instituições públicas do Estado do Rio Grande do Norte, a saber: educação física, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, nutrição, odontologia, saúde coletiva. Apenas 5% oferta módulo específico em formato obrigatório, relacionados a temática na sua estrutura curricular, 5% aborda conteúdo

complementares na graduação em saúde das universidades públicas do RN		Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento Artigo	restrito de PICS em um componente de processos terapêuticos, 70% apresentam apenas componente optativo e 20% dos projetos pedagógicos avaliados não apresentam componente relacionados à temática. 70% dos cursos avaliados que apresentam componentes e ou disciplinas optativas, verificou-se que a carga horária é de 30 horas, 45 horas ou 60 horas. Temáticas abordadas nos ementários: PICS 37,5%, Consciência/prática corporal 18,8%, Educação Popular e PICS 18,8%, Fundamentos da acupuntura 12,5% e PICS e espiritualidade 12,5%.
Ensino e formação em práticas integrativas e complementares em cursos de graduação em saúde: o “ainda não” nas universidades públicas pernambucanas?	PE	ANDRADE G. C. L./2021 Tese Fiocruz	Avaliou cinco IES públicas de Pernambuco. Dos 62 cursos, 44 eram da modalidade bacharelado e, desses, apenas 17 (38,63%) apresentavam 32 disciplinas em PICS, com variação de 1 a 5 por curso. A pouca oferta está concentrada na capital, nos cursos de Enfermagem e Medicina, prevalecendo os subtemas Plantas Medicinas/Fitoterapia e Abordagem teórico conceitual, sendo a maioria opcional e informativa. Desse conjunto de disciplinas, a maioria (81,25%) estava sendo ofertada no momento da coleta de dados, sendo mais da metade (57,69%) exclusiva de PICS e 42,30% compartilhadas com outras temáticas. Os quase 20% restante, dentre as 32 disciplinas, teve suspensão da oferta com justificativa única: escassez docente; seja por aposentadoria, alguma licença ou necessidade de cumprir carga-horária nas obrigatórias. Todas as disciplinas suspensas eram eletivas ou optativas e exclusivas de PICS.
Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Universidade: a formação como mola propulsora do bem viver	RS	SIEBENEICHLER, P. 2015 Trabalho de conclusão de curso UFRGS	Avaliou 13 cursos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 9 cursos não apresentaram disciplinas obrigatórias relacionadas à temática (Biomedicina, Ciências Biológicas, Farmácia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Medicina, Odontologia, Psicologia e Zootecnia), e os outros 4 demonstraram ter menos de 10% de suas disciplinas obrigatórias relacionadas (Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição), com média de 4,5% de oferta entre eles. Uma quantia ínfima de abordagem aos temas considerando a média de 61,5% de disciplinas obrigatórias dentre os 13 cursos estudados.
Cenário Atual do Ensino das Práticas Integrativas e Complementares nos Cursos de Graduação em Farmácia de Pernambuco	PE	FREITAS, T. P. *et al*. 2017 Resumo	Avaliou 18 Instituições de Ensino Superior em Pernambuco que ofertavam o Curso de Graduação em Farmácia. Destas IES, duas são instituições públicas e federais. Dos 18 cursos analisados, 14 possuem disciplinas obrigatórias diretamente relacionadas às PICS. A carga horária varia de 30 a 94 horas (média de 51,4 horas). Somente em uma IES é ofertada uma disciplina obrigatória que aborda diversas práticas. Nas outras 13 instituições, as disciplinas obrigatórias analisadas ficam restritas às áreas de Homeopatia e/ou Fitoterapia.

		publicado em anais - Congrepics	

Fonte: as autoras, 2023.

Das 12 produções científicas incluídas, 10 são artigos (83%). Foram incluídas uma monografia e uma tese nesta revisão, pois em busca empírica, realizada previamente ao estudo, nas bases BVS, BVS MTCI e SciELO, constatou-se que o quantitativo de publicações na temática proposta era reduzido. Logo, a ampliação e escolha da base de dados *Google Scholar* foi estratégica por reunir distintos tipos de pesquisas científicas como artigos, monografias, dissertações e teses. Ressalta-se que nas bases BVS, BVS MTCI e SciELO os artigos encontrados estavam em duplicidade.

DISCUSSÃO

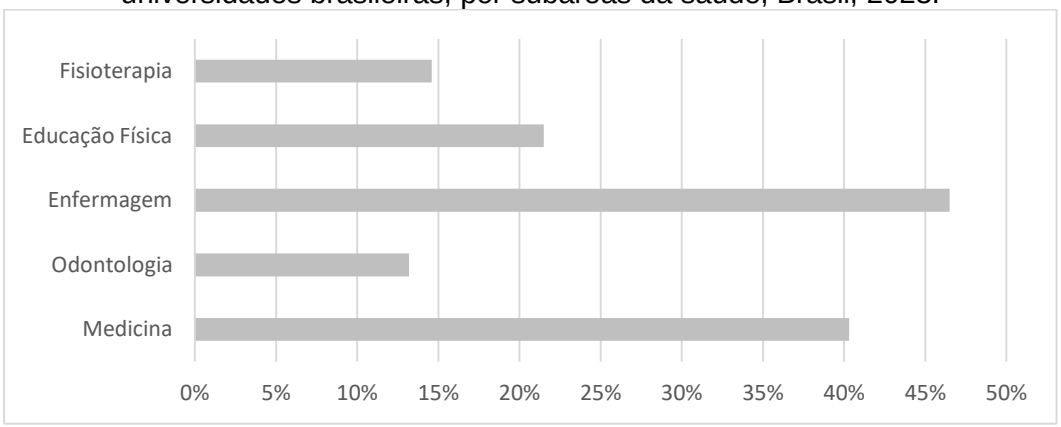
Pode-se observar que os artigos demonstram o ensino das PICS por subáreas da saúde que, nesta seleção, a amostragem abarcou todos os cursos ofertados no país ou em alguma das UF, a exemplo, do estudo sobre o curso de farmácia de Pernambuco (PE).

Pode-se observar a situação do ensino das PICS na graduação em seis (22%) estados (Espírito Santo, PE, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul), dos 27 estados brasileiros. Na PB, não consta informação sobre os cursos de fonoaudiologia, educação física e terapia ocupacional; o estudo realizado em PE constatou ausência de disciplinas nas subáreas de odontologia e terapia ocupacional (ANDRADE, 2021). Ainda no Estado de PE, o estudo de Freitas *et al*. (2017) analisou a inserção das PICS nos cursos de farmácia e constatou disciplinas obrigatórias de homeopatia e fitoterapia em 72,2% e de todas as PICS em somente um curso (5,5%); no RS destaca-se que o curso de medicina não possui oferta de disciplina obrigatória sobre PICS, mas no geral, em todos os cursos avaliados havia oferta de alguma disciplina seja obrigatória, alternativa ou eletiva; no RN, 20% dos projetos pedagógicos avaliados, não apresentam nenhum componente relacionados à temática (não informado quais cursos); no Rio de Janeiro, constatou-se ausência do ensino das PICS na nutrição e na fisioterapia; no ES constatou-se que inexiste o ensino das PICS em sete cursos da saúde (enfermagem, odontologia, nutrição, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e educação física).

Considerando o ensino das PICS por subárea da saúde, e em extensão de país, foram encontradas pesquisas em cinco (50%) áreas (enfermagem, medicina, educação física, fisioterapia e odontologia) dos 10 cursos da área ciências da saúde (separando-se a

terapia ocupacional da fisioterapia). Não foram encontradas publicações da subárea d e Nutrição, Farmácia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva. A seguir uma demonstração gráfica quanto a inserção das PICS, por subáreas da saúde, em universidades brasileiras.

Gráfico 1 - Inserção das PICS no currículo de cursos de formação em saúde, em universidades brasileiras, por subáreas da saúde, Brasil, 2023.



Fonte: os autores, 2023.

A maioria dos estudos (10; 83%) selecionados avaliam o ensino nas instituições públicas. Apenas os estudos quanto aos cursos de medicina e odontologia de todo o país incluíram na amostragem as instituições públicas e as privadas (ALBUQUERQUE *et al*., 2021; MEDEIROS *et al.*, 2022). Esta análise ampliada é imprescindível pois demonstra um panorama mais preciso. Conforme as legislações da saúde e da educação, ambos os tipos de instituições devem preparar os profissionais para atuarem no SUS, sendo que as universidades públicas são financiadas principalmente para este propósito.

Estudos que demonstrem o ensino por subáreas no país são interessantes pois ajudam a compreender as diferenças loco regionais. Embora não se tenha estabelecido em literatura, qual a carga horária e a ementa ideal para o ensino das PICS, todos estudos incluídos nesta revisão, apontam que a inserção do ensino das PICS está aquém da necessidade, pois, quando presente na grade curricular, a maioria são ofertas de disciplinas optativas e a carga horária é baixa. Sabe-se que o Sudeste lidera o quantitativo de cursos de formação em todas as subáreas, logo também apresenta maiores percentuais de presença das PICS. Os menores índices de ensino foram encontrados na região centro-oeste. O que mais desafia é a ausência do ensino de PICS na região norte, e também nas subáreas da educação física e odontologia

(BARBONI; CARVALHO, 2021; ROCHA *et al*., 2022; MEDEIROS *et al.*, 2022). Cabe destacar que o período do estudo abrangeu uma década, mas a predominância das publicações (7; 58,3%) concentrou-se nos últimos dois anos, o que demonstra um panorama recente.

Quanto a estudos abordando a inserção das PICS na formação superior na pós-graduação, somente dois estudos incluíram na amostragem. O estudo de Barboni; Carvalho (2021), na Educação Física e o estudo de Nascimento *et al*. (2018) realizado no RJ.

Decompondo-se pelos tipos de cursos de pós-graduação, em especialização, o estudo conduzido por Nascimento *et al*. (2018), relatou a oferta de ensino de PICS em três cursos de especialização *lato sensu* em universidades públicas, no Rio de Janeiro (não citado quais).

Sobre o ensino das PICS na modalidade residência, nenhum dos estudos selecionados incluiu-o em sua amostragem. Em 2016, teve início o primeiro Programa de Residência Multiprofissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde do país e única até a presente data, coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS/SP), com vagas para biologia, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, nutrição e terapia ocupacional.

Os autores Teixeira e Lin (2013), afirmam que programas de residência médica em Homeopatia estão disponíveis no Hospital Gaffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio); em Acupuntura estão presentes em nove instituições, a maioria localizada no Estado de São Paulo. De acordo com o Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura há no país, oito programas de residência em acupuntura (Florianópolis – Universidade Federal de Santa Catarina; Recife – Pernambuco Universidade Federal de Pernambuco; São Paulo - Universidade de São Paulo e Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo; Brasília - Faculdade de Medicina do Distrito Federal; Vitória - Universidade Federal do Espírito Santo). Azevedo; Pelicioni (2012), mencionam a presença de módulos ou disciplinas em PICS em residências multiprofissionais em Saúde da Família em Goiás e em Santa Catarina e destacam a reduzida presença do ensino de PICS em Programas de Residência Multiprofissional em Saúde.

O ES possui uma universidade federal cujo Centro de Ciências da Saúde (CCS) oferta oito cursos de graduação, três modalidades de residência (residência uniprofissional,

multiprofissional e médica), 10 programas de mestrado e cinco de doutorado. No hospital universitário da universidade funciona um serviço de acupuntura que é ofertado dentro do ambulatório de dermatologia, desde 2003. Tal serviço constitui campo de prática para duas residências médicas em Acupuntura, uma ofertada pelo Conselho Regional de Medicina do ES em parceria com a Ufes; outra, iniciada em 2020, ofertada pelo Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPI) com duração de dois anos e carga horária total de 5.760 horas (PORTARIA ICEPI Nº 011-S/2020).

Para Campos (2018), ao explanar sobre o SUS, as universidades públicas têm realizado papel decisivo na divulgação das doutrinas e na formação de profissionais com visão reflexiva e dispostos a combinar o trabalho sanitário com o ativismo democrático para defender o sistema e a implementação efetiva das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão de literatura constatou, uniformemente, que o ensino das PICS se dá, predominantemente, em formato optativo e de conteúdo informativo. Logo, considera que a inserção do ensino das PICS está aquém da necessidade, pois, quando presente na grade curricular, a maioria são ofertas de disciplinas optativas e a carga horária é baixa.

Pode-se observar que os artigos abordam prioritariamente a formação de profissionais em saúde no âmbito da graduação. Logo, pode-se reiterar a existência de lacunas na literatura que demonstrem a inserção do ensino das PICS na pós-graduação brasileira. A reduzida quantidade de artigos elegíveis para compor esta revisão apontam para o desafio da implementação da PNPIC.

O estudo tem como limitações o fato de não ter abarcado estudos de revisão sistemática.

Novas pesquisas poderão identificar a inserção das PICS no ensino de maneira abrangente, incluindo o setor de ensino privado, bem como, os cursos de nutrição, fonoaudiologia, farmácia, terapia ocupacional e saúde coletiva pelo fato de não ter sido identificadas publicações. Acrescenta-se, ainda, a relevância de pesquisas que avaliem a inserção do ensino das PICS na pesquisa e extensão. E, dessa maneira, fomentar e subsidiar mudanças curriculares na formação profissional superior em saúde com vistas ao fortalecimento das PICS no SUS.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo. EDITAL FAPES Nº 23/2022 - Programa de Capacitação de Recursos Humanos na Pós-Graduação - PROCAP 2023 Mestrado. Nº FAPES 112/2023.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Leila Verônica da Costa; LIMA, José Wellington de Oliveira; SILVA, Ana Beatriz Gois da; CORREIA, Ingrid Cavalcante Morais; MAIA, Ludmila Rios Osterno Gomes; BESSA, Matheus Costa; BESSA, Olívia Andrea Alencar Costa. Práticas Integrativas e Complementares: Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem em Práticas Integrativas nas Escolas Médicas do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 43 (4) : 109-116; 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/vbVNgQsGRfWdQTcscjMNzrM/abstract/?lang=pt> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

ANDRADE, Gabriella Carrilho Lins de. Ensino e formação em práticas integrativas e complementares em cursos de graduação em saúde: o “ainda não” nas universidades públicas pernambucanas?. *Tese de Doutorado* apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: < https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/58533> Acesso em 23 de mai. de 2023.

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação*. Trabalho Educação e Saúde,* 9 (3), Nov, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/WWDNxsKSVRpy75V6PN66R8B/abstract/?lang=pt> Acesso em: 24 de nov. 2022.

BARBONI, Viviana Graziela de Almeida Vasconcelos; DE CARVALHO, Yara Maria. Práticas Integrativas e Complementares em saúde na formação em Educação Física: avanços, desafios, velhos e novos embates. *Saúde e Sociedade.* São Paulo, v.30, n.3, e200872, 2021. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XnqSFsVX6wBqyyTQmKzhCrc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 971, de 03 de maio de 2006. *Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.* Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Humanização – PNH.* Brasília: 2003. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 2.488, de 21 de

outubro de 2011. *Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).* Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005*.* **Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 14/10/2022, Seção 1, Pág. 89. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Saúde Coletiva***.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2017-pdf/72431-pces242-17-pdf/file> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. DECRETO-LEI No 580, DE 30 DE JULHO DE 1938. **Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0580.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20No%20580,30%20DE%20JULHO%20DE%201938.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20do,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BENEVIDES, Rebeca; MIRANDA, Elaine Silva; ABRAHÃO, Ana Lúcia; PEREIRA, Silvia. Educação Interprofissional nos cursos da área da saúde de uma universidade pública. **SAÚDE DEBATE**, RIO DE JANEIRO, V. 47, N. 139, P. 905-917, Out-Dez, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/b8HZCjT6WNCPkJ9QDDKxvMc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. SUS: o que e como fazer?. **Ciência e saúde coletiva**, 23 (6), Jun. 2018. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/csc/a/ZPyBXcTXwZvLh5H9PDzvxpn/> Acesso em 20 de jul. 2023.

CMBA. COLEGIO MÉDICO BRASILEIRO DE ACUPUNTURA. Residência Médica em Acupuntura. Disponível em: <https://cmba.org.br/residencia-medica-em-acupuntura/> Acesso em 20 de jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN n. 581, de 11 de julho de 2018. *Atualiza, no âmbito do Sistema COFEN/CORENs, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós- -Graduação Lato e Strictu Sensu concedido a Enfermeiros e aprova a lista das especialidades.* Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen- -no-581-2018_64383.html> Acesso em 20 de jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução CFF nº 732, de 25 de agosto de

2022. *Regulamenta a atuação do Farmacêutico em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, e dá outras providências.* Disponível em:<http://www.crfsp.org.br/noticias/12269-atua%C3%A7%C3%A3o-do-farmac%C3%AAutico.html> Acesso em 20 de jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução COFFITO nº 491, de 20 de outubro de 2017. *Regulamenta ouso pelo terapeuta ocupacional das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, e dá outras providências.* Disponível em: < https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=8749> Acesso em: 20 de jul. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Parecer CFFa nº 45, de 15 de fevereiro de 2020. *Dispõe sobre Uso profissional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PIC) por Fonoaudiólogos*. Disponível em: <file:///C:/Users/Alexandre/Downloads/Parecer_CFFa_45_2020%20(1).pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 2.221, 23 de novembro de 2018. *Homologa a Portaria CME nº 1/2018, que atualiza a relação de especialidades e áreas de atuação médicas aprovadas pela Comissão Mista de Especialidades.* Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2221> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 679, de 19 de janeiro de 2021. *Regulamenta o exercício das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) pelo nutricionista e dá outras providências.* Disponível em: < http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=679> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução CFO 82, de 25 de setembro de 2008. *Reconhece e regulamenta o uso pelo cirurgião-dentista de práticas integrativas e complementares à saúde bucal.* Disponível em: < https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLU%C3%87%C3%83O/SEC/2008/82> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução CFO 160, de 02 de outubro de 2015. *Reconhece a Acupuntura, a Homeopatia e a Odontologia do Esporte como especialidades odontológicas.* Disponível em: <https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o- CFO-160-15-novas-especialidades.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

FOUCAULT, M. O Nascimento da Clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

GARROCHO, Érika Saiter; BERNARDI, Marina Lima Daleprane. *Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.* Disponível em: <https://atencaoprimaria.es.gov.br/praticas-integrativas-e- complementares-em-saude> Acesso em: 15 nov. 2022.

GONÇALVES, Ilona Açucena Chaves; RODRIGUES, Livia Carla de Melo; SOARES, Magda Ribeiro de Castro. Ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Cursos de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **Caderno de Naturologia e Terapias Complementares**, vol. 10, n. 19, 2021. Disponível em: < https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/CNTC/article/view/18514/12134> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

MEDEIROS, Jessika Paiva; HOLANDA, Júlia Kiara da Nóbrega; ALENCAR, Josilanny Araújo de Souza; RODRIGUES, Ana Caroline; ALENCAR, Aléxia Araújo; SOUZA, Lara Danúbia Galvão de; PEREIRA, Lívia da Silva; RIBEIRO, Ana Beatriz Bomfim Gomes; FERNANDES, Viton Dyrk Guimarães; ALVES, Maria Angélica Sátyro Gomes; GUÊNES, Gymenna Maria Tenório; MEDEIROS, Luanna Abílio Diniz Melquiades de; PENHA, Elizandra Silva da; ANJOS, Raline Mendonça dos; FILHO, Abrahão Alves de Oliveira. Ensino de Práticas Integrativas e Complementares: uma análise dos cursos de odontologia do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n.1, e0511123264, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23264> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA SAÚDE. GABINETE DO MINISTRO. PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MS Nº 1.077, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009. **Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde, e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde***.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15462-por-1077-12nov-2009&Itemid=30192> Acesso em 23 de mai de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017 (*) (**). *Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2017-pdf/78281-rces007-17-pdf/file> Acesso em: 23 de mai de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde*. Brasília, 2020. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pics/Relatorio_Monitoramento_das_PICS_no_Brasil_julho_2020_v1_0.pdf> Acesso em: 26 de mar. 2022.

MORAIS, Maria do Socorro Trindade; SILVA, Beatriz Brasileiro de Macedo; FORTE, Franklin Delano Soares; ALENCAR, João Pedro Pedreira. As práticas integrativas e complementares nos cursos da saúde de universidades públicas. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, p. 117-134, out. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/67311/34927> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do; ROMANO, Valéria Ferreira; CHAZAN, Ana Claudia Santos; QUARESMA, Carla Holandino. FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: DESAFIOS PARA AS

UNIVERSIDADES PÚBLICAS. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 2, p. 751-772, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/4PGykgCDsjXR3BjJYMqvrts/?lang=pt> Acesso em: 21 de mai. 2023.

NELSON, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso; CASTRO, Janete Lima de; FRANÇA, Raiane Caroline da Silva; SAMPAIO, Ana Tânia Lopes. Práticas integrativas e complementares na graduação em saúde das universidades públicas do RN**. Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, e47211226041, 2022. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26041> Acesso em: 21 de mai. 2023.

PORTARIA ICEPI Nº 011-S, DE 04 DE AGOSTO DE 2020. *Dispõe sobre a Designação de profissionais para a Supervisão dos Programas Estaduais de Residências em Saúde*. Disponível em: <https://icepi.es.gov.br/Media/ICEPi/Arquivos-ICEPi/Portarias/2020/Portaria%20ICEPi%20N%C2%BA%20011-S,%20de%2004%20de%20agosto%20de%202020.pdf> Acesso em: 21 de mai. 2023.

ROCHA, Erika Maria Sampaio; NASCIMENTO, Ezequiel Batista do; MARQUES, Carolina Alves; PASSOS, Larissa Ferreira; BARRETO, Lucas Alves Noronha; SOUZA, Reinan do Carmo; SOUZA, Thaynara Ferreira de; FONSECA, Yago Soares. Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 12, e035437, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/35437> Acesso em: 24 de nov. 2022.

SALLES, Léia Fortes; HOMO, Rafael Fernandes Bel; SILVA, Maria Júlia Paes da. SITUAÇÃO DO ENSINO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM, FISIOTERAPIA E MEDICINA. **Cogitare Enfermagem**, Out/Dez; 19(4):741-6, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-748066> Acesso em: 21 de mai. 2023.

SANTOS, Melissa Costa; TESSER, Charles Dalcanale. Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & saúde coletiva**, 17 (11), nov., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LVNxyWmP5Kp7qcqhDV5w75g/?lang=pt> Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVA, Pedro Henrique Brito da; BARROS, Leylaine Christina Nunes de; BARROS, Nelson Filice de; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves; OLIVEIRA, Ellen Synthia Fernandes de. Formação profissional em Práticas Integrativas e Complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(2):399-408, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bMPrN3XpzGh9mDjVmrXMGGN/?lang=pt> Acesso em: 04 de jan. 2023.

SIEBENEICHLER, Priscila. PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NA UNIVERSIDADE: a formação como mola propulsora do bem viver.

Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/142654> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

5.2 ARTIGO 2: PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: CONTRIBUIÇÕES DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Cristiara Ferreira Lima Amite
Fabiana Gonring Xavier
Marluce Mechelli de Siqueira

RESUMO

Objetivo: Apresentar o diagnóstico situacional relacionado ao ensino, pesquisa e extensão das práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) no centro de ciências da saúde (CCS) de uma universidade pública federal.
Método: Estudo de abordagem quantitativa, exploratória, descritiva, transversal, documental, com coleta de dados de junho a dezembro de 2023 em documentos oficiais disponibilizados eletronicamente. O período de recorte do estudo foi de 4 anos (janeiro de 2020 a dezembro de 2023). **Resultados:** No ensino, constatou-se disciplinas de homeopatia e fitoterapia, do tipo optativa, nos cursos de graduação de medicina, farmácia e nutrição; na enfermagem constatou-se disciplina obrigatória que aborda o assunto das PICS; na pós-graduação residência multiprofissional há uma disciplina de PICS no eixo transversal, do tipo obrigatória; nos programas de mestrado e doutorado em saúde coletiva, mestrado de enfermagem e ciências farmacêuticas, também encontra-se registro de disciplinas e conteúdos afins. Na pesquisa, há dois grupos de pesquisas, e o registro de 174 publicações científicas; na extensão, 19 atividades. Sobressaem temas generalizadamente às PICS, e especificamente relacionados às plantas medicinais/fitoterapia no ensino (60%) e na pesquisa (20,1%); e meditação (26,3%) na extensão. **Conclusões:** o diagnóstico situacional evidenciou a presença das PICS no ensino, pesquisa e extensão no CCS.

Palavras-chaves: Práticas integrativas e complementares; Integralidade em saúde; Educação permanente; Educação interprofissional; Formação profissional em saúde.

ABSTRACT

Objective: To present the situational diagnosis related to teaching, research and extension of integrative and complementary health practices (PICS) in the health sciences center (CCS) of a federal public university. **Method:** Study with a quantitative, exploratory, descriptive, cross-sectional, documentary approach, with data collection from June to December 2023 in official documents made available electronically. The study period was 4 years (January 2020 to December 2023). **Results:** In teaching, homeopathy and phytotherapy were optional subjects in undergraduate medicine, pharmacy and nutrition courses; in nursing, there was a mandatory subject that addresses the subject of PICS; in the multi-professional residency postgraduate course there is a PICS discipline on the transversal axis, which is mandatory; In the master's and doctorate programs in public health, master's degree in nursing and pharmaceutical sciences, there is also a record of related subjects and content. In research, there are two research groups, and the record of 174 scientific publications; in extension, 19 activities. Topics generally stand out in PICS, and specifically related to medicinal plants/phytotherapy in teaching (60%) and research (20.1%); and meditation (26.3%) in extension. **Conclusions:** the situational diagnosis highlighted the presence of PICS in teaching, research and extension at CCS.

Keywords: Integrative and complementary practices; Integrality in health; Permanent Education; Interprofessional education; Professional training in health.

RESUMÉN

Objetivo: Presentar el diagnóstico situacional relacionado con la docencia, investigación y extensión de las prácticas integradoras y complementarias en salud (PICS) en el centro de ciencias de la salud (CCS) de una universidad pública federal. **Método:** Estudio con enfoque cuantitativo, exploratorio, descriptivo, transversal, documental, con recolección de datos de junio a diciembre de 2023 en documentos oficiales disponibles electrónicamente. El período de estudio fue de 4 años (enero de 2020 a diciembre de 2023). **Resultados**: En la docencia, la homeopatía y la fitoterapia fueron materias optativas en las carreras de medicina, farmacia y nutrición; en enfermería existía una asignatura obligatoria que aborda el tema de PICS; en el posgrado de residencia multiprofesional existe una disciplina PICS en el eje transversal,

la cual es obligatoria; En los programas de maestría y doctorado en salud pública, maestría en enfermería y ciencias farmacéuticas, también existe un registro de materias y contenidos afines. En investigación, existen dos grupos de investigación, y el registro de 174 publicaciones científicas; en extensión, 19 actividades. En el PICS destacan temas en general, y específicamente los relacionados con plantas medicinales/fitoterapia en la docencia (60%) y la investigación (20,1%); y la meditación (26,3%) en extensión. **Conclusiones:** el diagnóstico situacional destacó la presencia del PICS en la docencia, investigación y extensión del CCS.

Palabras clave: Prácticas integradoras y complementarias; Integralidad en salud; Educación Permanente; Educación interprofesional; Formación profesional en salud.

INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro aponta para o aumento gradativo e significante da oferta das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) nos seus municípios ao longo dos 17 anos da sua inserção no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC), especialmente na Atenção Primária à Saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020a; BRASIL, 2006).

Pelo país, sabe-se que a oferta de formação profissional em PICS se dá, predominantemente, na rede privada de ensino, por meio de cursos de especialização (AZEVEDO; PELICIONI, 2011). Estudos demonstram a inserção do tema na matriz curricular de cursos de graduação em saúde de universidades públicas, com destaque para a enfermagem e farmácia, contemplando o tripé ensino-pesquisa-extensão, mas destacam a necessidade de estudos complementares, devido a inexistência de mapeamentos, especialmente, na pós-graduação, em pesquisas e extensão (BARRETO, 2015; SALLES; HOMO; SILVA, 2015; SOUSA *et al*., 2021).

As autoras Azevedo; Pelicioni, (2011), ressaltam a insuficiência de mão-de-obra qualificada para atuação no SUS como um dos principais desafios para esta ampliação, discutindo-se a importância da obtenção desse conhecimento prévio durante a formação em saúde para uma atuação multi, inter e transdisciplinar congruente às necessidades em saúde da população.

Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), cenário do estudo, há presença das PICS no ensino das graduações de medicina, nutrição e farmácia (GONÇALVES; RODRIGUES; SOARES, 2021; ROCHA *et al*., 2022).

Considerando estes estudos que revelam a presença de PICS na graduação, desejou-se obter maior aprofundamento da temática a nível de pós-graduação, pesquisa e extensão na universidade.

Ao apresentar um diagnóstico situacional quanto ao ensino, pesquisa e extensão em PICS no CCS da universidade, o estudo espera contribuir para a reflexão, discussão e proposição da inclusão de conteúdo nos cursos ofertados.

O estudo objetiva apresentar o diagnóstico situacional quanto a inserção das PICS no ensino, pesquisa e extensão ofertado no CCS da universidade pública do Estado do Espírito Santo (ES), de abrangência a graduação, pós-graduação, grupos de pesquisa, pesquisas e extensão.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, exploratória, descritiva. Estudo transversal, documental que tem como fonte de dados os documentos dos cursos de graduação e pós-graduação, na área da saúde, acerca da oferta de disciplinas e conteúdo; e existência de grupos de pesquisas, pesquisas desenvolvidas e atividades extensionistas em PICS no CCS da UFES, referente ao período de quatro anos (janeiro de 2020 a dezembro de 2023); desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa (GP) Investigação de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (iPICS).

A pesquisa foi documental, disponível em acervo eletrônico, de acesso livre aos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), matrizes, ementas e plano de ensino e plataformas eletrônicas. Deste modo foram executadas as fases da pesquisa documental: pré-análise, organização do material e análise dos dados coletados (GIL, 2002).

A primeira etapa do estudo foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico utilizando-se os descritores em saúde: Práticas integrativas e complementares; Integralidade em saúde; Educação permanente; Educação interprofissional; Formação profissional em saúde.

O cenário de realização do estudo foi o CCS da UFES, localizado no campus de Maruípe, pertencente ao município de Vitória, capital do ES, região sudeste. O CCS oferta formação em saúde a nível de graduação (8 cursos) e pós-graduação (*lato sensu* - Residências Médica e Multiprofissional; *stricto sensu* - Mestrados (9) e Doutorados (5)). Em sua estrutura possui 16 departamentos.

O estudo foi composto pela população total. Identificou-se quatro fontes de dados: o *site* institucional, o Diretório Geral de Pesquisa (DGP), a plaforma Stela Experta e o Sistema de Gestão da Extensão (SIGEX). Nesta etapa, procedeu-se a fase pré-analítica identificando-se que haviam cursos que dispunham dos documentos no *site* institucional e outros que não, levando a solicitação dos mesmos por *e-mail* às respectivas secretarias de cursos.

A partir deste levantamento, definiu-se os critérios de inclusão e exclusão.

A - Critérios de inclusão: cursos de graduação (8), os cursos de residências (2), os Programas de Pós-Graduação (PPGs) em níveis de mestrado (9) e doutorado (5), que tenham disponíveis em *site* os documentos oficiais (PPC), matriz curricular, ementa e plano de ensino) para consulta ou que não tenham, mas encaminhem por *e-mail* mediante solicitação; os GPs que abordem temática em PICS com registro atualizado; as pesquisas cadastradas; e as atividades extensionistas cadastradas.

B - Critérios de exclusão: os cursos de graduação, de residência, os PPGs em níveis de mestrado e doutorado, vinculados ao CCS que não tenham disponíveis em *site* os documentos oficiais (PPC, matriz curricular, ementa e plano de ensino) para consulta ou que não tenham e não encaminhem por *e-mail* (documentos eletrônicos/ou impressos/disponibilizados em redes oficiais da UFES/ou enviados via *e-mail*); os GPs que abordem temática em PICS com registro desatualizado; as pesquisas não cadastradas; e as atividades extensionistas não cadastradas.

O estudo apoiou-se no referencial teórico de Nascimento *et al*. (2018), no entanto, diferiu-se quanto a abrangência, pois neste estudo, os conteúdos dados em disciplinas que não são especificamente de PICS mas mencionam esse campo de ciência foram levantados. Deste modo, elencou-se as seguintes variáveis:

- Relacionadas aos cursos de graduação e pós-graduação: subárea de saúde, programa e grau, disciplina, subtemas das PICS, formato, conteúdo. O quadro 1, a seguir, descreve as variáveis analisadas e conceitua-as.

Quadro 1 - Descrição das variáveis analisadas e conceituação, Vitória-ES., 2024.

Variável	**Conceituação**
Subárea da saúde	Contempla os cursos de formação superior nas quais as disciplinas estavam inseridas. Apesar de disciplinas opcionais poder ser/estar disponíveis para estudantes de outros cursos, somente a "subárea-mãe" foi considerada.
Subtema	Aquele contemplado dentro da temática das PICS, ou seja, que se ocupa genericamente do seu âmbito teórico-conceitual ou que aborda uma ou mais PICS específicas dentro da disciplina.
Formato	Classificação dada pela instituição, podendo ser obrigatório, eletivo ou optativo.
Conteúdo	Qualificação como informativa, quando a disciplina apresenta caráter teórico–conceitual, e formativa quando habilita para a prática de uma ou mais PICS, incluindo, necessariamente, carga horária prática. No entanto, considerou-se não apenas a carga horária teórica e/ou prática, mas a(s) relacionou com a descrição da ementa, nome e objetivos da disciplina.

Fonte: Nascimento *et al*. (2018).

- Relacionadas aos grupos de pesquisa: descrição nominal e situação;
- Relacionadas a produção científica: modalidade de PICS e quantitativo;
- Relacionadas a extensão: modalidade de PICS e quantitativo.

O quadro 2 apresenta o procedimento de pesquisa aplicado.

Quadro 2 – Procedimento de pesquisa aplicado, UFES/CCS, Vitória/ES, 2024.

Procedimento de pesquisa		
Ensino das PICS	Site institucional https://ccs.ufes.br/	O procedimento de pesquisa quanto ao Ensino das PICS nos cursos de graduação e PPGs deu-se por etapas. A primeira, consultando-se os PPCs no *site* institucional, e baixando-o em formato *PDF* (Portable Document Format); a segunda, aplicando-se filtro de pesquisa, por meio do recurso dado pelas teclas *Control* + *F*, e digitando-se as seguintes palavras-chave: práticas integrativas e complementares e as 29 modalidades de PICS conforme a PNPIC (Acupuntura, Homeopatia, Plantas Medicinais/Fitoterapia, Antroposofia, Termalismo, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa, Yoga, Apiterapia Aromaterapia, Bioenergética, Constelação Familiar, Cromoterapia, Geoterapia, Hipnoterapia, Imposição de mãos, Ozonioterapia e Terapia de Florais), separada e sequencialmente. Na indisponibilidade do arquivo em PDF, isto é, forma textual no *site*, copiou-se para o *word* e a pesquisa foi realizada utilizando as teclas *Control* + *L*.
Pesquisa em PICS	DGP https://lattes.cnpq.br/web/dgp	Grupo de Pesquisa. Acesso ao endereço eletrônico do DGP (filtro de busca: Integrativa, marcações realizadas nos quadros: Região sudeste, Unidade Federativa: Espírito Santo, Instituição: Ufes, Data da criação do grupo: não preencher, Área do conhecimento: grande área: todas e área: todas);
	Stela Experta https://prppg.ufes.br/plataforma-stela-experta	Desenvolvimento de produções científicas. Consulta a plataforma Stela Experta, no módulo Experta (pesquisa). Clicar em produções cientificas, quais são as produções da instituição? No campo buscar por digitar a chave de busca entre aspas (exemplo “práticas integrativas e complementares”); selecionar o campo lotação institucional do autor: CCS e período da pesquisa (2020 a 2023). Clicar em filtrar. Na tela que se abre, clicar em exportar, listagem de produções, exportar dados e baixar planilha no computador.
Extensão em PICS	SIGEX https://projetos.ufes.br/#/consulta-projetos	Aplicar os seguintes filtros: classificação primária: extensão; classificação secundária: deixar em branco; digitar palavra-chave; situação: selecionar todos os campos (ativo, concluído, aguardando envio de relatório e relatório

		aguardando aprovação). Copiar as atividades, bem como, demais informações pertinentes ao interesse de pesquisa.

Fonte: as autoras, 2024

Procedido o mesmo padrão de busca no ensino, pesquisa e extensão. Deste modo, executou-se a segunda etapa da pesquisa documental.

O período de coleta de dados compreendeu os meses de junho a dezembro de 2023. Para a coleta de dados acerca das PICS no ensino foi utilizado um instrumento elaborado pelo autor. O mesmo foi transcrito para o *Google forms* e baixado em planilhas de *Excel*.

Por fim, procedido a análise quantitativa descritiva com frequência absoluta e relativa, tabulação dos dados em planilhas de *Excel*, estruturados a partir das variáveis, para a construção de quadros, tabelas e gráficos. E a análise geral quanto aos resultados obtidos e suas representações.

O estudo é resultado de uma dissertação de mestrado, dispensado de avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa por utilizar informações de acesso público (BRASIL, 2016).

RESULTADOS

Apresenta-se, a seguir, o diagnóstico situacional das PICS no CCS quanto ao ensino, pesquisa e extensão. Os dados são apresentados separadamente para permitir maior compreensão da análise dos mesmos.

PICS na graduação

O quadro 3 apresenta o ensino das PICS nos cursos de graduação do CCS/UFES.

Quadro 3 - Ensino das PICS na graduação, UFES/CCS, Vitória-ES., 2024.

Curso	Documento	Ano	Disciplina de PICS	Disciplina com assunto relacionado à PICS	Tipo	Conteúdo	Carga horária	Modalidade PIC
Medicina	PPC	2007 2018	Homeopatia	-	Op	For	30 (20T + 10L)	Homeopatia
Nutrição	PPC	2013	Fitoterapia	-	Op	Inf	30	Fitoterapia
Farmácia	PPC		Homeopatia	-	Op	For	60 (30T + 30L)	Homeopatia
			-	Farmacognosia I	Ob	For	60 (30T + 30L)	Fitoterapia
			-	Farmacognosia II	Ob	For	60 (30T + 30L)	Fitoterapia
Enfermagem	PPC	2006 2020	-	Enfermagem e Sociedade	Ob	Inf	60 (45t + 15L)	-
Terapia Ocupacional	PPC	2014	-	-	-	-	-	-
Fisioterapia	PPC	2014	-	-	-	-	-	-
Fonoaudiologia	PPC	2012	-	-	-	-	-	-
Odontologia	PPC	2021	-	-	-	-	-	-

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

Legenda: Op = optativa Ob = obrigatória T = teórica L = laboratório
For = formativa Inf informativa

Foram avaliados os oito (100%) cursos de graduação. Constatado o ensino das PICS em quatro (50%) cursos. De modo amplo, constatou-se seis disciplinas que abordam a temática, sendo uma (16,7%) no curso de medicina, uma (16,7%) no curso de nutrição (16,7%), uma (16,7%) no curso de enfermagem e três (50%) no curso de farmácia. Destas, três (50%) são disciplinas específicas de PICS, outras três (50%) são disciplinas que apresentam assunto relacionado à PICS em sua programação geral.

Quanto ao conteúdo, predominou o modo formativo (66,6%). Quanto a modalidade de PICS ofertada, predominou o ensino da fitoterapia (3 disciplinas, 60%), existente em três (75%) cursos (medicina, farmácia e nutrição), seguida da homeopatia em dois (50%) cursos (medicina e farmácia). O curso de enfermagem aborda o conceito de integralidade e valorização do saber tradicional das PICS.

Quanto ao tipo das disciplinas, três (50%) são optativas e três (50%) são obrigatórias. Observa-se o ensino da homeopatia em dois (50%) cursos (medicina e farmácia), seguida da fitoterapia em dois (33,3%) cursos (nutrição e farmácia), conceito de integralidade das PICS em um (16,7%) curso (enfermagem). Quanto ao tipo de conteúdo, predominou o modo formativo (66,6%). Quando diferencia-se o tipo da disciplina se é de PICS ou possui assunto relacionado à PICS, verifica-se que 100% das disciplinas de PICS são optativas, já as disciplinas que possuem assunto relacionado às PICS são obrigatórias.

No curso de medicina, há a disciplina de homeopatia, do tipo optativa e o conteúdo é informativo. A carga horária é 30 horas, sendo 20 horas para ministração teórica e 10 horas para laboratório, e a modalidade é a homeopatia.

No curso de nutrição, há a disciplina de fitoterapia, do tipo optativa e o conteúdo é formativo. A carga horária é 30 horas e a modalidade é a fitoterapia.

No curso de farmácia, três disciplinas foram identificadas: homeopatia, farmacognosia I e farmacognosia II. A disciplina de homeopatia, é do tipo optativa e o conteúdo é informativo. A carga horária é de 60 horas, sendo 30 horas para ministração teórica e 30 horas para laboratório, a modalidade é a homeopatia; as disciplinas farmacognosia I e II, são do tipo obrigatória, possuem carga horária de 60 horas, sendo 30 horas para ministração teórica e 30 horas para laboratório, a modalidade abordada é a fitoterapia. Segundo a ementa, as disciplinas abordam legislação sobre fitoterápicos, principais grupos de metabólitos secundários de interesse terapêutico de plantas medicinais utilizadas na produção de fitoterápicos.

No curso de enfermagem constatou-se que na disciplina Enfermagem e Sociedade, do tipo obrigatória, de conteúdo formativo, com carga horária de 60 horas (45 horas teoria e 15 horas de laboratório) há o termo práticas integrativas e complementares, a qual relaciona o conceito da integralidade em saúde proposta pelas PICS. A referência à PNPIC foi encontrada na referência bibliográfica.

Nos cursos terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia e odontologia, não constatou-se registro de PICS.

Quanto aos documentos consultados, identifica-se que as informações foram obtidas dos PPCs. Ressalta-se um padrão da graduação ao constatar-se que todos os cursos possuem, no *site*, abas identificadas “projeto pedagógico de curso” o que viabilizou o acesso aos dados.

PICS na pós-graduação

A verificação do ensino das PICS na pós-graduação *lato sensu* foi realizado mediante a avaliação dos dois (100%) cursos de residência ofertados, a multiprofissional e a médica.

O currículo da Residência Multiprofissional é formado por disciplinas de eixo transversal e específico. Foi avaliado o PPC do curso, elaborado em 2014, e a ementa. A residência possui carga horária total de 4.608 horas. O eixo transversal é composto por 13 disciplinas. O quadro 4 demonstra o ensino das PICS na Residência Multiprofissional.

Quadro 4. Ensino das PICS na Residência Multiprofissional, Ufes/CCS, Vitória-ES., 2024.

CURSO	Documento	Ano	Disciplina	Tipo	Conteúdo	Carga Horária	Modalidade
Multiprofissional	PPC Ementa	2014	Prática integrativa	Obrigatória	Informativo	75 horas	-

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

Constatou-se oferta da disciplina prática integrativa, dentro do eixo transversal do currículo, do tipo obrigatória, sendo o conteúdo informativo e a carga horária 75 horas, ofertada no período R2 (segundo ano da formação). Segundo a ementa, a disciplina apresenta as racionalidades médicas mais praticadas no Brasil e discute o conceito de racionalidades médicas enquanto sistemas de saúde lógicos e teoricamente sustentados.

Nesse sentido, entende-se que o objetivo é propiciar um conhecimento político, cultural e generalizado acerca das PICS, sem aprofundamento em alguma prática/modalidade específica. Por não informar atividade prática, presume-se que o conteúdo seja informativo. Os documentos foram acessados no *site* institucional.

O curso de residência médica é voltado para 27 distintas especialidades. Os documentos elegíveis para consulta não estavam disponíveis em *site*, apenas havia as matrizes de competência e resoluções da Comissão Nacional da Residência Médica. Logo, procedeu-se a solicitação dos documentos, via *e-mail*, à coordenação de curso e diretoria do CCS. Face a negativa, documentou-se o ocorrido e formalizou-se à diretoria de curso para respaldo da pesquisa/pesquisadora e tentativa final, sem êxito. A situação do ensino das PICS nas residências médicas não pode ser executada, sendo excluído do estudo.

O CCS oferta nove (100%) programas de mestrado, os quais foram consultados

para identificar a presença das PICS no ensino. O quadro 5, apresenta o ensino das PICS no Mestrado, a seguir.

Quadro 5. Ensino das PICS no Mestrado, UFES/CCS, Vitória-ES., 2024.

Curso	Documento	Ano	Disciplina de PICS	Disciplina com assunto relacionado à PICS	Tipo	Conteúdo	Carga horária	Modalidade pic
Saúde coletiva	Ementa Matriz curricular Programa de disciplina	- - 2022	-	Transdisciplinaridade: um encontro de ideias e sentidos	Op	Informativo	20t + 10l	-
			-	Saúde Mental, Qualidade de Vida e Saúde Integral	Op	Informativo	30	-
			-	Saúde e sociedade	Ob	Informativo	60	-
Nutrição e Saúde	Ementa	-	-	-	-	-	-	-
Ciências Farmacêuticas	Ementa	-	Aspectos Tecnológicos e de Controle de Qualidade de Fitoterápicos	-	-	Informativo	45	Plantas Medicinais/ Fitoterapia
Enfermagem	Ementa	-	-	Tópicos Especiais: Enfermagem e Sociedade	Op	Informativo	30	-
Bioquímica	Ementa	-	-	-	-	-	-	-
Doenças Infeciosas	Ementa	2020	-	-	-	-	-	-
Biotecnologia	Ementa	-	-	-	-	-	-	-
Ciências odontológicas	Ementa Matriz curricular	-	-		-	-	-	-
Ciências fisiológicas	Ementa Matriz curricular	2014	-		-	-	-	-

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

Legenda: Op = optativa Ob: obrigatória T: teórica L: laboratório

Por meio do quadro 5, observa-se que em três (33,3%) cursos há disciplinas que mencionam as PICS, a saber: Saúde Coletiva, Ciências Farmacêuticas e Enfermagem. Especificamente de PICS, apenas o curso ciências farmacêuticas.

O curso Saúde Coletiva destacou-se frente aos demais contando com maior

oferta, isto é, três disciplinas que abordam PICS. De acordo com a ementa, a disciplina Transdisciplinaridade: um encontro de ideias e sentidos aborda o conceito de cultura, arte, música, dança, movimento e estilo de vida; a disciplina Saúde Mental, Qualidade de Vida e Saúde Integral aborda o conceito de saúde mental, qualidade de vida e saúde integral resgatando o conceito de promoção, prevenção, saúde-doença e processo de trabalho. Ambas disciplinas são optativas, de conteúdo informativo, com carga horária de 30 horas. A oferta destas se deu em 2022/1, informação obtida de modo informal, pois no *site* a informação quanto a oferta de disciplinas por períodos letivos referente a 2020, 2021 e 2022 encontrava-se suprimida; a disciplina Saúde e Sociedade consiste em disciplina obrigatória, possui carga horária de 60 horas e o conteúdo é informativo. Nesta, a abordagem é apresentada em termos de discussão política quanto às influências do Estado sobre a saúde e as PICS como mecanismo de fuga.

Os documentos consultados foram: ementa, matriz curricular e programa de disciplina. A ementa e a matriz curricular destas disciplinas foram coletados do *site*, já os programas de disciplina acessados no cursar das disciplinas como aluna regular do programa.

O curso Ciências Farmacêuticas disponibiliza a disciplina Aspectos Tecnológicos e de Controle de Qualidade de Fitoterápicos, com carga horária de 45 horas. Esta aborda a Política Nacional de Plantas Medicinais. O tipo desta disciplina não foi identificado devido indisponibilidade da matriz curricular. Quanto ao conteúdo, o documento não informa se há prática ou laboratório, logo, presume-se ser informativo. A ementa não estava em *PDF*. A oferta de disciplinas disponível em *site* estava para o período letivo 2021/2 e 2022/2, nestes períodos a disciplina não foi ofertada.

O curso Mestrado Profissional em Enfermagem disponibiliza a disciplina optativa Tópicos Especiais: Enfermagem e Sociedade. A disciplina possui carga horária de 30 horas, discursa a influência política do Estado sobre a saúde e as distintas racionalidades médicas: medicina ocidental contemporânea, homeopática, chinesa e ayuvérdica. A ementa, coletada do *site,* não informa se, além da teoria, há também laboratório, por isso, presume-se que o conteúdo seja informativo. A oferta de disciplinas disponível em *site* estava para o período letivo 2023/1, neste período a disciplina não foi ofertada.

Quanto a disponibilidade de documentos, encontrado matriz curricular em *site* somente dos PPGs Ciências Fisiológicas e Saúde Coletiva. Após a constatação de indisponibilidade dos PPC*,* foi realizada solicitação à diretoria do CCS e às

coordenações de curso, sem êxito.

O CCS oferta cinco (100%) cursos de doutorados. O quadro 6 apresenta o ensino das PICS nestes cursos.

Quadro 6. Ensino das PICS no Doutorado, UFES/CCS, Vitória-ES, 2024.

Curso	**Documento**	**Ano**	**Disciplina de pics**	**Disciplina com assunto relacionado à PICS**	**Tipo**	**Conteúdo**	**Carga horária**	**Modalidade PICS**
Doenças infeciosas	Ementa	2020	-	-	-	-	-	-
Saúde coletiva	Ementa Matriz curricular	2018	-	Transdisciplinaridade: um encontro de ideias e sentidos	Op	Informativo	20t + 10l	Não se aplica
				Saúde Mental, Qualidade de Vida e Saúde Integral			30	Não se aplica
Ciências fisiológicas	Ementa	2014	-	-	-	-	-	-
Biotecnologia	Ementa Matriz curricular	2019 -	-	-	-	-	-	-
Bioquímica	Ementa	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

Legenda: Op = optativa T = teórico L = laboratório

A partir do quadro 6, constata-se que o curso doutorado em saúde coletiva (1; 20%) disponibiliza as mesmas disciplinas ofertadas no mestrado. Os demais cursos (Doenças infeciosas, Ciências fisiológicas, Biotecnologia e Bioquímica) não apresentaram nenhum registro.

Os documentos matrizes curriculares estavam disponíveis em *site,* são estruturados contendo a ementa e planos de ensino. Como desejava-se acessar também os PPC, foi encaminhado *e-mail* de solicitação, atendidos prontamente pelas coordenações dos cursos de doutorado Doenças Infecciosas, Biotecnologia e Bioquímica, mas com retorno da matriz curricular.

A tabela 1 apresenta o resumo do ensino das PICS por modalidade de formação.

Tabela 1. Resumo do ensino das PICS por modalidade de formação, Ufes/CCS, Vitória-ES., 2024.

Modalidade de formação	Curso avaliado (N)	Porcentagem de curso avaliado (%)	Curso com disciplina ou assuntos em PICS	Curso avaliado com disciplina (formativa ou informativa) em PICS (%)	Curso avaliado com assunto em PICS (%)
Graduação	8	100	4	75	25
Residência Multiprofissional	1	100	1	7,7*	0
Mestrado	9	100	3	0	100
Doutorado	5	100	1	0	100

Fonte: o autor, 2024.

*Por tratar-se de somente um curso, neste foi utilizado a soma de disciplinas totais do eixo para obter-se a porcentagem representativa das PICS no curso.

De acordo com a tabela 1, na graduação quatro cursos possuem disciplina ou assunto em PICS, destes 75% possuem alguma disciplina de PICS e 25% há assunto relacionado à PICS; na residência multiprofissional, 7,7%; no mestrado, três cursos possuem disciplina ou assunto em PICS, destes 100% são encontrados assuntos em PICS e no doutorado um curso possui disciplina ou assunto em PICS, destes 100% são de assunto em PICS.

PICS NA PESQUISA

Grupos de Pesquisas e produções científicas. O quadro 7 demonstra os GPs em PICS existentes no CCS.

Quadro 7. Grupos de pesquisa em PICS, segundo CNPq/DGP, Vitória-ES., 2024.

GRUPO DE PESQUISA	SITUAÇÃO DO GRUPO	ANO DE FORMAÇÃO	DATA DO ÚLTIMO ENVIO
Investigação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - iPICS	Certificado	2015	09/02/2023
PICsUFES - Práticas Integrativas e Complementares: Contribuições para a Saúde, para o Ensino e para o Serviço	Certificado	2017	07/04/2022

Fonte: Diretório Geral de Pesquisa, 2024.

Por meio do quadro 7, constata-se a existência de dois grupos distintos. O GP Investigação em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (iPICS), formado no ano 2015, e atualizado no primeiro semestre de 2023. O pesquisador principal é

integrante do Núcleo de Investigação em Práticas Integrativas e complementares. Este tem por objetivo promover reflexões críticas sobre as PICS no âmbito interno e externo da UFES, fortalecendo e difundindo as PICS existentes no contexto do CCS e no Estado do ES, por meio de ações de ensino, assistência, pesquisa e extensão (XAVIER *et al*., 2021). Possui mestrandos e doutorando desenvolvendo pesquisas em PICS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, texto extraído da internet, 2023).

Já o GP Práticas Integrativas e Complementares: Contribuições para a Saúde, para o Ensino e para o Serviço (PICsUFES), formado em 2017, atualizado no primeiro semestre de 2022, está vinculado ao Departamento de Enfermagem, possui página no *site* institucional, com informações descritivas quanto a finalidades do GP e início de atividade. Realiza meditação guiada *on line.* Seus membros são egressos da instituição, profissionais da saúde de diversas áreas, acadêmicos (enfermagem, medicina e nutrição), trabalhadores do SUS, pós-graduandos, professores do CCS e outros Centros Acadêmicos; quanto à formação, seus membros possuem formação em reiki, aromaterapia, meditação, yoga, auriculoterapia, arteterapia, cromoterapia, terapia de florais (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO, texto extraído da internet, 2023).

A tabela 2 apresenta o total de produções científicas por modalidades de PICS.

Tabela 2. Produções científicas por modalidades de PICS, segundo a Plataforma Stela Experta, UFES/CCS, Vitória-ES., 2024.

Palavra chave de busca	**N**	**%**
PICS	81	46,6
Bioenergética	1	0,6
Homeopatia	1	0,6
Acupuntura	2	1,1
Musicoterapia	20	11,5
Plantas medicinais/fitoterapia	35	20,1
Reiki	2	1,1
Meditação	24	13,8
Yoga	4	2,3
Ozonioterapia	4	2,3
Total	174	100,0

Fonte: as autoras, 2024.

No total foram identificadas 174 (100%) produções científicas sobre PICS. Houve resultado para 11 (34,4%) chaves de busca distintas, das 32 (100%) utilizadas.

Constatou-se os seguintes quantitativos de publicações científicas, sobre: PICS, 81 (46,6%), bioenergética um (0,6%), homeopatia um (0,6%), acupuntura dois (1,1%),

musicoterapia 20 (11,5%), plantas medicinais/fitoterapia 35 (20,1%), reiki dois (1,1%), meditação 24 (13,8%), yoga 4 (2,3%) e ozonioterapia 4 (2,3%). Não houve resultado para as demais 21 PICS.

Os temas de produção científica mesclaram entre formação de GP, divulgação, ensino, PICS na atenção básica, no contexto hospitalar, atuação profissional, implementação do programa de PICS e assistência, dentre outros.

A fim de ampliar a possibilidade de encontrar-se resultados, foram buscados separadamente os termos planta medicinal e fitoterapia e termalismo social e crenoterapia.

PICS NA EXTENSÃO

A tabela 3 demonstra as atividades extensionistas por modalidades de PICS, cadastradas no SIGEX.

Tabela 3. Atividades extensionistas por modalidades de PICS, SIGEX, Ufes/CCS, Vitória-ES., 2024.

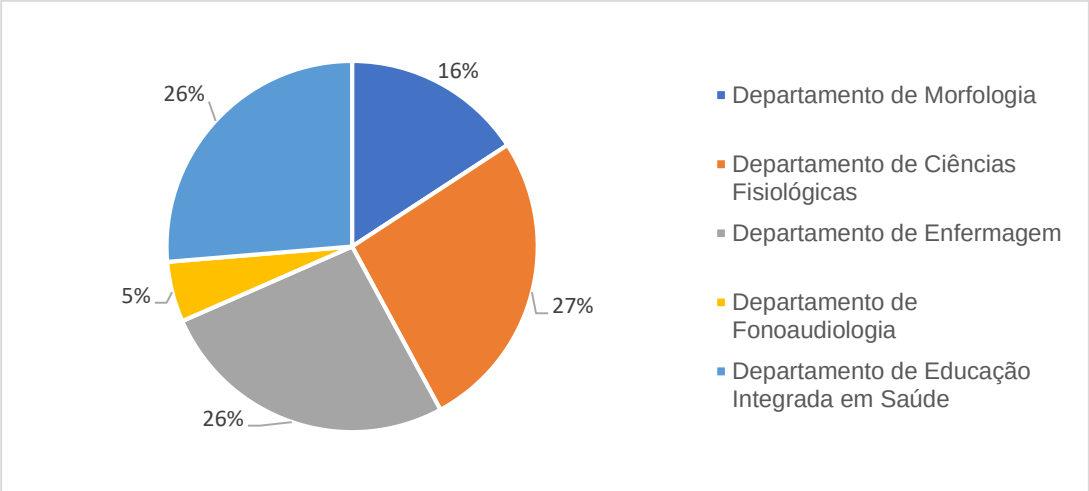
Palavras-chave	N	%
Práticas integrativas e complementares	10	52,6
Acupuntura	2	10,5
Meditação	5	26,3
Musicoterapia	1	5,3
Reiki	1	5,3
Total	19	100

Fonte: as autoras, 2024.

Pela tabela 3 constata-se um total de 19 atividades extensionistas em PICS. Para a chave de busca PICS identificou-se 11 (57,9%), acupuntura dois (10,5%), meditação cinco (26,3%) e musicoterapia um (5,3%). Não houve resultado para as demais 25 PICS. No ato do cadastro a plataforma solicita duas palavras-chaves, por este motivo houve dois retornos repetidos, sendo um em PICS e outro em reiki, os quais foram excluídos. Ressalta-se que, não necessariamente, estes achados quanto as atividades extensionistas sejam especificamente nestas modalidades, por exemplo, para a busca por reiki, encontrou-se um curso de extensão em PICS.

Ainda, constatou-se quais departamentos desenvolvem a extensão. O gráfico 1 demonstra a porcentagem de atividades de extensão por departamentos.

Gráfico 1. Distribuição percentual de atividades de extensão por departamentos, UFES/CCS, Vitória-ES., 2024.



Fonte: as autoras, 2024.

Pelo gráfico 1, constata-se presença de extensão em PICS em cinco (31,2%) dos 16 departamentos integrantes do CCS. Das atividades extensionistas identificadas, 16% estão vinculadas ao Departamento de Morfologia, 27% ao Departamento de Ciências Fisiológicas, 26% ao Departamento de Enfermagem, 5% ao Departamento de Fonoaudiologia e 26% ao Departamento de Educação Integrada em Saúde.

DISCUSSÃO

Ensino na graduação

A educação brasileira reconhecida como direito de todos e dever do Estado e da família pela Constituição Federal, dispôs que o ensino superior ofertado por universidades, deveria prever o tripé ensino-pesquisa-extensão, obedecendo ao princípio da indissociabilidade destes três eixos de forma equivalente (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) retoma esse princípio e estabelece um padrão geral de orientação para a elaboração dos PPC dos cursos do ensino superior (BRASIL, 1996).

Nesta perspectiva, levantou-se neste estudo, a situação geral do ensino, pesquisa e extensão em PICS, o qual revelou que emerge dentro da instituição uma estruturação do ensino, embora incipiente, por meio de disciplinas em PICS ou assuntos em PICS contidos em disciplinas obrigatórias, na metade dos cursos ofertados pelo CCS. Tal

fato, leva a uma percepção quanto a uma mobilização inicial para a institucionalização e sustentabilidade destas nos cursos identificados e reverberar naqueles inexistentes. Embora, este seja um ponto positivo, por outro lado, a ausência do ensino de outras racionalidades, para além da biomédica, em metade dos cursos de graduação ofertados, revela um cenário de fragmentação da formação profissional em saúde, barreira a ser rompida na educação e na saúde no país.

Os resultados obtidos acerca do ensino das PICS demonstram que na graduação, 50% dos cursos possuem disciplina ou assunto em PICS; na residência multiprofissional, 7,7%; no mestrado, 33,3% dos cursos possuem disciplina ou assunto em PICS e no doutorado 20% dos cursos possuem disciplina ou assunto em PICS. Esses dados ratificam as lacunas no ensino, identificada nas pesquisas de Nelson *et al*., (2022) e Rocha *et al*., (2022), em desacordo a PNPIC, que prevê em suas diretrizes a ampliação das PICS nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas da saúde (BRASIL, 2006).

Os objetivos que se deseja com a formação e os meios didáticos que serão utilizados para tal, são projetados pelos docentes nos PPCs, matrizes curriculares, ementas e planos de ensino. Pelo país o ensino das PICS é bastante heterogêneo e diversificado. Tal fato tanto está relacionado às próprias especificidades de cada modalidade e a liberdade das instituições de ensino superior (IES) para organizar seus componentes curriculares observando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (BRASIL, 2001) de cursos. Entende-se que o momento mais oportuno para a capilarização, de políticas consonantes com os princípios do SUS, se dá na formação de futuros profissionais (BARRETO, 2015).

Tais DCNs são alinhadas à teoria pós-crítica, no sentido de que os currículos devem responder às necessidades sociais, enquanto a educação deve responsabilizar-se pela formação de profissionais capazes de pensar e agir de modo crítico, propositivo e transformador nas sociedades (COSTA *et al*., 2018).

O resgaste histórico e arcabouço legal fomenta a reflexão para o quanto ambas políticas, da educação e da saúde, devem atuar de modo intersetorial para o alcance da produção de saúde. A corresponsabilidade é identificada nas atribuições do SUS, o qual dispõe a ordenação de formação de recursos humanos na área da saúde (BRASIL, 1990). Essa atribuição implica em um compromisso didático-pedagógico estabelecido pelas DCNs para os cursos de graduação, devendo ser perseguido pelas instituições

públicas, considerando que seu financiamento se dá com recursos públicos direcionados para a formação de recursos humanos para a saúde brasileira.

O ensino na graduação das PICS por meio de disciplinas exclusivamente de PICS são optativas, sendo homeopatia e fitoterapia nos cursos de medicina, farmácia e nutrição, que numa análise geral considerando-se as seis disciplinas de PICS ou com assunto de PICS, é de 50%. Destas, 66,6% habilitam para atuação em PICS por possuírem conteúdo formativo. Estes resultados corroboram os estudos de Rocha *et al*., (2022), e de Gonçalves; Rodrigues; Soares (2021). Entretanto, neste estudo, ampliou-se o olhar identificando-se que nos cursos de enfermagem e farmácia há assuntos de PICS apresentados dentro de disciplinas obrigatórias.

A modalidade de PICS que predominou no ensino de graduação foi a fitoterapia, a qual destaca-se em âmbito nacional, estando entre as principais modalidades inseridas na graduação em outros estados da federação (BARRETO, 2015; FREITAS *et al*. 2017; ANDRADE, 2021).

O curso de farmácia liderou a oferta de disciplinas de PICS, com a oferta de homeopatia e fitoterapia. Logo, acompanha esta tendência histórica consonante com a formação do farmacêutico cujas atribuições estão ligadas diretamente a manipulação, o preparo e a dispensação de medicamentos.

No curso de enfermagem questiona-se a inexistência de disciplina de PICS, haja visto, sobretudo, a visão holística, alicerce da profissão. Neste estudo, não foi encontrado disciplina, mas assunto em PICS, destoando de alguns estados federativos, haja visto que, nacionalmente, o curso se destaca como primeiro lugar na inclusão do ensino na matriz curricular obrigatória, com denominações distintas (BARRETO, 2015; ROCHA *et al*., 2022). A Enfermagem foi a profissão que primeiro reconheceu as terapias complementares como prática, o que pode ser considerado um indutor para a inserção do tema na formação. Para Azevedo *et al*. (2019), a grande presença da temática das PICS nas matrizes curriculares de Enfermagem está relacionada à valorização da abordagem humanística, ao convívio mais próximo e constante com as pessoas e à maior participação em pesquisas e projetos de extensão. Os autores Goecks; Morsch; Silva (2019), destacam que o espaço acadêmico para conhecimento e pesquisa sobre PICS é de grande importância para fortalecer a construção de evidências científicas e a redução do ceticismo no ambiente universitário e na vivência profissional futura na carreira de enfermagem.

No caso da medicina, identificou-se uma única disciplina, a homeopatia. Ressalta-se que as PICS homeopatia, acupuntura e fitoterapia consistem em especialidades médicas. Os autores Albuquerque *et al*. (2019), identificaram prevalência do ensino da homeopatia e da acupuntura, seguido de medicina integrativa e fitoterapia, predominando o ensino em módulos não obrigatórios ou disciplinas curriculares. O estudo de Barreto (2015), identificou oferta de disciplina relacionada à Fitoterapia na matriz curricular obrigatória apenas do curso de graduação em Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso (BARRETO, 2015).

Na nutrição, constatou-se disciplina optativa da PICS fitoterapia. A oferta de disciplinas obrigatórias na nutrição no Estado de Pernambuco ocupa o quarto lugar. Quanto a oferta de disciplinas optativas, seis universidades federais, ofertam disciplinas de fitoterapia e PICS (BARRETO, 2015).

Neste estudo, constatou-se ausência do ensino das PICS nos cursos de fisioterapia, odontologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional. Salles; Homo; Silva (2014), identificou a oferta de PICS em 16,7% dos cursos de fisioterapia universitários públicos, sendo que na região sudeste este índice foi de 31,3%; já Barreto (2015), identificou o ensino de PICS em cursos de fisioterapia por meio da oferta de disciplinas optativas em apenas três universidades. Em contraponto, no Estado da Paraíba, os cursos de fisioterapia estão entre os três com maior oferta (FREITAS, *et al*. 2017); a ausência de PICS nos cursos de odontologia, também foi constatado no Rio de Janeiro (RJ) e Pernambuco (NASCIMENTO *et al*., 2018; ANDRADE, 2021). Os autores Rocha *et al*. (2022), identificaram disciplinas de PICS em cursos de odontologia no Estado do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Destacaram a necessidade de uma maior valorização das PICS nas matrizes curriculares de odontologia, pois entre as profissões atuantes na Estratégia em Saúde da Família apresentou a menor oferta de componentes curriculares nesta temática (13,2%), e completa ausência nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Questiona-se a ausência de disciplinas de PICS nas matrizes curriculares dos cursos de formação profissional em saúde no contexto em que os Conselhos profissionais destas profissões regulamentam a atuação (RESOLUÇÃO CFM nº 1.000/1980; RESOLUÇÃO COFFITO nº. 60/1985; RESOLUÇÃO CFO nº 82/2008; RESOLUÇÃO COFFITO nº 491/2017; RESOLUÇÃO COFEN nº 581/2018; PARECER CFFa nº 45/2020; RESOLUÇÃO CFN nº 679/2021**;** RESOLUÇÃO CFF nº 732/2022). Para Marques (2020), a preocupação com a regulamentação profissional envolvendo a

PNPIC está relacionada ao entendimento de que a saúde pública não envolve apenas questão de gosto pessoal ou consumo individual por afinidade com determinada terapêutica. Pensar em um cenário de saúde pública envolve vidas a nível individual e coletivo e, portanto, exige padrão público e social, a fim de manter a qualidade de vida de uma sociedade.

A baixa presença das PICS no ensino na área da saúde denota a hegemonia da racionalidade biomédica, sobretudo, na profissão médica enraizada na formação médica ocidental, vindo as demais áreas seguirem esse modelo.

Ensino na pós-graduação

O estudo mapeou o ensino das PICS na pós-graduação *lato sensu* no curso de residência multiprofissional. Identificou que o CCS não oferta residência em PICS.

A residência multiprofissional do CCS é na área de concentração em Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, voltada a profissionais de enfermagem, farmácia, fonoaudiologia, nutrição, odontologia, psicologia e serviço social. Oferta uma disciplina denominada prática integrativa, integrante do eixo transversal do currículo, composto pelo total de 13 disciplinas, logo a representatividade do ensino de PICS é de 7,7%. Azevedo; Pelicioni (2011), mencionam a presença de módulos ou disciplinas em PICS em residências multiprofissionais em Saúde da Família em Goiás e em Santa Catarina e destacam a reduzida presença do ensino de PICS em Programas de Residência Multiprofissional em Saúde pelo país. Atualmente, sabe-se que o Estado de São Paulo possui Programa de Residência Multiprofissional em PICS (PREFEITURA DE SÃO PAULO, texto extraído da internet, 2023). Contudo, há registros quanto a oferta de residências multiprofissionais, em modalidades específicas, como de homeopatia e acupuntura, nos hospitais públicos Graffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do RJ (TEIXEIRA; LIN, 2013).

Este estudo objetivava apresentar dados inéditos à literatura brasileira acerca do ensino das PICS nas residências médicas do CCS, no entanto, a verificação do ensino foi prejudicada. Ressalta-se prejuízo para a pesquisa, dada a lacuna existente acerca do conhecimento do ensino das PICS neste cursos no Brasil.

Acerca do ensino das PICS na pós-graduação a nível *stricto sensu*, o PPG em Saúde Coletiva destacou-se frente aos demais com presença das PICS tanto no mestrado como doutorado, por meio de disciplinas optativas e com assunto de PICS

em disciplinas obrigatórias. Ao buscar-se entender este fenômeno, resgata-se a base conceitual e epistemológica da Saúde Coletiva. Para Paim; Almeida Filho (1998), a saúde coletiva possui influências mútuas entre o desenvolvimento de um projeto de campo de conhecimento, denominado Saúde Coletiva e os movimentos pela democratização no Brasil, especialmente o da reforma sanitária, remontando ao contexto histórico no qual surgiu a Saúde Coletiva, que foi o de um país vivendo sob um regime autoritário. Pelo fato de que esse campo do conhecimento das PICS está imbricado com o SUS, entende-se o interesse em desenvolver atividades de ensino em torno das PICS, como politica pública na lógica da promoção da saúde, resolutividade e integralidade da atenção.

O ensino no PPG em Ciências Farmacêuticas, a nível de mestrado, apresentou o ensino das PICS, com a oferta de disciplina abordando plantas medicinais/fitoterapia. Tal achado pode estar relacionado ao fato de o ensino desta modalidade fazer parte das matrizes de ensino da graduação, como discutido acima, sendo, portanto, imprescindível a existência de professores com habilitação para o ensino na graduação, fomentar a criação de grupos de pesquisas, o desenvolvimento de pesquisas e de atividades extensionistas na temática.

De modo semelhante, o PPG em Enfermagem, a nível de mestrado profissional, oferta disciplina optativa em PICS. Contudo, pelo fato de a Enfermagem ser um dos cursos nas universidades públicas brasileiras com maiores índices de ensino das PICS, caso o resultado fosse maior a continuidade e expansão das PICS nas atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela categoria e, ainda, na atuação multi e interprofissional, consequentemente, poderá ser ainda mais expressivo.

PICS na pesquisa

Acerca da pesquisa em PICS, o estudo revelou a existência de dois GPs, o iPICS e o PICsUFES. Os GPs, por permitirem a união do tripé ensino, pesquisa e extensão, favorecem a compreensão dos discentes sobre a aplicação prática dos conhecimentos, seja para praticar a profissão escolhida com rigor científico, seja para tornar-se pesquisador.

O conhecimento acerca das pesquisas em PICS produzidas no âmbito das universidades brasileiras é recente no país e representa um grande avanço. O

mapeamento nacional de GPs identificou no ES um grupo de pesquisa em PICS, denominado Corantes Naturais e Condimentos, o qual não foi constatado nesta pesquisa, possivelmente, não faz parte do CCS. Por outro lado, os GPs mapeados neste estudo não foram identificados neste mapeamento nacional. O referido mapeamento revelou a existência de 548 grupos que apresentaram descritores e linhas de pesquisas relacionadas às PICS, 85% vinculados a instituições públicas de ensino, com ênfase nas Ciências da Saúde (31%) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020b).

Este estudo revelou 174 produções científicas sobre PICS produzidas no âmbito do CCS. De um modo geral, as pesquisas são, generalizadamente, sobre as PICS, e quanto às modalidades, as plantas medicinais/fitoterapia destacaram-se frente às demais. Entretanto, pondera-se não haver produções científicas para 19 PICS.

O resultado quanto a pesquisas sobre plantas medicinais/fitoterapia corrobora com achados nacionais na temática. Os autores Aguiar; Kanan; Masiero (2019), destacaram as pesquisas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina e publicações do periódico Ciência e Saúde Coletiva; predominaram as modalidades fitoterapia, homeopatia e acupuntura; como resultado de eficácia ou indicação do uso das PICS, encontraram, dentre outros: redução da medicalização; empoderamento e responsabilização dos usuários; redução da frequência de transtornos mentais comuns e baixo custo. Os autores Souza *et al*. (2020), afirmam que há escassez de publicações, que 15 das 29 PICS não foram abordadas nos estudos e que 89,18% das pesquisas foram publicadas em periódicos de Qualis B1 e B2 (área interdisciplinar). Tais achados ratificam que os profissionais das PICS estão comprometidos no aprofundamento de pesquisas de alta qualidade, a fim, de ampliar a difusão e a segurança no uso pela população brasileira e que há modalidades com baixa produção de pesquisas.

A importância do desenvolvimento de pesquisas em PICS está na demanda por validação cientifica das diversas modalidades e especificidades de PICS, afim de legitimar o seu uso, comprovando a indicação segura e eficaz, consequentemente, trazendo segurança ao cuidado praticado (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013). Nesse sentido, as pesquisas em PICS no Brasil tem avançado, ressaltando-se várias iniciativas como a criação da base de dados Biblioteca Virtual em Saúde em Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas em Saúde, a padronização de descritores em saúde específicos da área, a criação do Consórcio Acadêmico Brasileiro para Saúde Integrativa (CABSIN), o ObservaPICS, e a elaboração dos mapas de evidências científicas.

No âmbito do iPICS há produções científicas iniciadas no ano 2022, sendo uma dissertação (Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Estratégia de Saúde da Família: perspectiva da odontologia) e 5 artigos (Práticas integrativas e complementares na rede municipal de saúde: percepção dos gestores de saúde bucal; Percepções dos cirurgiões-dentistas da estratégia de saúde da família sobre práticas integrativas e complementares; Panorama do ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Brasil: uma reflexão necessária; e Practice Research Group Integrative and Complementary Health (iPICS): From dream to reality), aguardando aprovação e Política Nacional de Plantas Medicinais e medicamentos fitoterápicos no Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa (SACRAMENTO *et al*., 2022).

Para além dos muros da teoria

A extensão completa o objetivo de uma formação profissional sólida e preparada. Conceitualmente, a extensão universitária é a ação da universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. Sua origem está no Programa de Extensão Universitária, aprovado ano de 2008 objetivando apoiar e fomentar as ações de extensão, na forma de projetos ou programas executados por IES, que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas (BRASIL, 2008).

O presente estudo mapeou 19 atividades extensionistas em PICS, produzidas no CCS. De modo geral, generalizadamente, PICS constituem o primeiro lugar, e especificamente, destacou-se a meditação.

Evidenciou-se que estas atividades estão vinculadas a departamentos, aos quais estão ligados os cursos de graduação. Logo, infere-se que se há a atividade há também docentes com formação em PICS, e discentes com interesse na temática e suas possibilidades de atuação sendo desenvolvidas na universidade.

O desenvolvimento de ações de extensão possibilita a sensibilização de discentes, docentes, profissionais de saúde e usuários no que diz respeito às PICS como possibilidades de cuidado, além de oportunizar diálogos, partilha de saberes e experiências com a comunidade e favorecer vivências a partir destes recursos terapêuticos.

Os autores Nascimento *et al*. (2018), apontam que seis instituições públicas no Estado do RJ, em 2014, dispunham de projetos de extensão e ligas acadêmicas em PICS.

As autoras Sousa *et al*. (2021), afirmam que existem algumas experiências nacionais descritas em literatura acerca da extensão em PICS, principalmente no âmbito das universidades públicas, mas inexiste um mapeamento nacional.

Para além dos muros acadêmicos, as PICS tem sido ensinadas-aprendidas em atividades extensionistas e na vivência profissional, como possibilidade de equilibrar ciência e tradição. Pode-se dizer que, reunidas as políticas de Extensão e a PNPIC no CCS, vem oportunizando aos discentes a vivência de práticas humanizadoras, a valorização do saber tradicional e a integralidade em saúde.

Um tripé consolidado

Nesse ínterim, reflete-se o ensino, pesquisa e extensão das PICS enquanto contra-movimento social, uma vez, que tem acontecido dentro das universidades públicas, por meio da iniciativa de docentes com formação em alguma modalidade de PICS, percebida pela oferta de disciplinas optativas, predominantemente, bem como, atividades de pesquisa e de extensão num contexto de hegemonia da racionalidade biomédica.

Segundo Nascimento *et al*. (2018), romper a barreira do modelo biomédico adotado pelas instituições oficiais formadoras e adotar uma perspectiva de integralidade de saúde menos invasiva e insensível, deve ser a meta para educação de profissionais de saúde que integre conteúdos de PICS aos conteúdos convencionais, em sintonia com os princípios do SUS. Sabe-se que questões corporativistas, econômicas, religiosas e políticas estão envolvidas quando se considera integrar as PICS ao campo de saúde, desafiando o paradigma biomédico enraizado nas instituições formadoras, um desafio epistêmico, que *per si* é também político e ético.

Para Marques (2020), apesar do potencial das PICS em fortalecer o princípio da integralidade que constitui o SUS, por meio da inclusão de novas formas de cuidado em saúde que objetivam substituir o foco na doença pela atenção à pessoa, por si só não garantem isso. Faz-se imperioso experiências de ensino que possibilitem o

diálogo entre os saberes em saúde, científicos e não-científicos, convencionais e tradicionais, como uma oportunidade de construir caminhos para a formação do profissional de saúde regidos pela integralidade na atenção.

Pelo ano de publicação de informação referente a presenças das PICS em residências multiprofissionais, ratifica-se a carência de estudos nesta modalidade formativa. Quanto a situação do ensino das PICS nos cursos de terapia ocupacional e fonoaudiologia, residências, mestrados e doutorados, em uma revisão de literatura*, não foi constatado registros acerca do panorama nestes cursos para pareamento dos resultados e discussão; ou se destes cursos, há modalidades específicas de PICS ofertadas nas universidades públicas brasileiras.

CONCLUSÕES

O estudo diagnosticou a situação do ensino, pesquisa e extensão em PICS ofertados pelo CCS da universidade pública do ES. Constatou o ensino na graduação e pós-graduação; grupos de pesquisas e pesquisas desenvolvidas e extensão.

Acredita-se que a experiência da instituição, por meio do seu CCS, no campo do ensino, pesquisa e extensão em PICS possa contribuir como modelo e inspirar outras IES, públicas ou privadas, e permitir a comparação de outros estudos. Desta forma, ampliar a quantidade e a qualidade de profissionais com aptidão para dialogarem e apoiarem o cuidado assistencial, a gestão, o ensino e a pesquisa em PICS.

O estudo tem como limitações fatores inerentes ao tipo documental, pois, os documentos podem estar desatualizados; outra possibilidade é existir pesquisas realizadas pelos docentes e discentes que não estejam cadastradas nos bancos de dados consultados, não vindo a serem publicizados por este relatório.

Não se pretendeu esgotar o tema, mas suscitar apontamentos aos potenciais e obstáculos que envolvem uma formação plural abordando as PICS, conjuntamente a saúde convencional no CCS da instituição, assim como se dá sua inserção no SUS.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jordana; KANAN, Lilia Aparecida; MASIERO, Anelise Viapiana. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p. 1205-1218, Out-Dez, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5NdgGYwFCNsQPWZQmZymcqM/abstract/?lang=pt# Acesso em: 23 de mai. de 2023.

ALBUQUERQUE, Leila Verônica da Costa; LIMA, José Wellington de Oliveira; SILVA, Ana Beatriz Gois da; CORREIA, Ingrid Cavalcante Morais; MAIA, Ludmila Rios Osterno Gomes; BESSA, Matheus Costa; BESSA, Olívia Andrea Alencar Costa. Práticas Integrativas e Complementares: Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem em Práticas Integrativas nas Escolas Médicas do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 43 (4), 109-116, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/vbVNgQsGRfWdQTcscjMNzrM/abstract/?lang=pt> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

*AMITE, Cristiara Ferreira Lima; DALLEGRAVE, Daniela; XAVIER, Fabiana Gonring; SIQUEIRA, Marluce Mechelli de. Panorama do ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no Brasil: uma reflexão necessária.

AZEVEDO, Cissa; MOURA, Caroline de Castro; CORRÊA, Hérica Pinheiro; Luciana MATA, Regina Ferreira da; CHAVES, Érika de Cássia Lopes; CHIANCA, Tânia Couto Machado. Práticas integrativas e complementares no âmbito da enfermagem: aspectos legais e panorama acadêmico-assistencial. **Escola Anna Nery**, 23(2), 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/zCtFNpfgPQpQvKHn9jVJpxD/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Práticas integrativas e complementares de desafios para a educação. **Trabalho Educação e Saúde**, 9 (3), Nov, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/WWDNxsKSVRpy75V6PN66R8B/abstract/?lang=pt> Acesso em: 24 de nov. 2022.

BARRETO, Benilson Beloti. Fitoterapia como conteúdo nos cursos de graduação da área da saúde: importância para a formação profissional. **Tese de doutorado Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde da Universidade de Brasília**, 2015. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/18613/1/2015_BenilsonBelotiBarreto.pd> Acesso em: 20 de nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 971, de 03 de maio de 2006. **Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde**. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta resolução**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> Acesso em: 24 de nov. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 496 p., 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.> Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 6.495 de 30 de junho de 2008. **Institui o Programa de Extensão Universitária (ProExt)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm> Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 24 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021 (*). **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2021-pdf/191741-rces003-21/file> Acesso em: 20 de nov. 2022.

BVS MTCI AMÉRICAS. Medicinas Tradicionais, Complementares e Integrativas. Disponível em: <https://mtci.bvsalud.org/pt/> Acesso em: 24 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 679, de 19 de janeiro de 2021. **Regulamenta o exercício das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) pelo nutricionista e dá outras providências.** Disponível em: < http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=679> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN n. 581, de 11 de julho de 2018. **Atualiza, no âmbito do Sistema COFEN/CORENs, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós- -Graduação Lato e Strictu Sensu concedido a Enfermeiros e aprova a lista das especialidades**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen- -no-581-2018_64383.html> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSÓRCIO ACADÊMICO BRASILEIRO EM SAÚDE INTEGRATIVA. CABSIN. Linha do Tempo. Principais Ações do Consorcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa. Disponível em: <https://cabsin.org.br/> Acesso em: 20 de nov. 2023.

COSTA, Dayane Aparecida Silva; SILVA, Roseli Ferreira da; LIMA, Valéria Vernaschi; RIBEIRO, Eliana Cláudia Otero. Diretrizes curriculares nacionais das profissões da Saúde 2001-2004: análise à luz das teorias de desenvolvimento curricular. **Interface, comunicação e saúde**, 22(67):1183-95, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/GZsw79s7SZGBXZ3QNBhNppn/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 20 de nov. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Atlas, ed. 4, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pe

squisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2023.

GOECKS, Débora Regina; MORSCH, Lisoni Muller; SILVA, Chana de Medeiros da. Formação de estudantes da área da saúde em práticas integrativas e complementares. **Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde,** Santa Cruz do Sul, 2(2):84-91, abri/jun, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/ripsunisc/article/view/14080> Acesso em:14 de dez. 2022.

GONÇALVES, Ilona Açucena Chaves; RODRIGUES, Lívia Carla de Melo; SOARES, Magda Ribeiro de Castro. Ensino das Práticas Integrativas e Complementares em Cursos de Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **Caderno de Naturologia e Terapias Complementares**, vol. 10, n. 19, 2021. Disponível em: < https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/CNTC/article/view/18514/12134> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

MARQUES, Joyce Viana. POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DO SUS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43579> Acesso em: 19 de jun. 2022.

MATÉRIA: DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM DIVULGA PRÁTICAS INTEGRATIVAS PARA ENFRENTAR O ISOLAMENTO SOCIAL. Vitória. Publicado em 6 de Maio de 2020. Disponível em: <https://ufes.br/conteudo/departamento-de-enfermagem-divulga-praticas-integrativas-para-enfrentar-o-isolamento-social> Acesso em: 29 de dez. 2023.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL LATTES. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp> Acesso em: 23 de jul. de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde.** Brasília, 2020a. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pics/Relatorio_Monitoramento_das_PICS_no_Brasil_julho_2020_v1_0.pdf> Acesso em 26 de mar 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ciência aberta em PICS: grupos de pesquisa no Brasil e práticas integrativas e complementares em saúde: relatório de pesquisa**. Recife: Fiocruz, 2020b. Disponível em: <https://observapics.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Relat%C3%B3rio_Grupos_CNPq_PICS_04.2020.pdf> Acesso em 26 de mar 2022.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do; ROMANO, Valéria Ferreira; CHAZAN, Ana Claudia Santos; QUARESMA, Carla Holandino. FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: DESAFIOS PARA AS

UNIVERSIDADES PÚBLICAS. **Trabalho Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 2, p. 751-772, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/4PGykgCDsjXR3BjJYMqvrts/?lang=pt> Acesso em: 21 de mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional**. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/95008/9789243506098_spa.pdf> Acesso em: 13 de jun. de 2023.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICS): CONTRIBUIÇÕES PARA A SAÚDE, PARA O ENSINO E PARA O SERVIÇO. Vitória. Disponível em: <https://neipc.ufes.br/sites/neipc.ufes.br/files/field/anexo/praticas_integrativas_e_complementares.pdf> Acesso em: 29 de dez. 2023.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Programa de Residência Multiprofissional em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/ems/noticias/?p=266732> Acesso em: 29 de dez. 2023.

ROCHA, Erika Maria Sampaio; NASCIMENTO, Ezequiel Batista do; MARQUES, Carolina Alves; PASSOS, Larissa Ferreira; BARRETO, Lucas Alves Noronha; SOUZA, Reinan do Carmo; SOUZA, Thaynara Ferreira de; FONSECA, Yago Soares. Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia. **Revista Docência do Ensino Superior,** Belo Horizonte, v. 12, e035437, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/35437> Acesso em: 24 de nov. 2022.

SACRAMENTO, Henriqueta Tereza do; ARAÚJO, Clarissa Eudóxio da Silva de; MAURO, Nycollas Andrade; SANTOS, Marcos Vinícius Ferreira dos; SIQUEIRA, Marluce Mechelli de. Política Nacional de Plantas Medicinais e medicamentos fitoterápicos no Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 73-86, 2022. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistasaude/index.php/revista-praticas-interativas/article/view/1301> Acesso em: 21 de mai. 2023.

SALLES, Léia Fortes; HOMO, Rafael Fernandes Bel; SILVA, Maria Júlia Paes da. SITUAÇÃO DO ENSINO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM, FISIOTERAPIA E MEDICINA. **Cogitare Enfermagem**, Out/Dez; 19(4):741-6, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-748066> Acesso em: 21 de mai. 2023.

SOUZA, Isabela do Nascimento; SILVA, Gislanne Batista; SILVA, Karla Talita Santos SCREMIN, Marlete; DIAS, Cristiano Leonardo de Oliveira; MONTEIRO, Sylmara Corrêa; PINTO, Bruna Gleide Mascarenhas; OLIVEIRA, Jéssica Najara Aguiar de; GUSMÃO, Ricardo Otávio Maia; SILVA JUNIOR, Rene Ferreira da. Produção científica acerca da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Revista Eletrônica Acervo Saúde, Vol.12(10) | e4386, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/cristiaraamite/Downloads/4386-Artigo-48470-2-10-20201002%20(1).pdf> Acesso em: 20 de nov. 2023.

SOUSA, Leandra Andréia de; SALIM, Natália Rejane; FUMINCELLI, Laís; TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos. Terapias complementares na educação, extensão comunitária e pesquisa em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 74(2):e20200449, 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/5Mw7FK6nxsBpzBYx3gqdNBj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 de nov. 2023.

TEIXEIRA, Marcus Z.; LIN, Chin A. Educação médica em terapêuticas não convencionais. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 92, n. 4, p. 224-35, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-730834> Acesso em: 20 de nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Extensão. Sistema de Gestão da Extensão. Disponível em: <https://proex.ufes.br/como-pesquisar-uma-acao-de-extensao> Acesso em: 21 de jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Plataforma Stela Experta. Disponível em: <https://prppg.ufes.br/plataforma-stela-experta> Acesso em: 11 de jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências da Saúde. Disponível em: <https://ccs.ufes.br/> Acesso em: 15 de ago. 2023.

PAIM, Jairnilson Silva; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Saúde coletiva: uma “nova saúde pública” ou campo aberto a novos paradigmas? **Revista de Saúde Pública**, 32 (4): 299-316, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PDRmKQr7vRTRqRJtSgSdw7y/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 de ago. 2023.

XAVIER, Fabiana Gonring; ABREU, Gláucia Rodrigues de; SACRAMENTO; Henriqueta Tereza do; BATISTA, Karla de Melo; SIQUEIRA, Marluce Mechelli de. NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE: UM NOVO DESAFIO. CONGRESSO ONLINE NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE CONAPICS, 2021. Disponível em: <https://ccs.ufes.br/sites/ccs.ufes.br/files/field/anexo/artigo_nucleo_de_investigacao_em_praticas_integrativas_e_complementares_em_saude_um_novo_desafio.pdf> Acesso em: 15 de ago. 2023.

6 CONCLUSÕES

O estudo realizou o diagnóstico situacional do ensino, pesquisa e extensão em PICS, no âmbito da graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão ofertados pelo CCS da universidade pública do ES numa perspectiva de cruzamento de uma política de saúde com as políticas de educação superior.

A hipótese do estudo foi comprovada quanto a presença do ensino das PICS. No ensino, constatou-se disciplinas de homeopatia e fitoterapia, do tipo optativa, nos cursos de graduação de medicina, farmácia e nutrição; na enfermagem constatou-se disciplina obrigatória que aborda o assunto das PICS; na pós-graduação residência multiprofissional há uma disciplina de PICS no eixo transversal, do tipo obrigatória; nos programas de mestrado e doutorado em saúde coletiva, mestrado de enfermagem e ciências farmacêuticas, também encontra-se registro de disciplinas e conteúdos afins. Na pesquisa, há dois grupos de pesquisas, e o registro de 174 publicações científicas; na extensão, 19 atividades. Sobressaem temas generalizadamente às PICS, e especificamente relacionados às plantas medicinais/fitoterapia no ensino (60%) e na pesquisa (20,1%); e meditação (26,3%) na extensão. Da população total do estudo, os cursos de residências médicas foram excluídos por não disponibilizar os documentos elegíveis para consulta, fator que prejudicou o alcance parcial de um objetivo específico.

O diagnóstico situacional possibilita explorar e refletir a importância da contribuição e integração do ensino em PICS para o atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos e subsidiar discussões de políticas para as áreas.

Compreende-se que esta produção científica contribui para o desenvolvimento institucional da instituição, na perspectiva de que mensura e apresenta dados relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, que, por sua vez, consiste em estratégia de gestão institucional para o alcance eficiente e eficaz de sua missão enquanto instituição pública de ensino.

Ressalta-se os desafios a serem superados pelo tipo de pesquisa adotado, tendo-se os documentos como fontes primárias de estudo e obtenção dos dados, que neste estudo, implicou a perda de informações pelo “não” a pesquisa/pesquisadora. O levantamento de dados por meio de sítios eletrônicos evidencia a potência destes para o desenvolvimento de pesquisas, e aponta para a importância das informações

serem atualizadas por docentes e discentes na plataforma *lattes*, pois, esta representa um grande potencial para obtenção de dados úteis para gerir e discutir políticas tanto da educação como da saúde.

Questiona-se a dificuldade encontrada pela pesquisadora no alcance dos dados referente a pós-graduação, limitando, assim, a fidedignidade e o rigor científico almejado. Pelo motivo de não estarem todos os documentos disponíveis no *site* da instituição, em primeiro momento foi encaminhado *e-mail* às secretarias de cursos (recebido retorno das secretarias dos cursos Ciências Odontológicas, Bioquímica, Biotecnologia, Ciências Fisiológicas e Doenças Infecciosas). Mediante a falta de retorno após sucessivas tentativas, encaminhado *e-mail* à diretoria do CCS dando ciência e solicitando o apoio, e no insucesso deste, elaborado documento e encaminhado, formalmente, à diretoria para resguardo futuro da pesquisa/pesquisadora; ainda, comprometendo a execução do cronograma previsto, postergando-se a publicização do relatório e conclusão do projeto como um todo.

Vencidos os obstáculos, esta pesquisa resultou em produtos acadêmicos, sendo a elaboração desta dissertação, a construção de dois artigos científicos, sendo um de revisão e outro com os dados originais, ambos submetidos para publicação; e apresentação de resumo em evento científico estadual.

Ainda, a partir deste estudo, originou-se um projeto de pesquisa mais abrangente para ser desenvolvido ao longo de cinco anos, no âmbito do iPICS, visando ampliar o diagnóstico para toda a instituição, ou seja, nos demais campus e centros de ensino; abarcar pontos não contemplados nesta pesquisa, como a visão dos docentes quanto ao ensino das PICS, se há docentes com formação em PICS e também a visão dos discentes quanto as PICS na formação profissional.

Conforme discutido neste estudo, a ausência do conhecimento da PNPIC se torna um fator de limitação para que os novos profissionais tenham condições de dialogar e propor aos pacientes tratamentos que possam integrar e complementar o cuidado convencional. Sabe-se que o ensino por meio de disciplinas optativas alcança os discentes com interesse na temática, logo a presença de pesquisas e atividades extensionistas ampliam as possibilidades de que o conhecimento e sensibilização quanto a integralidade em saúde por meio das PICS seja despertado nos futuros profissionais da saúde.

Logo, espera-se que este estudo alcance o cerne central motivador para sua realização, a constatação da ausência ou a insuficiência do ensino das PICS como fator

limitador para o acesso e sua oferta no SUS, e, portanto, alcance sua propositiva, fomentar a inclusão das PICS na formação profissional em saúde ofertada na instituição pesquisada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR J, KANAN L.A; MASIERO, A. V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, V. 43, N. 123, P. 1205-1218, Out-Dez, 2019.

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey de. O discurso médico-higienista noBrasil do início do século XX. **Trabalho educação e saúde,** 10, nov, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/rYdphf4bjPSgTXXMJcXP3vb/?lang=pt> Acesso em 22 de fev 2023.

AMADO, D. **FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE E TERAPIAS COMPLEMENTARES NO BRASIL**. Blog Pics na pauta com Daniel Amado. 19 de out. de 2021. Disponível em: <https://www.picsnapauta.com.br/post/forma%C3%A7%C3%A3o-em-pr%C3%A1ticas-integrativas-e-complementares-em-sa%C3%BAde-e-terapias-complementares-no-brasil> Acesso em: 20 de dez. 2022.

AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria Cecilia Focesi. Práticas integrativas e complementares dedesafios para a educação. **Trabalho Educação e Saúde**, 9 (3), Nov, 2011.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/WWDNxsKSVRpy75V6PN66R8B/abstract/?lang=pt>Acesso em: 24 de nov. 2022.

BARRETO, Benilson Beloti. **Fitoterapia como conteúdo nos cursos de graduação da área da saúde: importância para a formação profissional.** Tese, Doutorado em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/18613/1/2015_BenilsonBelotiBarreto.pd> Acesso em: 20 de nov. 2022.

BERNARDI, Marina Lima Daleprane; PANDOLFI, Margareth; GARROCHO; Erika Saiter; CAMPAGNOLI, Carolina Perez; JALLES, Raiany Boldrini Christe. Práticas integrativas e complementares em saúde no Espírito Santo sob a ótica dos municípios capixabas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 25 n. 2, 2023.

BORTOLANZA, J. **TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO – UMA BUSCA DA ORIGEM ATÉ A ATUALIDADE**. XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária, Argentina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=O%20ensino%20superior%20brasileiro%20foi,com%20ensino%20cient%C3%ADfico%20ou%20t%C3%A9cnico.> Acesso em 22 de fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021 (*). **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2021-pdf/191741-rces003-21/file> Acesso em 20 de nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 20 de junho de 2014 (*) (**). **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&Itemid=30192>Acesso em 20 de nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES 436 aprovado em 2 de abril de 2001. **Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos**. Diário Oficial da União, abril de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf> Acesso em: 04 de jan2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009. **Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralizaçãoe duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf> Acesso em 20 de nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES nº 512, de 6 de outubro de 2021. **Credenciamento da Escola Superior de Ensino de Ayurveda, com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância** <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/160441-pces512-20/file> Acesso em 04 de jan 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de dezembro de 2014. **Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192> Acesso em 04 de jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução MEC n° 1, de 8 de junho de 2007 (*) (**) **Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf>Acesso em 04 de jan2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.**

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.988, de 20 de dezembro de 2018. **Atualiza os procedimentos e serviço especializado de Práticas Integrativas e**

Complementares na Tabela de Procedimentos Medicamentos Órteses Próteses e Materiais Especiais do SUS e no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2018/prt1988_31_12_2018.html> Acesso em: 20 de nov. 2022.

BRASIL. LEI Nº 9.448, DE 14 DE MARÇO DE 1997. **Transforma o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP em Autarquia Federal, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9448.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.448%2C%20DE%2014%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201997.&text=Transforma%20o%20Instituto%20Nacional%20de,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias> Acesso em: 20 de nov. 2023.

BRASIL. DECRETO No 97.753, DE 17 DE MAIO DE 1989. **Altera o Estatuto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, e consolida a redação do texto**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1980-1989/D97753impressao.htm#:~:text=1%C2%BA%20O%20Estatuto%20do%20Conselho,foro%20no%20Distrito%20Federal%2C%20passa> Acesso em: 20 de nov. 2023.

BRASIL. LEI Nº 8.405, DE 9 DE JANEIRO DE 1992. **Autoriza o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8405.htm#:~:text=L8405&text=LEI%20N%C2%BA%208.405%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%201992.&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,Capes)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.> Acesso em: 20 de nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. RESOLUÇÃO CNE/CES 3, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022. **Altera os Arts. 6º, 12 e 23 da Resolução CNE/CES nº 3/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CNE-CES-003-2022-11-03.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 5, de 19 de fevereiro de 2002 - **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 - **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de outubro de 2017 - **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras**

providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 3, de 19 de fevereiro de 2002 - **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 3, de 21 de junho de 2021 - **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 6, de 19 de fevereiro de 2002 - **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 (*) **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104241-rces006-18/file> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 3, DE 20 DE JUNHO DE 2014 (*) **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências**. Disponível em: <https://toledo.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/07/DCN-2014.pdf> Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Glossário temático: gestão do trabalho e da educação na saúde**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2 ed., 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_gestao_trabalho_educacao_saude_2ed.pdf> Acesso em: 22 de fev. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. RESOLUÇÃO COFEN Nº 739 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2024**. Normatiza a atuação da Enfermagem nas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde**. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-739-de-05-de-fevereiro-de-2024/> Acesso em: 19 de fev. 2024.

CASTRO, Frank Sousa; CARDOSO, Alessandra Marques; PENNA, Karlla Greick Batista Dias. As diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação da área da saúde abordam as políticas públicase o sistema único de saúde? **Revista Brasileira Militar De Ciências**, V. 5, N. 12, 2019. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:aSh39nNFFNsJ:https://r

bmc.emnuvens.com.br/rbmc/article/download/11/6/&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 22 de fev. 2023.

CLAVREUL, Jean. A ordem médica: poder e impotência do discurso médico. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: O DESAFIO TARDIO NA AMÉRICA LATINA. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis, Brasil, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução CNS nº 569, de 8 de dezembro de 2017. **Princípios Gerais para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da Área da Saúde**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2017/Reso569.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução CNS n. 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas eSociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta resolução**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> Acesso em: 24 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN n. 362, de 10 de abril de 2008. **Regulamenta no Sistema COFEN/CORENs a atividade de acupuntura e dispõe sobre o registro da especialidade.** Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluao-cofen- -n-3262008_5414.html> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN n. 197, de 19 de março de 1997. Estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ ou qualificação do profissional de Enfermagem. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-1971997_4253.html> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN n. 581, de 11 de julho de 2018. **Atualiza, no âmbito do Sistema COFEN/CORENs, os procedimentos para Registro de Títulos de Pós- -Graduação Lato e Strictu Sensu concedido a Enfermeiros e aprova a lista das especialidades**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen- -no-581-2018_64383.html> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN 585, de 7 de agosto de 2018. **Estabelece e reconhece a acupuntura como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem.** Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen- -no-585-2018_64784.html> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução CFF nº 572, de 25 de abril de 2013. **Dispõe sobre a regulamentação das especialidades farmacêuticas, por linhas de atuação.** Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/572.pdf> Acesso em 20 de nov.2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução CFF nº 611, de 29 de maio de 2015. **Dispõe sobre as atribuições clínicas do farmacêutico no âmbito da floralterapia, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=285534> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução CFF nº 732, de 25 de agosto de 2022. **Regulamenta a atuação do Farmacêutico em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.crfsp.org.br/noticias/12269-atua%C3%A7%C3%A3o-do-farmac%C3%AAutico.html> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução COFFITO nº. 60, de 22 de junho de 1985. **Dispõe sobre a prática da acupuntura pelo Fisioterapeuta e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=1360> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução COFFITO nº 393, de 3 de agosto de 2011. Disciplina a Especialidade Profissionaldo Fisioterapeuta no exercício da Especialidade Profissional em Acupuntura/MTC (Medicina Tradicional Chinesa) e dá outras providências.
Disponível em: < https://www.coffito.gov.br/nsite/?s=+Resolu%C3%A7%C3%A3o+n%C2%BA+393%2C+de+3+de+agosto+de+2011> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução COFFITO nº 380, de 3 de novembro de 2010. **Regulamenta o uso pelo Fisioterapeuta das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=1437> Acesso em 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução COFFITO nº 491, de 20 de outubro de 2017. **Regulamenta ouso pelo terapeuta ocupacional das Práticas Integrativas e Complementares de Saúde, e dá outras providências.** Disponível em: < https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=8749> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Parecer CFFa nº 45, de 15 de fevereiro de 2020. **“Dispõe sobre Uso profissional das Práticas Integrativas e**

Complementares em Saúde (PIC) por Fonoaudiólogos”. Disponível em: <file:///C:/Users/Alexandre/Downloads/Parecer_CFFa_45_2020%20(1).pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 1.000/80 de 4, de junho de 1980. **Resolve acrescentar à relação de especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina para efeito de Registro de Qualificação de Especialistas as seguintes: HANSENOLOGIAHOMEOPATIA**. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1980/1000_1980.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 1.455, 11 de agosto de 1995. **Reconhece a Acupuntura como especialidade médica**. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/1995/1455_1995.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. RESOLUÇÃO CFM nº 2.221, 23 de novembro de 2018. **Homologa a Portaria CME nº 1/2018, que atualiza a relação de especialidades e áreas de atuação médicas aprovadas pela Comissão Mista de Especialidades**. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2221> Acessoem: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Resolução CFN nº 679, de 19 de janeiro de 2021. **Regulamenta o exercício das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) pelo nutricionista e dá outras providências.** Disponível em: < http://sisnormas.cfn.org.br:8081/viewPage.html?id=679> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução CFO 82, de 25 de setembro de 2008. **Reconhece e regulamenta o uso pelo cirurgião-dentista de práticas integrativas e complementares à saúde bucal**. Disponível em: < https://sistemas.cfo.org.br/visualizar/atos/RESOLU%C3%87%C3%83O/SEC/2008/82 > Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. Resolução CFO 160, de 02 de outubro de 2015. **Reconhece a Acupuntura, a Homeopatia e a Odontologia do Esporte como especialidades odontológicas**. Disponível em: <https://website.cfo.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFO-160-15-novas-especialidades.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

CONTATORE, Octávio Augusto; MALFITANO, Ana Paula Serrata; BARROS, Nelson Filice de. Os cuidados em saúde: ontologia, hermenêutica e teleologia. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 553-563, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/BjXd3Vt3fL4rQT4xHHwJFJr/abstract/?lang=pt> Acesso em: 20 de nov. 2022.

FALKENBERG, Mirian Benites; MENDES, Thais de Paula Lima; MORAES, Eliane Pedrozo de; SOUZA, Elza Maria de. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. **Ciência e saúde coletiva**, 19, Mar,

2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ed. 6, 1996.

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 5 ed. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Atlas, ed. 6, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Atlas, ed. 4, 2002. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2023.

GOECKS, Débora Regina; MORSCH, Lisoni Muller; SILVA, Chana de Medeiros da. Formação de estudantes da área da saúde em práticas integrativas e complementares. **Revista Interdisciplinar de Promoção da Saúde,** Santa Cruz do Sul, 2(2):84-91, abri/jun, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/ripsunisc/article/view/14080> Acesso em:14 de dez. 2022.

HABIMORAD, Pedro Henrique Leonetti; CATARUCCI, Fernanda Martin; BRUNO, Vânia Hercília Talarico; SILVA, Ivan Beteto da; FERNANDES, Violeta Campolina; DEMARZO, Marcelo Marcos Piva; SPAGNUOLO, Regina Stella; PATRICIO, Karina Pavão. Potencialidades e fragilidades de implantação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. **Ciência & SaúdeColetiva**, 25 (2): 395-405, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2020.v25n2/395-405/pt> Acesso em: 15 de mai.2022.

ILLICH, Ivan. A expropriação da saúde. Nêmesis da medicina. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LABORATÓRIO DE PESQUISAS DE PRÁTICAS DE INTEGRALIDADE EM SAÚDE (LAPPIS). **Sobre o Lappis**. Disponível em: <https://lappis.org.br/site/sobre-o-lappis#:~:text=O%20Laborat%C3%B3rio%20de%20Pesquisas%20de,de%20aten%C3%A7%C3%A3o%20integral%20%C3%A0%20sa%C3%BAde.> Acesso em: 15 de mai. 2023.

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ALTERNATIVAS, COMPLEMENTARES EM SAÚDE LAPACIS. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/lapacis/> Acesso em: 15 de mai.2023.

LEONELLO, Valéria Marli; MIRANDA NETO, Manoel Vieira de; OLIVEIRA, Maria Amélia de Campos. A formação superior de Enfermagem no Brasil: uma visão histórica. **Revista Escola de Enfermagem**, USP 45, Dez, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/9GyNX65VTNf4q6BhVDMWHjQ/#> Acesso em: 15

de mai.2022.

LUZ, Madel Therezinha Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna. São Paulo: Hucitec, 2004.

LUZ, Madel Therezinha; SABINO, Cesar; MATTOS, Rafael da Silva; FERLA, Alcindo Antônio; ANDRES, Barbara; DALL ALBA, Rafael; MACHADO, Anderson dos Santos; ASSIMOS, Richard. Contribuição ao estudo do imaginário social contemporâneo: retórica e imagens das biociências em periódicos de divulgação científica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.17, n. 47, p. 901-912, 2013. <https://www.scielo.br/j/icse/a/8TBmyQY8HSnzKN4PqGq4DwR/abstract/?lang=pt>

MAGALHÃES, Fabíola. F. B. ACESSO ÀS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NO SUS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS. **Dissertação de mestrado**, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, UFES, Vitória, 2019. Disponível em: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_13660_Fab%EDola%20Bersot%20Magalhaes.pdf> Acesso em: 19 de jun. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. Atlas, São Paulo, ed. 8, 2017.

MARQUES, Joyce Viana. POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DO SUS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL. **Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43579> Acesso em: 19 de jun. 2022.

MEDEIROS, Jessika Paiva *et al*. Ensino de práticas integrativas e complementares: uma análise dos cursos de Odontologia do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, 2022. Disponível em: < file:///C:/Users/cristiaraamite/Downloads/23264-Article-291666-1-10-20220101.pdf> Acesso em: 23 de fev. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. IPEA. **DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ: TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES ACADÊMICAS**. Brasília, outubro, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11507/1/TD_2801_Web.pdf> Acesso em 22 de fev 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **História do ensino superior no Brasil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia> Acesso em: 23 de fev. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. 1932. <https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf>

AZEVEDO, Fernando de. Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados (Janeiro de 1959). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.205–220, ago., 2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: < https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4922/doc2_22e.pdf> Acessoem: 13 de mar. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS. 4ª edição. 2023 Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf> Acesso em: 13 de mar. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. FIOCRUZ. CIÊNCIA: Conquistas e desafios na produção científica sobre saúde integrativa. **BOLETIM EVIDÊNCIAS OBSERVAPICS,** Nº 12, Set-Dez, 2022. Disponível em: <https://observapics.fiocruz.br/wp-content/uploads/2023/03/Boletim-Evidencias-12-ObservaPICS.pdf> Acesso em: 13 de jun. de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **AprenderSUS: o SUS e os cursos de graduação da área da saúde**. Brasília, 2004. Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_aprender_sus.pdf> Acesso em 22 de fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde.** Brasília, 2020. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/pics/Relatorio_Monitoramento_das_PICS_no_Brasil_julho_2020_v1_0.pdf> Acesso em: 26 de mar. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção Primária à Saúde**. Práticas Integrativas e Complementares: cursos**. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pics/cursos> Acesso em: 15 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES:** Plantas Medicinais e Fitoterapia na Atenção Básica. Brasília, Cadernos de Atenção Básica, vol. 31, 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares noSUS**: atitude de ampliação de acesso. Brasília, 2. ed., 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE**, 1., 1986, Ottawa. Carta de Otawa. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde.** Brasília:

Ministério da Saúde, 2018. <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/glossario_pics.pdf> Acesso em: 11 de jan. de 2023.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do; *et al*. FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS ECOMPLEMENTARES EM SAÚDE: DESAFIOS PARA AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. **Trabalho Educação e Saúde,** 16, 2, mai-ago, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/4PGykgCDsjXR3BjJYMqvrts/?lang=pt> Acesso em: 24 de nov. 2022.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do; NOGUEIRA, Maria Inês; LUZ, Madel Therezinha. PRODUÇÃO CIENTIFICA EM RACIONALIDADES MÉDICAS E PRÁTICAS EM SAÚDE. **Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares**, vol. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/CNTC/article/view/1000/945> Acesso em: 24 de nov. 2022.

NASCIMENTO, Francisco Jeovane do; NASCIMENTO, Rita de Cássia do; LIMA, Maria Socorro Lucena. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DAS PRÁTICAS ESCOLARES. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 29, n.2, p. 119-141, maio/jul., 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/cristiaraamite/Downloads/claudiacavn-textofrancisco-rita-maria-correto%20(1).pdf> Acesso em: 24 de nov. 2022.

NELSON, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso; CASTRO, Janete Lima de; FRANÇA, Raiane Caroline da Silva; SAMPAIO, Ana Tânia Lopes. Práticas integrativas e complementares na graduação em saúde das universidades públicas do RN. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, e47211226041, 2022. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26041> Acesso em: 24 de nov. 2022.

NOVAES, Ana Rita Vieira. **A MEDICINA HOMEOPÁTICA: AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva,UFES, Vitória, 2007. Disponível em: < https://repositorio.ufes.br/handle/10/5414> Acesso em: 26 de mar. 2022.

OTANI, Marcia Aparecida Padovani; BARROS, Nelson Filice de. A Medicina Integrativa e a construção de um novo modelo na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(3):1801-1811, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9QPwFdccDdPTSb633rbJVBq/> Acessoem: 11 de jan. de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estrategia de la OMS sobre medicina tradicional**. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/95008/9789243506098_spa.pdf> Acesso em: 13 de jun. de 2023.

PAIM, Jairnilsom Silva. **O que é o SUS**. Fiocruz, 6 ed. 2009. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5299849/mod_resource/content/1/Jairnilson%20Paim%20-%20O%20que%20%C3%A9%20o%20SUS.pdf> Acesso em 20 de dez. 2022.

ROCHA, Erika Maria Sampaio; NASCIMENTO, Ezequiel Batista do; MARQUES, Carolina Alves; PASSOS, Larissa Ferreira; BARRETO, Lucas Alves Noronha; SOUZA, Reinan do Carmo; SOUZA, Thaynara Ferreira de; FONSECA, Yago Soares. Mapeamento do ensino de práticas integrativas e complementares nas graduações de Enfermagem, Medicina e Odontologia. **Revista Docência Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 12, e035437, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/35437> Acesso em: 24 de nov. 2022.

SACRAMENTO, Henriqueta Tereza do. A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-**ES: PERCEPÇÃO DOS MÉDICOS E GESTORES.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, EMESCAM, Vitória, 2015. Disponível em: <https://emescam.br/wp-content/uploads/2021/02/85_henriqueta_tereza_sacramento.pdf> Acesso 26 de mar. 2022.

SANTOS, Melissa Costa; TESSER, Charles Dalcanale. Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência saúde coletiva**, 17 (11), nov., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/LVNxyWmP5Kp7qcqhDV5w75g/?lang=pt> Acesso em:15 nov. 2022.

SCHVEITZER, Mariana Cabral; ABDALA, Carmen Verônica Mendes; PORTELLA, Caio Fabio Schlechta; GHELMAN, Ricardo. Mapas de evidências de medicinas tradicionais, complementares e integrativas: metodologia para um campo repleto de dados e interferências. **Revista Panamericana de Salud Publica,** 45, maio, 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2021.v45/e48/> Acesso em: 04 de jan. 2024.

SILVA, Pedro Henrique Brito da; BARROS, Leylaine Christina Nunes de; BARROS, Nelson Filice de; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves; OLIVEIRA, Ellen Synthia Fernandes de. Formação profissional em Práticas Integrativas e Complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde, **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(2):399-408, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bMPrN3XpzGh9mDjVmrXMGGN/?lang=pt#> Acesso em:15 nov. 2022.

SOUZA, Islândia Maria Carvalho de; TESSER, Charles Dalcanale. Medicina Tradicional e Complementar no Brasil: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária. **Caderno de Saúde Pública**, 33 (1), 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DkyXcQybgkSLYVCzMNpf9wS/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 04 de jan. 2023.

SOUZA, Isabela do Nascimento; *et al*. Produção científica acerca da Política Nacional

de Práticas Integrativas e Complementares, **Revista Eletrônica Acervo Saúde,** 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4386/2755> Acesso em: 04 de jan. 2023.

TELESI JÚNIOR, Emílio. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. Metrópole E Saúde, Estudos avançados, 30 (86), jan-abr, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/gRhPHsV58g3RrGgJYHJQVTn/> Acesso em: 04 de jan. 2023.

TESSER, Charles Dalcanale; LUZ, Madel Therezinha. Racionalidades médicas e integralidade. **Ciência &Saúde Coletiva**, 13(1):195-206, 2008. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/csc/a/dXWYqZpL6fwdfdVhGmMLqxQ/#> Acesso em: 04 de jan. 2023.

TESSER, Charles Dalcanale. Pesquisa e institucionalização das práticas integrativas e complementares e racionalidades médicas na Saúde Coletiva e no SUS: uma reflexão. In: **Racionalidades médicas e práticas integrativas em saúde: estudos teóricos e empíricos**. LUZ, Madel Therezinha; BARROS, Nelson Filice de. Rio de Janeiro, CEPESC, 2012. Disponível em: https://lappis.org.br/site/wp-content/uploads/2021/07/racionalidades-medicas.pdf> Acesso 20 de dez 2022.

TESSER, Charles Dalcanale. **Medicalização social e atenção à saúde no SUS**. São Paulo: Hucitec; p. 20 e 21, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano De Desenvolvimento Institucional 2021-2030**. Disponível em: <https://proplan.ufes.br/plano-de-desenvolvimento-institucional-2021-2030> Acesso em: 24 de nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Plataforma Stela Experta. ONLINE. Disponível em: <https://prppg.ufes.br/plataforma-stela-experta> Acesso em: 24 de nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. <https://prograd.ufc.br/wp-content/uploads/2013/11/estrutura-curricular-explicacao-ppc.pdf>

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de; CALADO, Carmen Lúcia de Araújo. Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil. Revista de Nutrição, 24, Ago, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/f9bqJ8CSMjpL4t4jQVzkLLD/> Acesso em: 24 de nov. 2022.

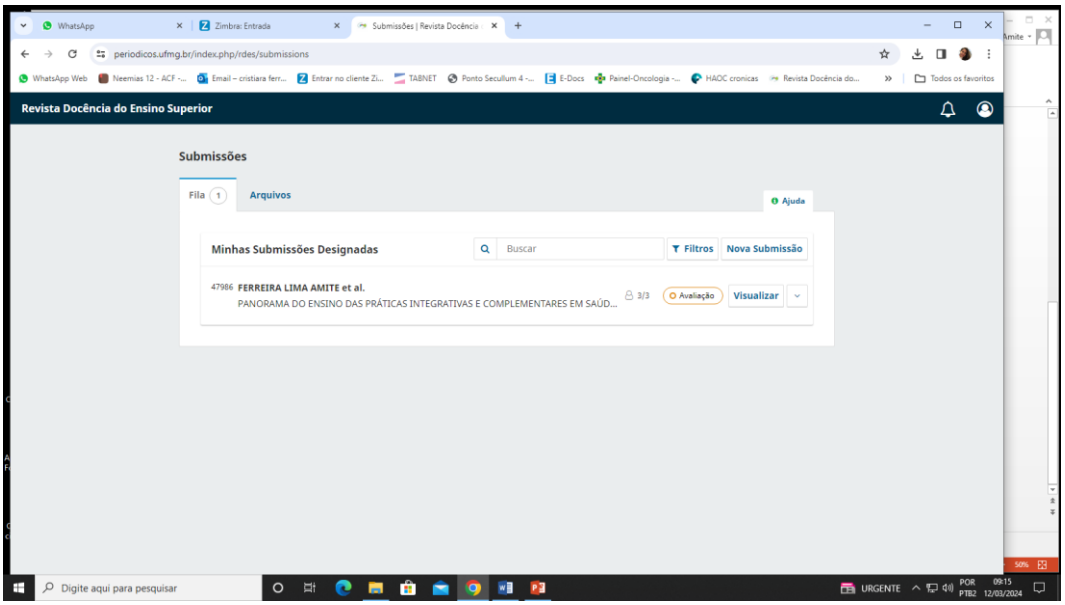
VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO traditional medicine strategy: 2014-2023**. 2013. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241506096> Acesso em 20 de nov. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Benchmarks for training in traditional / complementary and alternative medicine: benchmarks for training in traditional Chinese medicine**.World Health Organization. 2010. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/44353> Acesso em: 04 de jan. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **WHO global report on traditional and complementary medicine 2019**. Geneva: World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/312342> Acesso em: 04 de jan. 2023.

ANEXO I – SUBMISSÃO DO ARTIGO 1



APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS PICS-CCS-UFES

Dados Pedagógicos				
Curso:		**Subárea:**		
Graduação ( )	**Pós-graduação ( )**	**Projeto de Extensão ( )**	**Grupo de Pesquisa ( )**	**Residência ( )**
Documento	**Matriz curricular ( )**			
	Ementa de disciplina ( )			
	Regimento interno ( ) Ata de reunião ( ) Ato de formalização ( )			

Disciplina:				
CH	**Tipo**		**Conteúdo Formativo**	
	Obrigatória ( )	**Optativa ( )**	**Grad ( )**	**Pós-Grad ( )**
Plantas Medicinais e Fitoterapia ( ) Acupuntura ( ) Homeopatia ( ) Termalismo Social/Crenoterapia ( ) Medicina Antroposófica ( ) Arteterapia ( ) Ayurveda ( ) Dança Circular ( ) Biodança ( ) Meditação ( ) Musicoterapia ( ) Naturopatia ( ) Osteopatia ( ) Quiropraxia ( ) Reflexoterapia ( )			Reiki ( ) Shantala ( ) Terapia Comunitária Integrativa ( ) Yoga ( ) Aromaterapia ( ) Apiterapia ( ) Bioenergética ( ) Constelação familiar ( ) Cromoterapia ( ) Geoterapia ( ) Hipnoterapia ( ) Imposição de mãos ( ) Ozonioterapia ( ) Terapia de Florais ( )	
Observação:				

APÊNDICE 2 - ENDEREÇO ELETRÔNICO DOS DOCUMENTOS CONSULTADOS

GRADUAÇÃO		
CURSO	**SITIO ELETRÔNICO**	**ANO DO DOCUMENTO**
Enfermagem	https://prograd.ufes.br/sites/prograd.ufes.br/files/field/anexo/ppc_enfermagem_e_obstetricia_ccs.pdf	2006 2020
Farmácia	https://farmacia.vitoria.ufes.br/sites/farmacia.vitoria.ufes.br/files/field/anexo/projeto_pedagogico_2017_-_ver093019.pdf	2017
Fisioterapia	https://fisioterapia.ufes.br/sites/fisioterapia.ufes.br/files/field/anexo/ppc_2014-2_site.pdf	2014
Fonoaudiologia	https://fonoaudiologia.ufes.br/sites/fonoaudiologia.ufes.br/files/field/anexo/ppc_fonoaudiologia1.pdf https://fonoaudiologia.ufes.br/sites/fonoaudiologia.ufes.br/files/field/anexo/projeto_alteracao_ppc_2013_em_tramitacao.pdf	2010 2013
Medicina	https://medicina.ufes.br/sites/medicina.ufes.br/files/field/anexo/ppc_2018.pdf https://medicina.ufes.br/sites/medicina.ufes.br/files/field/anexo/ppc_2008.pdf	2018 2008
Nutrição	https://nutricao.ufes.br/sites/nutricao.ufes.br/files/field/anexo/PPC_UFES_Nutri%C3%A7%C3%A3o%20vers%C3%A3o%202016.pdf	2016
Odontologia	https://odontologia.ufes.br/sites/odontologia.ufes.br/files/field/anexo/ppc_versao_2013_corrigido_em_2021.pdf	2021
Terapia Ocupacional	https://drive.google.com/file/d/0B-0T3mb8QGBPWWxBNnQ5WVJQZ0E/view?resourcekey=0-yTKe-y-PKZgMT-OOC25t7A	2014
PÓS-GRADUAÇÃO		
CURSO	**SITIO ELETRÔNICO**	**ANO**
Residencia Multiprofissional	https://residenciamultiprofissional.ufes.br/sites/residenciamultiprofissional.ufes.br/files/field/anexo/projeto_pedagogico_remu_-_turma_2015_2017.pdf#overlay-context=residencia-multiprofissional-em-atencao-saude-da-crianca-e-do-adolescente	2014
Residência médica	https://residenciamedica.ufes.br/matrizes-de-competencias	-
Ciências farmacêuticas	https://farmacia.vitoria.ufes.br/pt-br/pos-	-

	graduacao/PPGCFAR/disciplinas	
Ciencias Fisiológicas	https://cienciasfisiologicas.ufes.br/sites/cienciasfisiologicas.ufes.br/files/field/anexo/Grade%20Curricular%202014.pdf	2014
Mestrado Profissional Enfermagem	https://enfermagem.vitoria.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGENF/disciplinas	-
Saúde coletiva	https://saudecoletiva.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGASC/disciplinas https://saudecoletiva.ufes.br/pt-br/regimento-matrizes-curriculares-e-resolucoes-internas	-
Nutrição e saúde	https://nutricaoesaude.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGNS/disciplinas	-
Bioquimica	https://bioquimicaefarmacologia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGBiq/disciplinas	-
Doenças infecciosas	https://doencasinfecciosas.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGDI/disciplinas	-
Biotecnologia	https://biotecnologia.ufes.br/pt-br/disciplinas-obrigatorias	-
Ciências odontológicas	https://odontologia.ufes.br/pt-br/catalogo-de-disciplinas	-
PESQUISA E EXTENSÃO		
Sigex	https://projetos.ufes.br/#/consulta-projetos	-
Stela experta	https://prppg.ufes.br/plataforma-stela-experta	-
Diretório Geral de Pesquisa	https://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf	-

APÊNDICE 3 - PROCEDIMENTO OPERACIONAL PARA LEVANTAMENTO DE DADOS PICS

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PARA LEVANTAMENTO DE DADOS
Pesquisar Documentos relacionados ao Ensino: acessar os endereços eletrônicos listados em apêndice 2, clicar no ícone disciplinas, na página que se abre clicar nos ícones dos documentos (quando disponível) e baixar no computador.
Pesquisar Grupos de Pesquisa: acessar a página eletrônica da PRPPG UFES: https://prppg.ufes.br/. Clicar em pesquisa, nos subitens que se abre, clicar em grupos de pesquisa. Será aberto o site: http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home. Selecionar os seguintes filtros: clicar em buscar grupos, selecionar o campo: base corrente, descrever o termo de busca: ____. Consultar por: escolher a opção grupo. Aplicar a busca nos campos: selecionar a opção: nome do grupo. Clicar no campo situação: certificado. Clicar no campo: filtros, clicar em região: Sudeste, UF: Espírito Santo, Instituição: Ufes, Data da criação do grupo: não preencher. Area do conhecimento: grande área: todas e área: todas. Desta forma, obteve-se os dados, automaticamente, pelo DGP: grupo de pesquisa, situação do grupo, ano de formação e data do último envio. Como não é possível buscar por grupos de algum Centro Acadêmico especifico, após foi necessário confrontar as informações com o site da instituição e averiguar a qual Centro Acadêmico ou Departamento está vinculado.
Pesquisar Extensão: digitar o endereço eletrônico https://proex.ufes.br/. Clicar na aba Sigex (portal de projetos), consultar ações de extensão, na página que se abre clicar em “clique aqui para realizar sua consulta”. Será direcionado para o site https://projetos.ufes.br/#/consulta-projetos. Aplicar os seguintes filtros: classificação primária: extensão, classificação secundária: deixar em branco, digitar palavra-chave, situação: selecionar todos os campos (ativo, concluído, aguardando envio de relatório e relatório aguardando aprovação). Copiar as atividades de pesquisa bem como demais informações pertinentes ao interesse de pesquisa.
Pesquisar Produção científica: acessar plataforma stela experta por meio do link indicado em apêndice 2, inserir login e senha informados na página. Clicar em Experta@ pesquisa. Clicar em produções cientificas, quais são as produções da instituição? No campo buscar por digitar a chave de busca entre aspas (exemplo “práticas integrativas e complementares”), selecionar o campo lotação institucional do autor CCS e período da pesquisa (2020 a 2023). Clicar em filtrar. Na tela que se abre, clicar em exportar, listagem de produções, exportar dados e baixar planilha no computador.